

Educação no Brasil

Novo Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos do Estado de São Paulo; Perspectivas



DEPUTADO ESTADUAL
MAURICI
O DEPUTADO da gente

Alesp
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ÍNDICE



APRESENTAÇÃO.....	1
NOVO ENSINO MÉDIO NO LITORAL E INTERIOR DO ESTADO.....	3
Profa. Dra. Ana Paula O. Corti (Docente do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo).....	4
Prof. Dr. João Cardoso Palma Filho (APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).....	9
Prof. Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto (UDEMÓ – Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo).....	12
Profa. Rosaura Aparecida Almeida (APASE - Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo).....	14
Julia Fernandes dos Santos (Estudante - Cidade de Itapevi)	17
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	30
Maria Clara Di Pierro (Prof. Dra. aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)	32
Maria Eduarda Menezes (Estudante - Cidade de Marília) Adriana Pereira da Silva (Diretora de escola - Fórum Educação de Jovens e Adultos).....	35
Caetano Pansani Siqueira (Coordenador Pedagógico da Secretaria de Educação do Governo de São Paulo).....	38
EDUCAÇÃO NO BRASIL - PERSPECTIVAS.....	48
Prof. Evaldo Piolli (Prof. Dr. da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas).....	49
Branca Jurema Ponce (Professora Titular de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).....	51
VITOR HENRIQUE GRAMPA (Professor universitário e coordenador de Núcleo de Educação Inclusiva -NEI - e de Apoio Psicopedagógico - NAP).....	54

APRESENTAÇÃO

A reforma do ensino médio é uma das principais pautas da educação no Brasil hoje. O ensino no país, e não apenas no nível médio, precisa ser rediscutido diante das mudanças impostas pelos novos tempos, cada vez mais digitais. O desafio de formar as futuras gerações exige a adoção de um esquema híbrido, que integre as vantagens do sistema analógico e do digital, conforme relatório da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e as recentes experiências da pandemia, quando a falta de estrutura tecnológica das escolas e dos lares das famílias mais carentes ficou evidente.

No entanto, a reforma não poderia ser realizada, como foi, sem levar em consideração todo o conteúdo acumulado pelos diferentes setores da área educacional, ao longo do tempo. E implementada através de Medida Provisória, convertida na Lei nº 13.415, de 2017, imposta pelo governo golpista e de exceção de Michel Temer. O ensino médio deve ser visto como momento estratégico na formação do aluno e uma das primeiras etapas da relação com mundo adulto. Portanto, um dos períodos formativos fundamentais da vida.

Considerando a educação como tema prioritário para a sociedade, nosso mandato tem promovido uma série de debates com lideranças do setor: estudantes, professores, pedagogos, técnicos e representantes da sociedade civil.

Os encontros, aqui transcritos e publicados foram realizados durante nosso primeiro mandato, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Tratou-se, na ocasião (em pleno período da pandemia do Covid-19) dos debates:

APRESENTAÇÃO

- “Novo Ensino Médio no Litoral e Interior do Estado”, organizado e transmitido on line, reuniu representantes do universo escolar de todo o país. (18 de outubro de 2021)
- “Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo”. (07 de outubro de 2021)
- “Educação no Brasil – Perspectivas”. (25 de outubro de 2021).

Ao longo dos Atos foram discutidos inúmeros aspectos importantes e controversos da educação no país. Desde a implementação, da nova estrutura, do ensino médio, a educação de jovens e adultos e os problemas estruturais do setor.

Quanto à reforma do ensino médio, trata-se de uma proposta com claro viés formativo de caráter neoliberal, em que o estudante é visto apenas como uma peça na engrenagem capitalista. Nesta proposta o aspecto crítico da formação do aluno é deixado em segundo plano, com diminuição, quando não a extinção, das disciplinas das Humanidades – história, geografia, sociologia, filosofia e artes.

Conforme verificamos ao longo do debate, a reforma do ensino médio é extremamente preocupante por desmembrar a Base Única Curricular Nacional sem substituí-la por outra viável, por criar diferentes sistemas estaduais sem a devida preocupação com o apoio aos estados com menor orçamento, pela precarização, cada vez maior, do ensino público e por fomentar o processo de exclusão escolar. Deveria considerar, segundo os especialistas convidados, a rotina dos alunos e do corpo docente, questões salariais e a infraestrutura dos equipamentos públicos (escolas, laboratórios, quadras, salas de aula modernas etc).

Mas não só isso. Outros pontos também foram abordados como os chamados itinerários formativos, as condições de acesso à universidade pública, o ensino profissionalizante, a educação no período noturno, a participação popular, o acesso e evasão do ensino médio e a questão da desigualdade social no cotidiano dos estudantes.

Como podemos perceber, a reforma do ensino no país, em especial a do ensino médio dada a sua importância, deve ser tratada com maior cuidado e não poderia ser reduzida a uma nova organização curricular e a ampliação da carga horária mínima, após a suspensão formal da Portaria 521, que definia o cronograma para a implementação do Novo Ensino Médio, publicada em 13 de julho de 2021, pelo Ministério da Educação. E a abertura da consulta pública, em 8 março de 2023, pelo novo governo, através da Portaria MEC nº 399, todos os setores passam a ter a possibilidade de rediscutir, de forma democrática, o futuro do nosso sistema educacional .

A consulta está sendo implementada por meio de audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do novo ensino médio nos 26 estados e Distrito Federal.

E apesar dos debates terem sido realizados há dois anos, acreditamos que os pontos aqui discutidos continuam atuais e contribuem para a sequência do diálogo, uma vez que a discussão segue viva nos poderes públicos e em toda a sociedade.

Esperamos, com esta publicação, contribuir para o processo de transformação do sistema educacional, no país, construído a partir de um Ensino Médio de qualidade e que leve em consideração os diferentes setores envolvidos para sua real implementação, especialmente, os que atingem diretamente a população mais carente.

DEPUTADO MAURICI





NOVO ENSINO MÉDIO NO LITORAL E INTERIOR DO ESTADO

18/10/2021

DEPUTADO MAURICI

“Boa noite a todos e a todas que nos acompanham. Quero agradecer a todos aqueles e aquelas que possibilitaram pensar e organizar esse encontro de hoje, a série de novos encontros que virão depois e também agradecer aqueles que atenderam, nosso convite para dar mais conteúdo a esse nosso encontro.

A ideia é que a gente faça um debate sobre a proposta do novo ensino médio que está sendo implantado. Há aqueles que acreditam e defendem que essa proposta é democrática na medida em que atende os interesses dos alunos do ensino médio. A crítica que se faz é que os interesses em boa medida são determinados pelas condições concretas de vida das pessoas, dos alunos e alunas e que, portanto, isso pode significar uma situação em que nem se prepare os jovens para o mercado de trabalho e por outro lado diminuam a suas chances de exercer cidadania e de acesso à continuidade dos estudos.

VERA GERS DIMITROV

(Gabinete dep. Maurici / Alesp)

Vera: Boa noite a todos e todas. A ideia desse Ato Solene e de uma série de Atos Solenes, que vão acontecer durante os meses de outubro e novembro, é justamente debater o novo ensino médio e aprofundar um pouco o debate e para que as pessoas possam se apropriar do que vai vir a ser o novo ensino médio.

Então a ideia é que a gente faça um debate com diversos setores, com a Academia, com os professores, com o sindicato, supervisores de ensino e com os alunos também. A gente está com uma série de convidados. A professora Ana Paula de Oliveira Corti é graduada e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e doutora em Educação também pela USP.

O professor Eduardo Palma é doutor em Educação e doutor em Política Educacional, secretário adjunto de

Educação do Estado de São Paulo de 2011 a 2013. O professor Luiz Gonzaga de Oliveira é secretário Geral da UDEMO (Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo). A Rosaura Aparecida, diretora da APASE (Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo) e a Ana Júlia, estudante de ensino médio e da escola comum.

inclusive aqueles que lutam pela educação como direito humano, acreditassem que era necessário modificar uma série de aspectos do ensino médio brasileiro.

Nos anos 90 o ensino médio cresceu demais sem políticas públicas que pudessem organizar a direção desse crescimento. Não tinha financiamento e o ensino médio foi um grande imprevisto, inclusive no estado de São Paulo. Ele cresceu de maneira desordenada e em boa parte os gargalos, os problemas que nós temos hoje, estamos colhendo justamente de um processo de expansão desordenada sem financiamento e sem políticas públicas.

O Ensino Médio e as Origens da Proposta da Reforma

PROFA. DRA. ANA PAULA O. CORTI

(Docente do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo)

Boa noite a todos e todas, quero começar então agradecendo o convite, saudar a todos que estão aqui, desejando que a gente possa ter um bom debate. Que bom porque a gente começa de uma maneira bem plural, tendo estudantes e, enfim, vários segmentos. Eu acho que a gente tem que cultivar cada vez mais mesas mais plurais assim, o que não tem sido muito comum no debate da reforma do ensino médio.

Eu queria propor que a gente pensasse um pouco a reforma do ensino médio. Claro que eu vou fazer uma fala rápida, mas em três momentos principais. O primeiro momento é que a reforma do ensino médio, a partir de 2016, tem a ver com a história dessa proposta, que é a da ideia de que é preciso reformar o ensino médio.

Isso foi um grande consenso social produzido ao longo dos últimos 15 anos. Esse discurso, que eu acho que precisa ser entendido melhor, quer dizer, de onde vem a ideia de que a gente precisa ter uma reforma de ensino médio? E de onde vai se construindo um discurso hegemônico sobre essa questão? Esse discurso tem algumas características e ele parte de um determinado diagnóstico.

O início está em 2012. Foi uma iniciativa legislativa da Câmara dos Deputados Federal, que criou naquele ano uma comissão especial para examinar uma proposta de reforma do ensino médio. Essa comissão parlamentar foi presidida pelo deputado Reginaldo Lopes, do Partido dos Trabalhadores, do PT de Minas Gerais. Os trabalhos da comissão geraram um Projeto de Lei, que foi o PL 6.840 de 2013.

Àquela altura, embora muitos segmentos da sociedade,



Restrição do Acesso ao Ensino Noturno

Embora houvesse uma certa concordância de que o ensino médio precisa de mudanças, aquele PL foi muito polêmico. Por que? Porque trazia, em primeiro lugar, uma certa limitação ao noturno, que possibilitou a democratização do ensino médio no nosso país. É uma característica bem brasileira porque os nossos jovens começam a trabalhar cedo.

Então muito da democratização e da popularização teve a ver com ampliar para os setores da classe trabalhadora o ensino médio, que antes era restrito a certos grupos. E isso foi possível porque você criou os cursos noturnos.

Por outro lado, os cursos noturnos também eram aquilo que era possível fazer em um contexto de baixo financiamento e em que as escolas estavam superocupadas, superlotadas e os únicos horários que as escolas tinham ociosos eram os do período noturno.

Esse PL vai dizer que a partir desse momento proíbe-se o curso noturno para estudantes menores de 18 anos. Isso foi recebido pelos movimentos de sociedade civil como uma medida extremamente complicada porque a realidade do trabalho é muito forte entre os jovens brasileiros. Pensar uma restrição no ensino médio noturno foi visto como uma medida não democratizadora, mas justamente que pioraria as desigualdades sociais.

O que se precisava e o que se precisa ainda hoje não é o fechamento do exame noturno, mas sim construir um adequado às condições do estudante trabalhador, coisa que até hoje nunca foi feita. Desde a nossa Constituição, da nossa LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), criou-se o movimento nacional em defesa do ensino médio, que foi contrário a esse PL. Havia muitas polêmicas, debates, mesmo no campo da esquerda a respeito da proposta.

Aí vai para o segundo ato dessa reforma: uma ruptura institucional em 2016, um golpe, que vai embaralhar a situação do país. Vai fazer o país mergulhar em uma enorme crise, da qual nós não conseguimos sair até hoje. Nesse contexto de ruptura institucional, no primeiro ano do impeachment da presidenta Dilma, quando Michel Temer assume, o Governo Federal apresenta uma ideia de reforma do ensino médio que tinha muitos aspectos do PL de 2013.



embaralhar a situação do país. Vai fazer o país mergulhar em uma enorme crise, da qual nós não conseguimos sair até hoje. Nesse contexto de ruptura institucional, no primeiro ano do impeachment da presidenta Dilma, quando Michel Temer assume, o Governo Federal apresenta uma ideia de reforma do ensino médio que tinha muitos aspectos do PL de 2013.

Porém não são a mesma coisa. Mas tinha uma racionalidade muito parecida com aquele PL, isso vai ser apresentado em 2016 como uma Medida Provisória, recebida também pela sociedade civil, como uma medida extremamente autoritária. Fazer uma reforma educacional nacional com medida provisória é um recurso inclusive pouco visto no nosso país.

Reformas precisam ser feitas a partir das redes de ensino, precisam ter capilaridade e um caráter democrático para que possam vingar. Então, ela foi recebida também como uma medida muito associada ao golpismo de 2016.

Essa reforma, essa Medida Provisória, virou então a lei 13.415, que é a que organiza toda a reforma. É o documento base para quem quiser compreender melhor o que é a reforma do ensino médio hoje. E o que essa lei propõe, em termos muito gerais? Ela propõe uma divisão do ensino médio em duas partes.





Ruptura da Base Nacional Curricular

Se antes do ensino médio era um ensino de formação geral básica para todos em território nacional, com currículo comum, agora não é mais isso. Ele passa a ser dividido em duas partes. Uma que é constituída por uma base nacional comum curricular e passa a ter 1.800 horas e a outra metade é constituída pelos itinerários formativos.

Então passa a ter uma segmentação porque os itinerários formativos são cinco. Coincidem com as áreas de conhecimento da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), mas também tem o itinerário profissionalizante. E o que acontece é que os estudantes, a partir dos itinerários, vão ter uma formação diferente. Enquanto alguns vão fazer o itinerário profissionalizante, outros estudantes farão o formativo de ciências humanas e sociais aplicadas, por exemplo.

A primeira crítica que se faz à atual reforma é justamente o fato de que vai trazer uma ruptura com um conceito do ensino médio como parte da educação básica. A ideia do conceito de educação básica que tem a ver com a criação de uma educação no território nacional equânime, com equidade para todos, a mesma formação geral.

A reforma rompe com isso. O segundo ponto é que a reforma vai organizar o currículo e a BNCC, mas também os itinerários formativos, por competências. Todo o currículo está organizado por competências e habilidades e por áreas de conhecimento. Essas áreas de conhecimento organizam tanto a BNCC quanto os itinerários formativos.

Acontece que o currículo do ensino médio, até o presente momento, é organizado sobretudo pelas disciplinas escolares: Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Educação Física, Educação Artística. No momento em que a BNCC e os itinerários - a reforma -, remodela esse currículo a partir de competências e habilidades por áreas de reconhecimento, não se enxerga mais as disciplinas necessariamente.

Pode ter a preservação das disciplinas no currículo, mas a lei não garante mais isso. Quer dizer, não há nada na Lei 13.415 garantindo que daqui a dois anos vai continuar tendo as disciplinas científicas no ensino médio. Com o tempo o uso da área de conhecimento como um espaço de currículo vai diluindo as especificidades nos conhecimentos científicos, que ao longo da história foram organizando o currículo e a formação do ensino médio.

Como a implementação dessa reforma avançou? Em 2018 tivemos três documentos superimportantes que também eu recomendo para quem quiser entender melhor a reforma do ensino médio. Foram com as novas diretrizes curriculares nacionais, aprovadas em 2018, que tivemos também a aprovação da BNCC para o ensino médio. E um documento pouco conhecido, mas eu acho que a leitura vale muito a pena, são os referenciais para os itinerários formativos.

É um documento nacional a partir do qual os estados deverão produzir os seus itinerários formativos. No caso do Estado de São Paulo, esses itinerários já foram produzidos, inclusive porque quem assina a publicação desse documento, que estava à época a frente do Ministério da Educação, justamente Rossiele Soares, hoje secretário de Educação no Estado de São Paulo.

O secretário foi um protagonista de todo o desenho nacional da reforma, seja porque ocupava o CONSED - Conselho de Secretários Estaduais de Educação -, seja porque esteve no MEC quando da edição da medida provisória. Portanto, apoiou que essa reforma fosse feita como uma medida provisória e esteve acompanhando toda a criação desses materiais, inclusive da própria aprovação da BNCC.

E o que estou chamando de terceiro ato, em 2020, 2021, no momento de implementação. A reforma do ensino médio, embora tenha sido nacional, como o ensino médio constitucionalmente é uma oferta feita pelos estados, precisa ser costurada e traduzida por cada estado da federação. Isso exige a construção de currículos estaduais. Nesse momento, no Brasil, tem uma minoria de estados que já aprovaram seus currículos estaduais, mas o Estado de São Paulo foi pioneiro nessa corrida de implementação da reforma. E parece que o Estado de São Paulo tem muita pressa de implantar esse novo currículo.





Os Retrocessos com a Pandemia

Em 2020 enfrentamos uma grande emergência sanitária com a pandemia de Covid-19; Uma situação tão difícil, tão delicada, em que as escolas foram fechadas. As escolas não estavam até pouco tempo atrás funcionando presencialmente, ainda assim e apesar disso, o Governo do Estado de São Paulo implantou a todo vapor a reforma.

O currículo foi aprovado no final do ano passado e estamos justamente no momento de fazer essa implementação. Tivemos um PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) já totalmente adaptado ao currículo da reforma do ensino médio. Quem é de escola sabe disso; eu sou professora do Instituto Federal, nós já recebemos as consultas para escolhermos os livros.

E o formato do nosso material didático hoje já é totalmente desenhado de acordo com essa nova racionalidade das áreas de conhecimento. E, também, em um currículo por competências, razão pela qual no Instituto Federal em que eu trabalho, rejeitamos ainda o PNLD como uma possibilidade de material didático. Porque praticamos um ensino médio e entendemos que os materiais do PNLD se opõem ao nosso projeto pedagógico; não seria possível trabalhar com esse material em sala de aula.

Fomos contrários a adoção desses livros. E o que a gente está vendo acontecer em São Paulo é que há um grande interesse em massificar, principalmente, o itinerário formativo 5, que é o profissionalizante.

Isso tem nos preocupado muito. O próprio Instituto Federal já recebeu uma proposta da Secretaria de Educação para ser ofertante de cursos técnicos de baixa duração. Também rechaçamos esta proposta, a comunidade rejeitou e, por enquanto, por razões de ordem burocrática, a reitoria também suspendeu a adesão a esse convênio; Mas o fato é que da maneira como a reforma está sendo implantada em São Paulo, ficamos muito preocupados porque primeiro rebaixa a nossa formação geral - a nossa formação geral era de 2.400 horas e passa a ter 1.800 horas com a BNCC.

Em segundo lugar, rebaixa a educação profissional porque quem faz educação profissional de qualidade, no caso do nível médio, a gente chama de ensino técnico de nível médio. O Instituto Federal faz isso, o Centro Paula Souza faz isso.

Quando você transforma a educação profissional de uma modalidade com uma série de marcos legais tem toda uma norma para funcionar, um catálogo, exigências. Quando se reduz toda essa modalidade a um itinerário formativo que pode ter uma duração muito curta, está se rebaixando a formação profissional, a educação profissional.

Quando o que defendemos é que tanto a formação geral quanto a educação profissional sejam integradas, não sejam justapostas como está sendo proposto pela reforma; E a maneira como essa justaposição tem sido feita rebaixa tanto as formações científica e geral, quando rebaixa também a formação profissional.



Universidades e a Reforma do Ensino Médio

Muitas universidades, muitos pesquisadores, a própria ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) já se manifestaram por meio de seus documentos com posicionamentos bastante críticos a essa atual reforma. Claro que eu estou falando da minha visão, e não represento ninguém, mas é interessante também a olharmos o quanto as universidades foram deixadas de lado nesse processo de pensar a reforma, desenhá-la e, sobretudo, implementá-la.



Os atores que hoje estão à frente dessa implementação, geralmente são institutos e fundações ligadas ao setor privado, enquanto que as universidades que se mantiveram críticas à reforma foram colocadas na geladeira - e não têm tido a oportunidade de participar ativamente.

E só para fechar, dizer que seria muito importante que pudéssemos adiar a implementação da reforma para 2022. Ela está prevista para ser implementada em 2022, e sabemos que a pandemia impossibilitou que as escolas pudessem debater, digerir os documentos e deliberar de maneira democrática a forma de fazer a implementação dessa reforma. Não tivemos condições de produzir esse debate, que é previsto em lei, para acontecer nas escolas. Acredito que seria uma prioridade nossa buscar adiar esse processo de implementação.

Os Itinerários Formativos e o Aprofundamento Escolar

PROF. DR. JOÃO CARDOSO PALMA FILHO

(APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo)

Boa noite. Quero inicialmente agradecer o convite para estar participando dessa discussão e também cumprimentar o deputado Maurici, que é o presidente da Comissão de Educação, por estar promovendo essa sessão. E que já devia estar sendo feita de uma forma mais ampla até pelos próprios governantes aqui no estado de São Paulo, que pouco discutiram de uma forma mais geral e ampla essa complexa reforma que está se implementando ou querendo ser implementada no estado de São Paulo.

Eu estou aqui representando a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) por uma delegação da professora Bebel que, aliás me pediu também que dissesse que estou representando o mandato dela de deputada estadual.

Eu acho que o histórico já foi muito bem-feito pela professora Ana Paula. Agora eu diria o seguinte, essa

reforma começa já errada de início. E aquilo que começa errado no não tem possibilidade de dar certo. É uma reforma que vai durar aqui no estado de São Paulo no máximo três ou quatro anos e logo estará sendo revista porque não vai funcionar.

Primeiro pela forma que foi posta, uma Medida Provisória. Que nesse caso aliás, uma Medida Provisória tem que pelo menos contemplar dois requisitos: relevância e urgência. Se tratando do ensino médio, não havia nem uma coisa nem outra.

Na realidade, atropelou uma discussão que vinha acontecendo na Câmara Federal que já tinha quatro anos mais ou menos e estava encaminhando uma proposta de reforma. A intenção, então, não era realmente ampliar uma discussão, porque quando você o faz por meio de uma Medida Provisória; Está dizendo o seguinte: o parlamento tem que aprovar em 120 dias. Aliás, já começa a valer no dia que é publicada no Diário Oficial.

Do ponto de vista do que propõe a estrutura curricular, por exemplo, o ensino médio era um velho ensino médio porque isso me lembra a reforma que tivemos naquela época do segundo grau, na década de 1970 onde a estrutura curricular era exatamente o núcleo comum, que hoje a gente chama de formação geral básica.



Núcleo Comum

É o núcleo comum hoje com 12 disciplinas, que eles não chamam de disciplina, usam “componentes curriculares”. Você tem uma formação geral básica que era aquele antigo núcleo comum com 12 disciplinas e tem a parte diversificada na forma de itinerários formativos. Mas por que a Secretaria, nas matrizes em que tem divulgado, está chamando esse itinerário formativo de aprofundamento curricular?

Aí tem uma complicação dentro da própria reorganização que está havendo no estado de São Paulo em relação às modalidades de ensino médio. Tem aquela modalidade do diurno, que era de 3 mil horas e agora passou para 3.150; eram 5 aulas semanais, agora são 7, só que a aula que antes era 50 minutos. No final das contas não fica muito diferente.

Depois você tem o modelo de 7 horas, as tais PEI (Programa de Ensino Integral), depois tem PEI de 9 horas. A formação geral básica não importa qual é a carga horária total, fica sempre em torno de 1.800 horas. O restante vem por conta dos itinerários e também de um acréscimo de 150 horas que envolve tecnologia, o projeto de vida que também importaram.

Isso não é original de São Paulo, foi implementado inicialmente lá em Pernambuco, ainda no governo Jarbas Vasconcelos. Foi lá que surgiu o ensino médio tempo integral e surge essa figura do projeto de vida. Se olhar as cargas horárias, vai dar para perceber que vai aumentar mais ainda o distanciamento em termos de carga horária e tempo de permanência na escola entre diurno e noturno. E o noturno para poder atender, passar para 3 mil horas - que hoje é de 2400 -, 5 aulas semanais, vai para a 3 mil horas. É um acréscimo de 600 horas, só que não cabe, não tem mágica nisso. O noturno de segunda a sexta comporta 5 aulas. Mas aí vem uma novidade que a reforma de São Paulo está trazendo: você pode dar 3 aulas adicionais, vai de 5 para 8, essas, e essas 3 aulas adicionais coloca aos sábados ou também de forma “a distância”.

A tendência que vai se construindo é normalmente “a distância”, como aliás já é feito em muitas escolas particulares. Aí há uma outra questão. As escolas particulares vão seguir? Eu tenho informações de que não vão. Aliás, recentemente, uma mãe de uma aluna de ensino médio de uma escola particular me consulta se poderia ser diferente. Porque ela ligou lá para escola para saber qual era o itinerário formativo que a filha ia poder cursar, seguir com o nosso currículo tradicional, que é aquele que a população deseja para que eles possam ingressar em uma boa universidade pública ou privada. Então vai ter aí também um distanciamento, que já existe, mas vai se acentuar entre o sistema público e o privado.

Nos anos 70, na reforma 5.692, foi exatamente o que aconteceu. As escolas particulares conseguiram dar um jeitinho de continuar mantendo os conteúdos, as disciplinas que eram cobradas nos vestibulares.

E esse é outro ponto de interrogação. Porque essa engenharia que a Secretaria publicou são mais de 200 matrizes curriculares. Quando você olha a parte dos itinerários formativos, eu não sei como é que um diretor de escola vai se arrumar. Aí é um problema que o Luiz Gonzaga talvez possa ajudar. Como é que vai resolver lá na escola essa questão dos itinerários?

Outra coisa, obrigatório agora apenas Português e Matemática nos 3 anos. Os demais componentes curriculares e disciplinas, as outras 10, poderão não figurar e não estão figurando, pelas matrizes que eu já vi, em todos os anos.

E temos situação de disciplina que em um ano vai ter uma aula por semana. Quer dizer, um retrocesso. Nós já tínhamos eliminado essa história de disciplina com uma aula por semana.

A reforma tem que ser analisada não é em termos do que estabeleceu a Lei 13.415, que alterou praticamente todo o ensino médio que estava na LDB de 96. Mas como que os sistemas estaduais a estão entendendo, como é que estão interpretando e implementando.



Diferentes Sistemas Estaduais

Vamos ter diferentes sistemas estaduais. Aliás, o Rio de Janeiro parece que não vai implementar por enquanto. Também está repetindo um pouco o que aconteceu lá atrás, quando saiu a reforma em 1971 e alguns estados demoraram muito para implementá-la. São Paulo, aliás, foi um que só começou a implementar 6 anos depois. Logo em seguida voltou atrás porque a própria obrigatoriedade do ensino médio profissionalizante, na época de segundo grau, acabou sendo revogada pelo presidente Figueiredo, porque ele entendeu que não estava funcionando por várias razões.

Nós vamos ter um processo de exclusão. Seguramente, os estudantes que não têm condições de ficar em uma escola de 7 horas para cursar o ensino médio vão buscar uma transferência para uma escola comum, que não seja nem de 7, nem de 9 horas. Até agora isso foi uma saída.

Mas daqui para frente complicou porque a Secretaria resolveu - uma decisão de governo, uma decisão política, eleitoreira -, transformar mais da metade da rede em escolas de tempo integral, que dizem ser de ensino integral. Na realidade, é tempo integral. É aumento de carga horária para 7 ou para 9 horas.

Tenho notícia de algumas cidades no interior que já não têm escolas no modelo PEI, de 7 horas. Então o estudante não tem para onde ir. Vai para o noturno. E está havendo também um esforço grande para diminuir as classes no período noturno. É um processo de exclusão, é uma reforma de exclusão.

Não é uma reforma realmente para integrar. Primeiro, integrar o currículo, como já foi destacado pela professora Ana Paula. Tínhamos já um modelo de ensino médio integrado que eles abandonaram.

Para aproveitar os professores que a Secretaria tem, simplesmente colocaram os mesmos professores de disciplinas da formação geral para trabalhar aqueles outros temas. Tem uma matriz que aqui só para dar um exemplo. A de Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Diz assim: "Segunda série, duas unidades curriculares"; Tem sempre 2 unidades curriculares na segunda série e 4 unidades curriculares na terceira série. Unidade curricular um, o tema é: Cidadania Local e Global. Eu e os outros, a vida em sociedade, convivência democrática e justiça social, sonhando o Brasil, aliás hoje está ótimo para sonhar o Brasil. Sonhando o Brasil, um projeto original de desenvolvimento e por aí vai.

Quem vai lecionar isso? Aí vem em seguida: tem a Licenciatura Prioritária e tem a Licenciatura Alternativa. Primeiro, por exemplo, para dar esse primeiro componente em Filosofia. Porém, se não tiver o professor de Filosofia pode ser o de Sociologia ou o de Língua Portuguesa. Assim vai. Por exemplo, sonhando o Brasil, um projeto original de desenvolvimento, pode ser o professor de História. A prioridade é o professor de História. Se não tiver o professor de História ou se ele não quiser pegar essas aulas, por alguma razão, pode ir para o de Sociologia ou Geografia.

O que está parecendo é o seguinte: como os professores vão ter poucas aulas na formação geral ou básica, porque eles não terão aula em todos os anos - a não ser os de Português e o de Matemática -, ele vai poder pegar para poder completar a sua carga horária, não importa se ele está competente com aquele componente, que estão chamando de componentes curriculares. Para mim isso são temas, na realidade. Aliás, esse é outro aspecto da posição do currículo.

Organizam currículos com duas lógicas que são incompatíveis. A formação geral básica é disciplinar. Os itinerários formativos não são disciplinares, são temas. Por isso eu estou à disposição para depois aprofundarmos aí alguma outra questão que se tenha ficado ainda no ar.



O Tema da Formação Profissional na Reforma do Ensino Médio

PROF. LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA PINTO

(UDEMO – Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo)

Boa noite a todos. Agradeço o convite, a UDEMO agradece o convite a participar desse debate. A UDEMO é uma associação bastante antiga, de 1952. Surgiu justamente quando o Estado tentou destruir a função do diretor de escola, o cargo diretor de escola, transformando em função e deu-se então uma rebelião dos diretores, o que desaguou na fundação da UDEMO. Nós vamos completar agora, em 2022, 70 anos de existência. Foi uma entidade que teve um período bastante grande de dificuldades de sobrevivência.

Na verdade, nós nos estruturamos mais fortemente nos anos 80, quando pudemos ter uma infraestrutura financeira capaz de levar a entidade a uma posição de luta mais positiva.

Fiz um pequeno estudo a respeito da proposta do novo ensino médio e concordo plenamente com algumas colocações que foram feitas pelo representante da APEOESP e pela Ana Paula, pelo Palma e gostaria de deixar claro que é uma proposta bastante complexa.

Muitos conceitos que eu não sei se foram perfeitamente compreendidos em todas essas ações da Secretaria, no sentido da capacitação do pessoal através do centro de mídias e através da EFAPÉ (Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo).

Muitos termos: projeto de vida, eletivas, inova, enfim uma parafernália que torna até certo ponto muito difícil a compreensão de tudo isso. E como vai ser aplicado na realidade dos próximos anos.

Inicialmente, tenho que dizer o seguinte: começou em 2021, neste ano, sem alunos. Quer dizer, a maior parte dos alunos estava recolhida na quarentena, não poderia participar evidentemente com essa pandemia. As escolhas do projeto de vida foram comprometidas porque inicialmente ficou estabelecido que os professores iriam trabalhar com os alunos no sentido de

fazê-los compreender a questão dos itinerários, as suas escolhas de futuro de vida, em relação a que tipo de curso eles pretenderiam, ou Humanas ou Exatas etc. e tal.

Isto acabou ocorrendo pura e simplesmente por uma pesquisa da própria Secretaria de Educação. Porque esse pessoal não escolheu nada. Já estava escolhido pela Secretaria da Educação. Esse foi o primeiro problema, muito sério.

NOVOTEC

A gente sente que da parte da Secretaria de Educação do Governo do Estado há uma inclinação muito forte em levar os alunos para um caminho da formação profissionalizante, através do chamado Novotec. Aliás, o Novotec é muito estranho porque ele não vai ser da escolha, da opção de todos os alunos. Está limitado a um certo percentual bastante pequeno.

Temos dois aspectos do Novotec: um Novotec Integrado, que vai se compor com o propedêutico e com os itinerários ligados à questão da profissionalização. O Estado imagina que vai formar profissionais altamente certificados para o mercado de trabalho, uma questão bastante controversa.

Há também o Novotec Expresso, que consta de um curso de 4 meses onde vai ser ofertado uma série de propostas de profissionalização até certo ponto estimulado financeiramente pelo Governo, na medida em que está concedendo àqueles que optarem pelo Expresso uns 600 reais, 150 reais por mês. Talvez isto esteja sendo proposto porque me parece que não está tendo a adesão esperada pela Secretaria da Educação.

Questões que, de certa maneira, me parecem bastante controversas e não sei se realmente nós teremos, tanto do Integrado como o Expresso, uma formação que realmente traga grandes oportunidades no mercado de trabalho.

Do ponto de vista das várias áreas do conhecimento que serão aprofundadas pelas unidades curriculares, elas apresentam uma série de problemas muito sérios, complicados. Em primeiro lugar porque os temas não são de domínio dos nossos professores. Não foram formados em áreas de conhecimento, mas em determinadas disciplinas. E mais ainda, esses temas são estranhos ao trabalho docente dos nossos professores do ensino médio.

O que faz com que seja necessário que a Secretaria da Educação, que o Centro de Mídias, a EFAPE, produza um número enorme de materiais sem os quais esses professores não darão conta do que está sendo pedido em relação a essas unidades curriculares. Um outro problema que se torna quase insolúvel porque eu não acredito que a Secretaria vá fornecer tanto material assim aos nossos docentes.

Uma outra questão, que é muito importante, é a desigualdade apresentada entre as unidades comuns e as PEIs (Programas de Ensino Integral). As PEIs terão realmente o número muito maior de aulas, tanto as de 7 horas de aulas quanto as de 9 horas. A PEI é uma instituição muito importante. Eu, inclusive, acho que para que se tenha a mínima condição de levar adiante uma proposta de reforma do ensino médio teríamos que ter todas as escolas transformadas em escolas para um tempo maior para que os professores pudessem trabalhar e se capacitar, com o tempo hábil a tudo aquilo que está se pedindo em relação ao novo ensino médio.

Desigualdade

Há uma desigualdade muito forte. Concede-se muitas possibilidades de trabalho nas escolas PEIs e muito pouca em uma escola comum na qual o professor entra e sai e dá aula como pode. Este é um problema muito sério. O curso noturno é um problema mais sério ainda porque se neste momento em que o número de aulas são 5 à noite - já tem um nível de evasão extremamente grande.



Até porque não temos uma estrutura, um estímulo maior ao aluno do ensino noturno, com esta ampliação de número de horas com o aluno entrando mais cedo e saindo mais tarde. Isto é um convite para debandada geral do ensino noturno.

Eu não tenho a menor dúvida de que isso pode provocar realmente uma evasão extraordinária. Por outro lado, como é que os diretores de escola vão se virar para orientar esse pessoal todo que vai entrar num processo maluco de trabalho sobre o qual eles têm poucas experiências ou experiência nenhuma?

Outro problema seríssimo vai ser essa questão da atribuição de aula em novembro. Vai ser uma mixórdia daquele tamanho porque teríamos atribuições para o propedêutico, para o projeto de vida, para eletivas...porque haverá aulas de eletivo. E o professor trabalhando sistematicamente para esclarecer o aluno sobre o que ele quer fazer em relação ao seu projeto de vida, em relação ao seu futuro acadêmico.

Eu penso que realmente nós teremos problemas seríssimos. Agora, o resultado de tudo isso nós só vamos ter depois que as coisas forem colocadas em prática, e não acredito que eu concorde com o professor Palma de que isso possivelmente não vai perdurar. Até porque eu não sei até que ponto as universidades vão se acoplar a todas essas propostas. Elas vão mudar radicalmente todos os seus currículos para atender tudo isto? Não sei. Não tenho certeza. Acho que nós vamos viver problemas muito sérios em relação ao ensino médio.

Ainda que se considere que o ensino médio teria realmente que passar por profundas reformas. Profundas reformas que se ligam à falta de estrutura na escola pública, à falta de condições de trabalho e, fundamentalmente, à falta de valorização salarial de todos esses docentes que hoje estão absolutamente insatisfeitos com a situação em que vivem. E com tudo isso eu acho que as coisas vão se agravar ainda mais no nosso ensino público. É mais ou menos isso que eu gostaria de colocar como diretor de escola e como representante da UDEMO. Muito obrigado pela oportunidade.

A Universalização e Ampliação do Ensino Médio

PROFA. ROSAURA APARECIDA ALMEIDA

(APASE - Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo)

O sindicato APASE, desde 2017 vem fazendo estudos e debates sobre a reforma do ensino médio, pensando enquanto uma política pública que responda a problemas declarados por parcelas que disputam a educação e soluções sociais para isso.

Quais eram as discussões que estavam rolando sobre o ensino médio no período da reforma? Então vou trazer aqui a declaração do problema. Se uma política pública é uma resposta estruturada a um problema declarado, o que a gente tem lá? Vínhamos com uma conquista, a Emenda Constitucional 29, que estabelece a escolaridade obrigatória de 4 a 17 anos de idade.

Portanto, inclui a população do ensino médio na perspectiva de obrigatoriedade da escolaridade. E cria uma demanda para universalização dessa etapa de ensino, a Meta 3 do Plano Nacional da Educação, que deveria ter sido universalizada até 2016. Ou seja, o atendimento escolar de toda a população de 15 a 17 anos, assim como elevar até o final da vigência do Plano Nacional a taxa líquida de matrícula do ensino médio para 85%.

Há então, primeiro, uma demanda de fato pela universalização e ampliação do ensino médio. Ao mesmo tempo, tem os relatórios da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-, de 2013 e 2015, trazendo que 20% dos jovens entre 20 e 24 anos não estavam nem estudando nem trabalhando; 39% com o ensino médio incompleto só estariam no trabalho; com nível universitário completo 66% estavam no trabalho, e 16 no estudo. Assim, vejam que o NETS (nem estudo, nem trabalho) também estão entre aqueles já estavam formados.

Não dá para aceitar só o discurso que a reforma do ensino médio atacava essa questão do “nem estudo nem trabalho”. Falava-se das melhorias da escolarização, o ritmo lento do ensino superior, por quê? Porque como as políticas de inclusão no ensino superior, também tinha a universalização ou ampliação do ensino médio - uma demanda por ampliação de vaga mesmo no ensino superior. Interessante que a OCDE coloca num desses relatórios a melhor qualidade e consideravam aceitável a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Como se não pudesse melhorar a qualidade para tudo.

A baixa produtividade no setor industrial pela baixa qualificação para o trabalho. A qual interlocutor a reforma do ensino médio estava tentando responder as necessidades?

A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em 2014, traz que dos jovens de 15 a 18 anos, 31% estavam economicamente ativos; 33% destes com renda menor que um salário-mínimo, e 29% sem trabalho.

Perceba que as desigualdades importantes de escolarização ligadas a gênero, a questão étnico-racial, a renda e a região geográfica eram também o que determinava desigualdades educacionais. Tanto que o UNICEF publica, mais ou menos nessa época, os 10 desafios para o ensino médio no Brasil.

Desafios que são: como lidar com os adolescentes que estavam retidos no ensino fundamental, trazer para sala de aula os excluídos do ensino médio, investir na relação educador/educando, valorizar professor, levar em conta a diversidade do público nos vários contextos, enfrentar a discriminação, violência e bullying, repensar a organização escolar, definir uma identidade para o ensino médio, investir mais em educação e garantir um fluxo escolar adequado para o acesso no ensino médio dos jovens e adolescentes.

Em 2015, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) faz a jornada do trabalho decente para juventude. Aborda a evolução e desigualdade dos indicadores educacionais, diz que existe uma evolução, mas ainda permanecem desigualdades por características demográficas e socio-regionais.

O Trabalho Decente para a Juventude

E dentro das prioridades da agenda nacional para o trabalho decente para a juventude, coloca lá que as causas mais citadas para o desemprego e as condições precárias de trabalho dos jovens são a baixa escolaridade, ausência de qualificação, falta de experiência, dificuldade de conciliar estudo e trabalho, falta de informação sobre postos e vagas no mercado de trabalho e maior propensão dos jovens a aceitarem condições precárias de trabalho.

E aí a agenda nacional de trabalho decente para juventude coloca como prioridades: mais e melhor educação, conciliação de estudos, trabalho e vida familiar, inserção ativa e digna do mundo do trabalho com igualdades de oportunidade e tratamento, mais o diálogo social, juventude, trabalho e educação.

E é comum afirmar que se não há uma identidade do ensino médio também, de forma geral, a reformulação realizada busca resolver uma atenção entre universalização e seleção. É para quem é de que ensino médio que estamos falando. E nesse processo ter uma discussão cada vez maior.

Se o foco das políticas e propostas pedagógicas é para uma formação geral, então que pudesse trazer equidade para toda a população até 17 anos, até o final do ensino médio de formação geral. E também de uma formação sólida para as pessoas em desenvolvimento da educação infantil ao ensino médio.

Se seria qualificação profissional ou preparação para universidade, o que ela muda? Essa lei aprovada começa, de fato, com uma Medida Provisória, mas acabou sendo aprovada em 2017. Alguns aspectos que ela traz são: primeiro, é uma ampliação da carga horária anual para 1.400 horas, sendo que para o ensino fundamental, etapa anterior, permanecem as 800; o que é uma coisa estranha.

Aumenta a carga horária do ensino médio mantendo-se o período parcial para os mais jovens, inclui um ponto que não é tema do debate, mas é importante: Incluir à base nacional comum curricular para educação infantil. E há uma disputa na educação infantil por causa do apostilamento dessa etapa de ensino. Uma outra visão sobre como deve ser essa etapa de trabalho nas instituições educacionais para este público.

Se cria aí um apostilamento porque se tem BNCC para educação infantil. O teto curricular da Base Nacional Comum para o ensino médio passa a ser de 1.800 horas no curso, sem um mínimo obrigatório. Então se a reforma estabelece teto, ela não põe o que seria piso.

Esse é um dado importante para a gente pensar, não pode ter mais que 1.800 horas. Mas em momento nenhum diz qual que seria o mínimo. E o que acontece? Dessa carga horária de 1.400 horas por 3 anos, que é o mínimo, daria um total de 4.200 - o que significa que a base nacional comum. Seria acesso igualitário ao conhecimento produzido e disponível historicamente pela humanidade, que passa a ser pouco mais de 40% da sua formação.

Além disso, estabelece a obrigatoriedade da língua estrangeira, a partir do sexto ano, ser o inglês, quando anterior a isso o que se tinha era uma língua estrangeira moderna a ser discutida no âmbito da localidade.

Fazia parte das questões regionais, porque a gente tem em um país continental como o Brasil determinadas regiões. E, principalmente, se alinhando também à questão do Mercosul, com os países que fazem parte de



fronteira e trabalhavam mais o espanhol como língua estrangeira moderna.

Agora passa a ser o inglês, em um total alinhamento ao Norte da América, e não aqui aos nossos vizinhos da América do Sul. E mais uma coisa; inglês, o termo não é mais componente, mas passa a ser ofertado a partir do sexto ano. E é a oferta de estudos na língua, com essas minúcias na questão da redação, que começam a causar desconfortos do que isso pode significar na sua implementação.

Arte, Educação Física, Sociologia e Filosofia passam a ser estudos e práticas. Só existe, como já foi dito, obrigatoriedade de ensino de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos do ensino médio. Vê-se como se atrela isso à ideia de habilidades e competências, temos Língua Portuguesa e Matemática com caráter instrumental e não com o de Ciência.

E no caso da Língua Portuguesa, há pouca coisa quanto a questão da fruição da Literatura, por exemplo, como as habilidades e competências e introdução de projeto de vida e competências socioemocionais.

Então, vínhamos de um avanço quando da abertura democrática para que os projetos pedagógicos das unidades escolares estabelecessem uma visão crítica do território em que o estudante estava inserido e iria analisar, criticamente, a sua realidade para poder propor um novo modelo de sociedade.

A gente tinha esse tipo de alinhamento de discussão para os projetos pedagógicos, para a ideia de projeto de vida, que é altamente individualista, é de reprodução. Então, na verdade, paramos de discutir uma sociedade mais humana e fraterna, por meio de uma análise crítica da realidade, para quê? Para um projeto individual da sua vida em uma sociedade que vai permanecer exatamente como ela deve ser.

E as competências socioemocionais que são apregoadas também nessa reforma, incluindo o que tem se falado muito, é a tal da resiliência. Aliás, o que é a resiliência? É a capacidade da pessoa quando vai para o mundo do trabalho se manter ativa e produtiva, apesar de os direitos serem retirados e das condições de trabalho precárias. É disso que a gente está falando?

Acho que precisamos discutir o que seriam essas competências socioemocionais, principalmente a resiliência que se prega tanto nesses discursos. E o que se vê é um retrocesso ao período tecnicista lá da década de 70. Os itinerários formativos são quase uma reinvenção dos setores econômicos daquela época (setor primário, secundário e terciário), que era dessa forma o que o ensino médio era organizado à época.

Para quê? Para uma reprodução da estrutura social e não seu questionamento. E uma coisa que é importante dentro dos itinerários formativos, são as áreas de conhecimento, itinerário 5, que trata da formação profissional. Em nenhum momento fala-se que a formação profissional é de nível técnico. Só de formação profissional, não de profissionalização.



Itinerários Formativos e a Combinação das Áreas de Interesse

Dentro dessa estrutura como é possível que as unidades escolares estabeleçam que esses itinerários formativos sejam uma combinação das áreas de conhecimento? As escolas privadas hoje podem manter os seus currículos exatamente como estão, não mudarem nada, e serem, de fato, uma formação sólida do conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

Porque a própria reforma já dá essa possibilidade quando traz que o itinerário, a parte diversificada, itinerário informativo, pode ser uma combinação das áreas de conhecimento, ou seja, pode ser uma continuidade daquilo que já estava.

Apenas altera um pouquinho como é será a matriz curricular e o projeto pedagógico. Mas o Inciso 5 é tão requerido que essa mesma legislação cria uma rubrica específica de repasse per capita do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) para o itinerário formativo 5.


Quando se vê a lei do FUNDEB vai ter um percentual que vale um, que é para o ensino fundamental de meio período, ensino fundamental de período integral, educação infantil, a creche; se é meio período, integral, contraturno, educação especial no ensino regular, o ensino médio integral e educação profissional.

Tudo tem uma rubrica e essa reforma cria uma específica para o itinerário formativo número 5, o da educação profissional.

Para concluir, precisamos olhar essa implementação. Já tem os desenhos que tanto a Secretaria de Educação coloca nessas inúmeras matrizes curriculares que, na verdade, serão só duas por escola.

São duas por período pelo ensino médio porque o tempo todo fala da escolha do aluno de acordo com a possibilidade de oferta da escola. Então a escolha é até a página 2, e precisamos olhar a quais interesses atendem e como que a gente consegue furar essa ideia. Porque Educação é algo que se disputa e estamos falando da formação das novas gerações para o modelo de sociedade que se quer.

Como é que a gente fura essa bolha e consegue fazer aquilo que a gente defende, apesar do que está sendo imposto? Estou à disposição para continuar conversando a respeito dessas questões. Até aprofundar um pouquinho mais sobre o que está acontecendo na rede estadual.



Engajamento e Participação na Discussão da Reforma

JULIA FERNANDES DOS SANTOS

Estudante

Boa noite, pessoal. Muito prazer, eu gostaria de agradecer o convite do deputado, do pessoal. Meu nome é Júlia Fernandes dos Santos, tenho 19 anos, moro na região de São Paulo, zona Oeste, em Itapevi. Terminei o meu ensino médio no ano de 2019, mas eu já venho estudando há algum tempo. No ano de 2020, fiz um intercâmbio nacional para a região do Amazonas, e neste ano de 2021 me dediquei especialmente aos estudos para o vestibular, que será daqui a cinco semanas, no Enem.

Gostaria de começar dizendo que é muito interessante estar participando dessa discussão porque é algo que venho falando, comentando com pessoas, com ex-alunos da minha escola e, principalmente, dentro da escola comum, que é de onde eu venho. E posso dizer que eu tenho um privilégio de estar dentro dessa escola comum porque é como se sentisse o gosto de uma mudança social, de dentro da educação pela escola comum porque ela realmente promove isso.

Então, falo em nome dessa escola comum, de todos os estudantes de escola pública, de rede pública. Eu estudei todos os meus anos em escola pública. Meu ensino médio fiz em ETE - Escola Técnica de São Paulo, integrada ao ensino médio. E é pelo nome da juventude que eu falo, dou meu depoimento como estudante, artista da região e aquela que viveu e vive todos os dias dentro desse ensino brasileiro, desse modelo brasileiro de educação.

Eu queria começar relatando uma experiência que tive dentro da escola e resume toda a minha visão sobre educação e a questão da reforma do ensino médio. Uma criação de um coletivo cultural que eu e um amigo promovemos dentro da nossa escola, nossa ETEC, no ensino médio. Teve uma vez que um professor de português passou uma redação e cada aluno, cada dupla, teria que escolher um tema. Nosso tema de redação escolhido era a dificuldade da cultura do aluno dentro da escola, da realidade do aluno na escola.



A Criação do Coletivo Cultural

Depois do sucesso dessa redação, fiquei pensando: por que isso aqui tem que ser apenas um tema de redação, uma proposta de intervenção, assim como a gente faz dentro da nossa escola? Por que isso aqui não pode virar uma realidade?

E ali tínhamos proposto soluções, iniciativas para melhorar isso que era uma dificuldade dentro da nossa escola. Havia evasão escolar, desestímulo pela educação. Como resolver isso? Ali tivemos a iniciativa de criar um coletivo cultural. E esse era um nome mesmo, um coletivo que visava promover o protagonismo juvenil dentro da escola.

A autonomia, engajamento e a participação do aluno dentro do aparato educacional, fazendo com que ele fosse não somente um figurante como o sistema educacional. É o aluno um figurante, sentado em uma cadeira, dentro da escola, mas nosso objetivo é que ele fosse participativo em seu próprio processo educacional para que construísse junto com o professor e com a escola.

Esse coletivo existe até hoje, vigorando na escola, e queria pontuar uma das coisas que eu percebi da implementação desse coletivo: Um choque que a nossa escola sentiu desse peso, dessa nova exigência dos alunos para esse novo modelo e essa nova ideia de uma nova educação na escola.

A nossa escola não estava preparada para isso. Assim como todas as escolas e muitas escolas não estão preparadas para um novo modelo, uma nova mentalidade educacional. Era nesse ponto que o que eu queria ressaltar aqui. Essa questão da infraestrutura da escola, da preparação de professor, de todo o corpo da escola na temática da reforma do ensino médio.

Os professores estão preparados para essa nova mentalidade do ensino médio? A qualificação dos professores e a escola, a infraestrutura da escola, também está preparada? Teve um depoimento de um professor nosso falando sobre a questão da universidade, desse mundo de educação e disse assim: "Júlia, eu cheguei na universidade, eu tive tantos aprendizados na universidade. Quando eu cheguei na escola...". Ele é professor de Educação Física. "... quando eu cheguei na escola eu me frustrei porque tudo aquilo que eu aprendi eu não conseguia aplicar na escola, os recursos faltavam, infraestrutura faltava, às vezes eu queria passar uma aula de vôlei, não tinha bola de vôlei, eu tinha que comprar com o meu dinheiro a bola de vôlei."

Então, fiquei pensando nisso dentro dessa temática da reforma do ensino médio. As escolas, principalmente a pública, de onde eu vim e sei da sua precariedade e também na ETEC, o que já é uma diferença muito grande, são duas escolas públicas, duas realidades.

Há uma desigualdade muito grande porque a escola ETEC tem uma infraestrutura muito melhor do que a escola estadual. E a gente consegue sentir essa desigualdade. Foi nisso que eu fiquei pensando diante da questão da reforma do ensino médio. As escolas precarizadas, periféricas vão ter os mesmos recursos e vão conseguir atender a demanda, atender o aluno da mesma maneira que a escola particular vai conseguir atender?

Vai trazer de forma melhor esses itinerários formativos e de uma grande qualidade da mesma forma que a escola particular vai conseguir? E falando sobre o tema da escolha, por exemplo, o aluno vai poder escolher. Porque essa é a visão da reforma do ensino médio, que vislumbra autonomia, engajamento, participação e protagonismo jovem. Isso para que o aluno realmente seja esse protagonista de escolha. Mas será que ele realmente vai ter essa escolha a partir do momento que a escola não consegue nem trazer todos esses itinerários formativos?

A escola às vezes não vai conseguir trazer esses cinco itinerários. Às vezes, será um, dois. E, às vezes, não é o que o aluno quer. E aí? Tenho que mudar de região, de escola para conseguir ter aquilo que eu desejo?

A Preparação da Nova Escola



Outra questão era da preparação da nova escola, a mentalidade de professores. Mentalidade da substância porque já ouvi uma frase que diz que “a substância deve prevalecer sobre a forma”. Acho que é exatamente sobre isso. Quando a gente fez aquele coletivo, pensamos em uma reforma educacional mesmo. Em quebrar esse sistema enrijecido e não aplicá-lo de uma nova maneira.

Se essa reforma do ensino médio for aplicada da mesma maneira, ou seja, como o que já é aplicado há anos, não vai resolver porque é contra justamente o que o aluno está buscando, uma nova forma de pensar, de pensar educação.

Uma nova forma dele se posicionar para que realmente faça parte daquilo, construa junto. Uma outra questão também, que é muito interessante, várias e várias vezes quando eu pensava e debatia na escola comum sobre reforma do ensino médio, perguntava para outros amigos aqui da região, alunos de escola pública: “E aí, você está sabendo da reforma do ensino médio?” E os alunos falavam: “Que reforma do ensino médio? Vai acontecer essa reforma?”. Era um choque. Porque essa questão da participação social, ou não participação social, essa negligência nessa proposta da reforma do ensino médio é gritante.

E eu já vi outra frase que dizia assim: “a proposta da política pública deve ser pensada com a cabeça do cidadão e não com a cabeça da política pública. Será que essa reforma foi pensada na totalidade para todos os tipos de alunos? O aluno periférico, o aluno de escola particular? Toda essa carga horária, por exemplo: vamos ter mais tempo dentro da escola?”. Isso é ótimo, é o que realmente o aluno precisa. Mas, na nossa realidade de pandemia, por exemplo, o que a gente vimos muitas escolas foi o que eu mesmo vivi no meu tempo de escola.

O aluno precisava realmente reduzir o tempo de escola porque tinha que ajudar a família na pandemia. Agora ele precisa trabalhar, ajudar em casa porque a situação não está tão legal. Então como que a gente vai se autorregular diante do nosso cenário atual também? Como que a gente vai atender essa demanda desse aluno que precisa ajudar em casa, que tem a realidade do trabalho, que hoje é gritante na questão dos alunos?

É sobre essa necessidade do aluno e quais são as necessidades do aluno, dos professores, do corpo discente e do corpo docente.

É muito interessante pensar porque essa reforma do ensino médio vem para, de fato, mobilizar e autorregular tudo que a gente vem vivenciando. Quando falo dessa questão de reforma é uma esperança para mim porque eu sei o quanto se precisa do protagonismo jovem.

Falando como estudante, é isso que o aluno precisa: se sentir parte da própria construção da educação dele. Essa reforma vem justamente para trazer essa esperança. Mas a implementação precisa ser bem planejada, bem pensada. E sempre digo que para uma reforma é preciso haver outras reformas.

Qualificação profissional, uma mudança de mentalidade tanto dos professores, de todo o corpo, também precisa ser feita. Uma reforma que precisa de outras reformas, outras coisas precisam ser pensadas para que essa proposta seja bem colocada.



PERGUNTAS

Prof. Eugênio: Boa noite a todos e a todas. Um forte abraço à iniciativa do deputado Maurici. Eu acho que a gente precisa ter mais espaços como esse, a discutir aí o novo ensino médio. Sou professor da rede pública, de uma escola do programa de ensino integral, e venho me sentindo muito incomodado com a forma e a maneira como o novo ensino médio vem sendo imposto para nós professores.

Tenho tentado, evidentemente, fazer algumas discussões com os alunos, mas de maneira muito limitada. A minha grande preocupação é o acesso ao ensino superior. A nova proposta do ensino médio cria condições melhores para que os alunos tenham acesso ao ensino superior? Ou o ensino médio foca somente a formação para o mercado de trabalho?

Que assim como nós temos alunos que querem, de fato, entrar no mercado de trabalho, temos também os que querem seguir a carreira acadêmica. Eu queria ouvir um pouco da professora Ana Paula como que ela vê o ensino médio e acesso ao ensino superior.

Vera: eu vou ler uma pergunta que teve no chat, do Fernando do Vale. Ele está falando sobre o princípio ético para um bom ensino e da questão da bonificação de algumas categorias de professores. Essa questão da precarização de algumas categorias. Então essa é a pergunta do Fernando do Vale, e vou passar para o Saul e na sequência, depois do Saul, o Jessé pode fazer perguntas também.

Prof. Saul: Boa noite a todas e todos, quero agradecer ao deputado Maurici, toda a equipe do mandato por estarem realizando esse debate, que é superimportante. Acho que já é uma primeira etapa muito significativa que estamos dando de fomentar esse debate. Uma vez que, pela fala de todos os professores, esse debate foi negligenciado. Tanto entre professores, alunos, comunidade escolar.

Então, é muito importante que, mesmo tardiamente, estejamos pautando essa questão. Eu gostaria de perguntar para os painelistas, - diante dessa situação bastante desafiadora, de tantas fragilidades da reforma do novo ensino médio -, quais seriam algumas proposições para tentar mitigar esse excesso de fragilidades.

Visto que é preciso implementar, de acordo com as diretrizes do MEC, em 2022 essa proposta do novo ensino médio para todos os alunos do primeiro ano. Ou se não tem muito o que fazer diante dessa proposta. Eu queria escutar um pouco de vocês sobre essas resoluções de alguns encaminhamentos. Muito obrigado.

Jesse: Boa noite a todos e todas. Primeiramente, queria cumprimentar o Maurici pela iniciativa, eu acho que como tema é muito propício para ser debatido nesse momento, mas o principal daqui é o nível dos nossos debatedores. O João Palma é um arquivo vivo, que acompanhou todo o processo de implementação de políticas públicas nos últimos vinte, trinta anos e contribuiu decisivamente para a organização da educação no estado de São Paulo, além da sua formação acadêmica etc.

O companheiro da UDEMO fez uma análise interessantíssima sobre a situação; a Rosaura, da APASE, trouxe levantamentos muitíssimos importantes. Acho que é necessário um dia a gente avançar e aprofundar um pouco os dados que ela trouxe.

E a Júlia, aluna que fala igual professora, tem um discurso articulado e está de parabéns pelas suas colocações. Eu só queria trazer aqui um elemento que me incomoda muito.

Eu concordo com as avaliações que foram feitas em relação a implementação desse novo, que para nós já é velho, ensino médio e com todas as nuances que foram destacadas aqui. Mas eu queria basicamente apontar a questão que o primeiro perguntador aí fez, sobre o acesso, mas em uma outra perspectiva.

Desde que eu fiz vestibular, há 40 anos, se mantém basicamente as mesmas estruturas. Com o SISU (Sistema de Seleção Unificada) e com o PROUNI (Portal Único de Acesso ao Ensino Superior) deu uma melhorada, avançou-se um pouco no acesso ao ensino superior, mas continua na mesma toada.

Eu queria pensar um pouco para além do SISU e do PROUNI, melhorar o acesso ao ensino superior dos nossos jovens, dado que essa questão da implementação do ensino médio que está sendo proposta, não avança nessa questão.

Quais propostas a gente poderia pensar? E para o Maurici também: o que poderíamos fazer em nível do estado de São Paulo para melhorar o acesso na USP, UNESP, UNICAMP, mas também nas universidades federais? O que se pode fazer para melhorar esse processo, que é fundamental para os estudantes que estão no ensino médio hoje? Muito obrigado pela possibilidade de participação.

Prof. Ana Paula: Sobre essa questão do acesso ao ensino superior como essa reforma propõe, acho que é ótima pois temos muitas hipóteses. E é difícil dizer que efeitos exatamente vai produzir nessa relação com ensino superior, mas o que acontece?

Como eu tinha dito, percebemos que uma das ênfases da reforma é massificar cursos profissionalizantes de curta duração. Então, nem diria que isso é uma política de melhorar a educação profissional, mas eles apresentam dessa maneira.

Porém, quando vamos ver o tipo de curso profissionalizante que está sendo oferecido pela reforma do ensino médio, são os de curta duração e isso não é novidade nenhuma. Temos visto, nos últimos 20 anos, políticas de massificação de cursos de educação profissional de curta duração.

Tivemos outros programas com outros nomes que fizeram isso, e temos estudos de impacto já dos egressos. Então, por exemplo, sobre os cursos profissionalizantes de 150 horas, como está sendo oferecido no Novotec Expresso, mas como também foi oferecido no PRONATEC e nos programas anteriores que antecederam PRONATEC, o que os estudos de egressos mostram é que o impacto de inserção profissional é perto de zero.

E por quê? Porque a grande questão sobre essa população, que precisa urgentemente de uma formação profissional, a educação nunca está sozinha; não adianta a gente achar que vai resolver, que a educação é varinha de condão para todos os problemas de desigualdade. A educação não é porque, inclusive, os estudos mostram que a educação tende a reproduzir as desigualdades econômicas.

Então se pegar quais são os estudantes que mais são excluídos, têm piores notas, maior dificuldade de se inserir na universidade, são aqueles de nível socioeconômico mais baixo. As políticas de distribuição de renda, se a gente quiser melhorar a inclusão educacional, é fundamental articular isso com as políticas de melhoria de renda, de acesso à renda. Mas aí o impacto social na vida dessas pessoas, dos adultos, dos jovens que recebem cursos de educação profissional de curta duração é muito pequeno.

Essas pessoas, via de regra, não conseguem se inserir no mercado com uma formação tão aligeirada. Em geral, são cursos também ligados ao eixo de gestão e negócios porque educação profissional exige laboratório, equipamento e é cara.

A educação profissional de boa qualidade, de nível técnico é cara. Só para se ter uma ideia de comparação, o Novotec está sendo generalizado com o Novotec Expresso, com curso de 150 horas, enquanto que, por exemplo, um curso técnico de nível médio tem 1.200 horas. Como que você vai se comparar essas duas coisas?



Demanda Popular no Ensino Superior

Em um texto do professor Luiz Antônio Cunha em um dossiê, um dos objetivos dessa reforma seria conter a demanda popular por ensino superior. Ou seja, se generaliza cursos de educação profissional, ainda que sejam de baixa qualidade, de baixo nível, inclusive, parte deles são a distância. Você diz para o jovem o seguinte: “Agora você já tem um diploma, você pode ir para o mercado de trabalho. Nós, o Estado, não precisamos oferecer ensino superior para você”.

É pensar o ensino médio com terminalidade. Por isso, eu concordo com o que o professor João Palma diz. Esse foi o objetivo da lei 5.692, dos anos 70, da terminalidade para o ensino de segundo grau e por isso ele tornou o ensino de segundo grau profissionalizante.

Então estou querendo dizer que devemos pensar que o modelo do ensino médio está relacionado com o ensino superior, sobretudo. E concordo com essa tese, como uma estratégia de contenção. Sabemos que nos últimos anos o ensino superior teve um processo de democratização e também que há uma reação social muito complicada a esse processo de democratização.

Muitos setores da nossa sociedade, inclusive os que hoje apoiam a atual reforma, como entidades ligadas ao setor financeiro, bancário, entendem que não dá mais para esse país financiar a educação para todos, chegou-se ao limite. Então a gente sabe que os setores conservadores, os setores rentistas desse país têm muito interesse em preservar o orçamento público para pagar os juros da dívida. Porque a gente sabe para quem que vão esses juros.

O orçamento público hoje é disputado. Essa coisa de rever a constituição de 88 é um pouco isso. “Olha, essa coisa de constituição cidadã, educação para todos, parou. Chegamos num ponto, deu agora está bom”. E que é um pouco a maneira como o nosso país vai lidando com a questão dos direitos.

Acho que o impacto no acesso ao ensino superior vai ser muito prejudicial. Primeiro porque a relação com o ENEM não está definida. No Instituto Federal a gente tem um cursinho popular de acesso ao ENEM; a situação de insegurança dos jovens é enorme.

Acho que muitos jovens só vão descobrir que caíram no conto do vigário mais para frente. Eles não sabem. E eu acho, que talvez o itinerário mais danoso do ponto de vista do processo formativo do jovem, a meu ver, nesse momento é o itinerário cinco.

Se eu tivesse que dar um conselho para um aluno, para um ex-aluno, que estivesse na rede estadual, para o meu filho, eu diria: evite o itinerário cinco. Quer dizer, invista em uma formação, ainda que você faça o itinerário, que tenha que escolher entre Matemática e Ciências Humanas, o que é um absurdo. Está certo?

Ele teria que ter direito a todo esse conhecimento porque a educação profissional que está sendo ofertada é curta, parte dela é a distância, e pior, pode ser dada por um profissional com notório saber que sequer tenha formação como professor.

Prof. Palma: Na minha avaliação, essa reforma quer desviar a escola pública do ensino superior. A LDB tem um artigo, no capítulo do ensino superior, que diz que o vestibular tem que se adequar ao currículo do ensino médio.

Aliás, não se fala nem vestibular. O processo seletivo para o ensino superior deve se adequar ao ensino médio. A minha experiência mostra o seguinte: como é que a universidade vai ler isso? Ela vai usar a formação geral básica, uma vez que vai ser muito difícil você poder trabalhar todos aqueles temas do itinerário formativo?

Outra coisa, como o estudante só vai poder escolher um, ele terá que, de alguma forma complementar e talvez isso vá abrir novamente um grande campo para cursinhos preparatórios, que vão ter que suprir aquela parte que ficou faltando, pois o aluno não vai trabalhar as quatro áreas.

Quer dizer, ele vai quando muito trabalhar duas áreas. Pode escolher Humanas e Ciências da Natureza; Humanas e Matemática; Linguagens e Matemática (que essa acho que ninguém vai escolher, aliás). Já foi dito aqui e é isso que vai acontecer: a escola vai oferecer o que ela terá condições de oferecer.

Então é um discurso muito evasivo que é feito. Por exemplo, um dos fundamentos que levantaram na época da Medida Provisória é que existia naquele momento praticamente quase um milhão de jovens chamados de nem-nem. Eu prefiro chamar de sem-sem: sem escola e sem trabalho. Essa história de nem-nem fica parecendo que não estuda quem não quer, e não é isso. Ele é que não tem como trabalhar e, muitas vezes, não tem como estudar.

Essa é a questão. Para mim é muito melhor usar o sem-sem e não nem-nem. Nem-nem é o discursinho neoliberal, que esse pessoal vem fazendo há muito tempo nesse país. Eu acabei de ler um texto da Mônica (lá do Paraná), que mostra muito bem essa questão. Essa política que está hoje aí há bastante dirigismo. Na realidade, vem de cima até a escola, e é uma política que vem sendo trabalhada há muitos anos nesse país.

Veja o caso da BNCC. A BNCC do ensino médio, quando aconteceu o golpe e assumiu o Michel Temer, estava na segunda versão. O que eles fizeram? Desconsideraram tudo aquilo que tinha sido feito e partiram para uma terceira versão para adequá-la exatamente a essa orientação que vinha lá de trás.

Houve aí uma interrupção, a coisa começou lá no governo Fernando Henrique. Agora, depois com Lula e Dilma, houve um certo momento em que se tentou talvez tomar um outro caminho. Mas não foi seguido na sequência e aconteceu com a proposta da Medida Provisória 746.

Em 2011 a 2014 conseguimos ter uma política salarial. Aliás, foi o único momento nesses últimos tempos aqui em São Paulo que nós tivemos uma política salarial com reajustes anuais acima da inflação, inclusive para os aposentados.

Mas a partir de 2015 isso sumiu, e aí vem só essa história de bônus. Bônus não é salário. Não tenho nada contra. Do jeito que o professor está hoje, ele está querendo o bônus mesmo porque ele não tem nada. Não tem outra coisa. Ele está ganhando muito mal. A verdade é essa.



Reforma do Ensino Médio ou Reforma Curricular

Por último eu diria que isso que é proposto hoje não é a reforma do ensino médio. É reforma de currículo. E a reforma do ensino médio teria que contemplar outras dimensões do processo educacional, como infraestrutura das escolas e formação dos professores. Os professores estão qualificados para essa reforma? Acredito que não. Começa que tiveram uma formação disciplinar e essa reforma vai em outra direção, uma fragmentação do currículo e uma fragilização da formação básica.

Obviamente, se você quer implementar uma reforma de ensino médio com qualidade, tem que ter mais recursos e eles são congelados, esquecendo-se a Medida Provisória, da PEC 95, aquela do fim do mundo, como nós a chamamos na época, congelou por 20 anos os recursos para Educação.

Qual é a função do MEC em relação a essa reforma? Até hoje não sei. O que é que o Ministro da Educação, o pastor que está dirigindo a educação lá de Brasília, o que está propondo? Quais recursos serão distribuídos para que as escolas possam, de fato, pensar um ensino médio com qualidade mínima?

Por isso digo que não é reforma. Isso é alteração do currículo. Para pior. É assim que eu vejo, e não vai nem dar condições para prosseguimento de estudos, não vai cumprir essa legislação e tem muitas formas de burlá-la, como já se fez no passado.

Qual é o mercado de trabalho com esses cursinhos de 150 horas, esse Novotec Expresso. Isso é uma cópia malfeita do PRONATEC da Dilma. Deviam, pelo menos, dar os créditos.

Os cursos profissionalizantes que vão dar alguma condição são aqueles sendo ministrados ou pela Paula Souza ou pelo Instituto Federal, que são os que têm competência para fazer isso com alguma qualidade. E serão poucos esses cursos.

Rosaura: Vou também dar uns pitacos aqui. Acho que a primeira coisa é que precisamos parar de falar a falsa premissa de que a escola privada é melhor do que a escola pública. A gente não pode esquecer que a escola privada atende menos de 15% das matrículas no estado de São Paulo e menos de 10% das matrículas no Brasil.

Muitas escolas, como se vê na supervisão das escolas de educação básica públicas e privadas, na infraestrutura têm escolas de educação privadas com mensalidades muito altas e que não têm um laboratório. Então é uma falsa premissa de que elas são melhores do que as públicas.

O que acontece é que a população que está lá tem as características de renda étnico-raciais, geográficas, que não estão naquela situação na qual os estudos mostram as desigualdades sociais que geram desigualdades educacionais.

Essa é a primeira coisa, a escola pública responde por 85% das matrículas. Por isso que existe uma intencionalidade em precarizar cada vez mais a escola pública para poder fornecer público para escola privada, também com pouca infraestrutura. O que eles têm é professor. E, às vezes, a escola pública não tem por conta da precarização.

Eu acho que essa é a primeira questão que a gente precisa colocar. Quando se pergunta: “o que a gente pode fazer?”, podemos resistir porque uma das lutas é para reverter a reforma. Mas enquanto a gente não reverte a reforma, ela está lá no cotidiano da escola com a matriz publicada. No caso da rede estadual, tem r que trabalhar lá.

E pensando na temática que é pensar na educação do interior e do litoral, tem que conseguir desvelar o que está por trás de cada momento e nas brechas conseguir fazer a educação que queremos, dando uma autoria para o professor. Por que essas matrizes e esses itinerários formativos, essas 20 horas de aprofundamento curricular, estão tão estruturadas nessas centenas de matrículas, por exemplo? Por conta do controle do trabalho do professor. Quanto mais estruturado, maior é a tentativa de controle do trabalho do professor e da professora. Por quê? Porque se a gente der autoria para professor e professora, se a gente der condições de trabalho para que eles tenham autoria sobre a sua prática pedagógica, sabemos que se produz algo muito melhor do que qualquer apostila que já esteja pronta. Tanto no mercado quanto na rede. O que precisa é dar condições de trabalho e autoria do profissional da educação.

São nessas brechas, com a nossa consciência, a desvelar o que está por trás. Por exemplo, a matriz 37, de tecnologia agropecuária, qual é o viés dessas matrículas de tecnologia agropecuária lá no interior? A defesa do agronegócio, o que está no bojo delas? Está a mecanização, está a questão de composto orgânico. Está na parte dos modelos de agricultura de latifúndio, de monocultura.

Você não vê nessas matrizes a questão de agricultura familiar, de agrofloresta, de permacultura, que é uma outra possibilidade de se olhar para produção agrícola, de alimentos. Então é por isso que a gente disputa também o que vai ser ensinado para as novas gerações.

Acho que a questão do acesso ao ensino superior também precisa fazer esse debate. Primeiro, o que eu defendo? Que qualquer estudante de qualquer escola, independentemente do seu desempenho ou do acesso que teve a educação básica, pudesse acessar o ensino superior se esse fosse o desejo dele.

Acesso Universal

Então tinha que ter acesso universal. Por que todo mundo vai para o ensino superior? Não. Não é todo mundo que vai para o ensino superior. Mas deveria haver a possibilidade de qualquer pessoa que quer ir para o ensino superior, ter acesso.

É preciso discutir também a nossa fórmula meritocrática de ensino superior, independente inclusive das cotas, porque mesmo na cota de acesso ao ensino superior para a escola pública também tem um viés meritocrático. E aí uma parte da classe média burla isso indo para os institutos federais, para as ETECs, que fazem uma seleção de entrada meritocrática. Aí criam-se escolas públicas que atendem a populações de diferentes condições de acesso.

Vai se criando mecanismos de acesso que reproduzem as desigualdades e o princípio da desigualdade, que é a culpabilização do indivíduo por não conseguir o seu acesso meritocrático numa sociedade completamente de oferta desigual.

Então precisa-se fazer essa discussão também. Só para concluir, tem a questão da justiça, do abono salarial dessa PLC que acaba de entrar na ALESP para gerar um divisionismo entre os profissionais da Educação. Como se fosse uma chantagem.

Uma parte começa a defender a reforma administrativa do atual governo porque é uma saída. O abono que está sendo proposto agora que é o abono FUNDEB, está sendo utilizado como uma saída para o cumprimento obrigatório do mínimo constitucional, que não necessariamente precisaria ser em abono.

Poliana: Minha pergunta é para a Rosaura. Eu não sou da área educacional, sou da área da saúde, e também estamos vivendo vários retrocessos, um caos. Eu fiquei impressionada e também com a forma como ocorreu tudo isso. E eu fico pensando quanto que os pais estão cientes disso porque a gente vive uma situação de muita fragilidade no nosso país. Nas escolas públicas, os jovens muitas vezes estão pegando essa propaganda enganosa. São poucos os que têm aí consciência política do que está acontecendo, e vem tudo muito bem mascarado.

Todo mundo sabia que precisava de uma reforma na educação. Então vem como se fosse uma reforma que, na verdade, é um instrumento para impregnação dessa doutrina neoliberal e para esse processo de subjetivação que já ouvi falar que é muito interessante na liquidação educacional.

Então, eu fico pensando como é sutil e isso vai virar um caos. Um caos porque a gente já está no limite, já estávamos no limite. Congelados os investimentos na Educação, então agora o que vai acontecer? Mais de cinco milhões de crianças e adolescentes com atraso escolar, mais de um milhão desistiram de estudar. O que vai acontecer agora com toda essa falsa reforma?

As adolescentes precisam trabalhar, e são praticamente todos os do ensino médio. Eu estudei em escola pública minha vida toda também e fico pensando nisso: os jovens são uma chave importante na luta. A gente procura sempre trazê-los para a luta, conscientizá-los como que a gente poderia fazer essa comunicação, fazer com que isso seja comum ao povo e aos pais desses adolescentes.

Por mais que essas pessoas não sejam muito politizadas, elas estão sabendo a crise que nós estamos vivendo. A situação que nós estamos vivendo. Então, acho que eles conseguiriam entender sim o golpe que está sendo dado na Educação hoje.

Então, eu finalizo a pergunta: "Em que situação que está o conhecimento dos pais com relação a tudo isso que afeta os jovens? Como que foi abordado isso? Porque em pandemia tudo isso aconteceu. E como a gente poderia fazer para mobilizar as pessoas para essa conscientização desse golpe a Educação?"

Vera: Obrigada, Poliana. Eu vou ler a pergunta do professor Daniel. "Se somente 15% das matrículas são de escolas particulares e elas não são melhores no sentido de preparar o aluno para universidade, porque até hoje, mesmo com a lei de cotas, muitos cursos da USP, federais, etc., não têm sequer 50% de egressos da escola pública?". O Chicão, do PT de Francisco Morato, levantou a mão para fazer uma pergunta.

Chicão: A minha pergunta é para a Rosaura. Com essa reforma aí, ela acredita que a evasão escolar vai aumentar ou não? Eu, no meu pensamento, acredito que nas periferias a evasão escolar deva aumentar.

Vera: Eu vou passar acho que para Júlia talvez responder à pergunta da Poliana e na sequência acredito que a Rosaura, Ana Paula e os demais possam responder.

Poliana: Então, eu falei que toda essa situação ocorreu em momento de pandemia, um momento de caos para tantas pessoas. E a gente está falando aí da maioria das escolas públicas que a gente vê essa situação. Fome, 5 milhões de crianças afastadas, prejudicadas, um milhão afastada permanentemente. E eu suponho que os pais não saibam do que está acontecendo.

Eu tenho 34 anos, eu estou sempre com jovens, mas eu sou da saúde e eu não tenho muita noção do que está acontecendo. Mas eu vejo o seu coletivo como muito importante. Já queria te seguir, se você puder colocar aí também no chat. E a gente trocar ideias. E como nós podíamos trabalhar para levar isso ao conhecimento de todos, para eles entenderem?

Porque embora seja sutil esse golpe à educação, acredito que a gente consiga sim remar contra a maré. E queria saber como que eles receberam aí a informação que todos estavam afastados. Acredito que eles foram informados apenas de que ia aumentar o horário, eles iam ter mais autonomia, essa propaganda vendida.

Júlia: Boa. É interessante pensar, e eu gostaria de colocar novamente que pelo menos na nossa visão, uma visão mais progressista, a educação não se faz apenas do aluno para o professor, do professor para o aluno da escola, mas se constrói nessa relação, nesse consenso.

A democracia é assim, se constrói nesse consenso, inclusive com a comunidade. A comunidade também faz parte desse processo de construção de uma educação. A família faz parte. Escolas inteligentes, cidades inteligentes, é onde há esse consenso de toda a parte, tanto da escola quanto dos pais, dos professores. Quando há esse consenso há uma educação eficiente, uma educação efetiva.

E é justamente aí que está o problema. Até pontuei essa questão da negligência de uma participação social na minha fala e, principalmente, de uma participação do corpo discente dentro da escola nessa questão da reforma do ensino médio. Uma coisa que não foi pontuada, não foi enfatizada e muitos professores aqui pontuaram isso.

E se não há participação nem do próprio aluno, aquele que vai ser afetado; se não há uma participação efetiva nem do professor, aquele que vai ser afetado, quem dirá da comunidade, dos pais. Os pais, de fato, realmente, não têm toda essa participação nessa nova proposta. É aí que está o problema.

Quando não há essa questão da participação da comunidade, dos pais, dos professores, é onde está o problema. E eu queria até comentar uma coisa interessante. Estávamos falando de ENEM e é interessante pensar que nesse período atual, de pandemia, realidade do trabalho, evasão escolar e tudo isso que está acontecendo na realidade da educação, desestímulo. É até legal a gente pensar na situação do ENEM que está acontecendo esse ano.

Esse ano o ENEM teve a menor taxa de inscrição da história. Houve até uma reabertura das inscrições devido à questão da pandemia, da isenção de taxas do ano passado, mas esse ano o ENEM tem o quê?

Nove anos, nove anos de aplicação do ENEM, desse novo modelo de 2009 para cá. E esse ano o ENEM teve a menor taxa de inscrições. Por que teve a menor taxa, a menor quantidade de pessoas que se inscreveram para esses ENEM? Por conta dessa realidade que a gente está vivendo hoje.

A questão de pandemia não é a realidade do aluno nem-nem, é a realidade sem-sem, porque não é uma questão do aluno. Foi a realidade da qual ele se colocou de cara, que é a realidade do "trabalhe!". Agora ele precisa trabalhar para ajudar a família. Eu tenho visto aqui nessa minha realidade. Ajudar a família, ajudar em casa. O aluno prefere trabalhar.

Uma nova proposta, uma nova mudança precisa ser pensada com a cabeça do aluno. Precisa ser pensada com a cabeça do pai dessa família, da comunidade, como isso vai afetar a comunidade também. Como isso vai afetar a escola e o professor.

É a questão da participação social, que é muito importante para a formulação de qualquer coisa, de qualquer implementação e de qualquer mudança social. Precisa ter a participação do próprio social e ser pensada, novamente com a cabeça do cidadão, daquele que vai ser impactado com aquilo.

Rosaura: Essa questão dos 15% da escola privada. O que eu falei é que a escola privada não é melhor do que a pública, se a pública não for precarizada. O que acontece que os nossos estudantes ocupam menos vagas de universidades públicas por conta da precarização existente. E aí a gente responde por quê?

O Instituto Federal é uma escola pública que não está precarizada. É uma escola pública excelente, que não só dá cursos técnicos excelentes, mas faz uma excelente preparação da questão maior. Tem o tema da seleção de alunos sim, mas tem também a questão de que é uma escola pública que investe nas pessoas.

A mesma coisa são as escolas do Centro Paula Souza em comparação com as escolas da rede pública estadual, que são altamente precarizadas intencionalmente para que não ofereçam o suficiente.

Se não fosse precarizado, estaríamos disputando em condições de igualdade. O que acontece também é que os estudantes da escola privada também não entram direto. É que estudante de escola privada depois faz cursinho privado para poder entrar na faculdade. Se você for ver o histórico de quem vem da escola privada, não é todo mundo que entra direto; é porque frequentou escola privada que acessou USP. Ele tem outras coisas e faz parte da população que não detém as características de desigualdade social.

Vera: E aí eu vou só ler uma... O professor Milton. “Boa noite para todo mundo, sou professor da escola pública do estado de São Paulo e há 20 anos eu vejo uma sequência perversa de desmonte em curso, ao mesmo tempo com resultado entre outros efeitos, um processo de apatia e esvaziamento do universo escolar. Nos anos 90 discutíamos o trabalho de um sociólogo argentino, José Luiz Coradio, sobre essas propostas do Banco Mundial para Educação na América Latina e ficávamos assustados com o cenário de desmanche e despolitização ali projetados. Hoje parece se materializar. Como romper essa apatia em uma sociedade acuada e amedrontada pelo caos que vivemos? Obrigado. Professor Milton Fernandes”.

Prof. Luiz Gonzaga: Na verdade, tudo o que nós vivemos hoje em matéria de Educação é um reflexo desta falta de prioridade que nós temos em relação à Educação. A Educação no Brasil é alguma coisa que está em um estado de calamidade. E com este governo então nós temos uma destruição da universidade. Pelo menos as federais de maneira geral, que um dos problemas gravíssimos que nós temos para nós chegarmos a um ensino de qualidade, teríamos que ter uma infraestrutura muito boa nas escolas e fundamentalmente a autonomia da escola.

A nossa escola hoje é totalmente defasada. É uma escola que não atende àquilo que nós necessitamos por uma educação de qualidade. O que os governos têm muito pouco interesse em atender as necessidades das populações mais carentes, que realmente recebem praticamente a pior educação.

Fica a classe média se utilizando de uma escola privada que mal ou bem lhe atende as suas necessidades e a miséria realmente se estende por grande parte da população, por não ter uma educação de qualidade. Essa reforma do ensino médio realmente é um processo de marketing do Dória (governador de São Paulo João Dória).

O Dória sempre disse que quando lançou tudo isto aqui, esta proposta de reforma do ensino médio, o estado de São Paulo saiu na frente, e saiu mal na frente, pelo que todo mundo observou das análises feitas neste momento.

Diria o seguinte: “Que enquanto a educação pública não for prioritária neste país, nós não avançaremos. É o que eu penso, sempre propugnei em relação a todo trabalho que nós realizamos na UDEMO. Infelizmente, nós temos uma mão de obra muito mal qualificada, egressa dessas faculdades de beira de estrada que não prestam conta nenhuma da formação dos seus professores porque também nunca foram cobrada por todos os governos para desenvolver um

trabalho de qualidade. E nós vivemos esses problemas e viveremos permanentemente enquanto a educação não for prioridade deste país. E parece que nós estamos um pouco longe disso.

Prof. Ana Paula: Queria deixar aqui a minha total concordância ao que foi analisado pela Rosaura nessa relação escola pública e escola privada. Eu acho que há muito mito. O Instituto Federal coloca muita gente na USP e o nosso custo-aluno é R\$ 1.600 mensais. Ou seja, nós sabemos fazer qualidade com pouco dinheiro porque as escolas que custam esse valor de mensalidade não obtêm os resultados que nós obtemos com esse custo-aluno.

A gente precisa entender que 80%, talvez mais, 90% da rede privada, é uma rede de baixo nível. Eu não estou falando que ela é um modelo de educação ruim. É baixo nível, com os professores piores remunerados em relação ao Estado. O que tem é uma elite de escolas que a gente conta nos dedos. E essas é que vão para os topos dos rankings e tal. Então acho que a gente tem que desmistificar muita coisa aí. Mas eu queria deixar só essa análise de que como é que essa reforma está conectada.

Eu acho que ela parece, de fato, se constituir como um ajustamento da educação de nível médio. Há um certo modelo de controle empresarial que a gente vê acontecendo já há muitos anos num processo no mundo todo e no Brasil.

E que a gente também vê acontecendo e se refletindo nas reformas curriculares. Essa ampliação do controle empresarial sobre educação de nível médio se expressa por muitos ajustamentos que são curriculares, são subjetivos e que tem a ver com esvaziamento da forma escolar e com o fortalecimento da forma empresarial.

Então quando a reforma vem dizendo: “nós vamos melhorar o protagonismo do jovem”. A gente vai soltar rojão, vamos falar de empreendedorismo. Esse é o jargão deles, porque é a lógica do cliente. O cliente tem que ser agradado. E é uma lógica de educação muito perversa porque ela acaba com qualquer questão democrática porque a lógica do cliente é uma lógica extremamente autoritária. Ela parece democrática, mas ela é autoritária. Por que ela parece democrática? “Votem aqui no site, qual é o produto que vocês preferem?”, “Votem aqui no site qual currículo que vocês preferem?”.

É a lógica do mercado, empresarial. E isso confunde muita gente porque muitas famílias, muito jovens, embarcam nessa canoa furada porque confundem isso com: “Agora eu vou ser protagonista. Agora eu vou ter uma educação que eu gosto, eu vou poder escolher”. Olha que coisa legal! Quem não quer escolher coisas para sua vida? Eu quero. Todo mundo quer escolher. Eu não quero que alguém me mande. Eu quero poder escolher.

Isso cria uma enorme confusão, que eu acho que só os professores com a formação que têm, com a criticidade que têm, são capazes de desvelar esses equívocos e esse canto da sereia.

Então, eu acho que o nosso papel é conversar, é conscientizar, é mostrar, que isso não é o que parece ser. Parece que tudo vai ficar mais legal, mais atrativo, mas na verdade, o que a gente precisa é de um protagonismo de fato.

E se tem uma coisa com a qual esse governo não se compromete é com o protagonismo e com participação de fato. Haja vista o tipo de trabalho que eles têm feito com os grêmios estudantis.

Então a despeito de dizer que está melhorando a gestão democrática, cada vez mais cria um aparelhamento dos espaços de participação da escola, diminuindo a cultura de participação interna, os espaços de participação democrática. Acho que a gente precisa trocar muitas ideias, desmistificar muitas coisas e compartilhar, comunicar, dialogar com os alunos, com as famílias e com as comunidades a respeito disso.

Vera: Obrigada, professora Ana Paula. Vou passar agora para o professor Palma. Se ele quiser fazer alguma consideração de encerramento, e na sequência já passamos para Júlia e para o deputado Maurici.

Prof. Palma: Para encerrar, eu penso que o estudante do ensino médio, a partir dessa reforma, terá menos chance ainda de ingressar no ensino superior e também no mercado de trabalho. Não dá para comparar Paula Souza, Instituto Federal, com as nossas escolas estaduais.

As nossas escolas estaduais da rede estadual recebem todos os estudantes. O Paula Souza faz vestibulinho, seleciona até na entrada, já está definido. Houve uma época aqui em São Paulo que o Instituto Federal tinha um vestibulinho que era o mais concorrido.

Quanto ao fato de apenas o ensino médio particular ser 15% e desses 15%, 5% em boas escolas, é o suficiente para entrar no vestibular dos cursos públicos mais competitivos. Vá na medicina ver quantos estão entrando lá egressos das nossas escolas estaduais. Vá na engenharia, e por aí vai.

Se nós estamos dizendo as nossas escolas não têm infraestrutura, os professores foram formados nessas faculdades de fim de semana, não têm equipamento, como é que poderiam produzir um resultado melhor?

Porque em uma sociedade organizada em classes sociais como é a nossa, com grande disparidade entre o nível de renda, os estudantes de escola pública estadual terão condições de competir com essa elite que nós temos no Brasil, que aliás é uma elite predadora?

Nós temos uma elite econômica que não investe no país, põe o dinheiro lá fora. Como estava sendo noticiado esses dias o escândalo do Ministro da Economia, que bota o seu dinheiro lá dolarizado e, obviamente, deixa o dólar subir à vontade.

E eu sempre lembro uma frase do Darci Ribeiro: “Projeto educacional brasileiro foi feito para não dar certo”. Essa é a questão. Não há interesse algum por parte dessa elite econômica em que você possa ter o conjunto da população, da classe trabalhadora frequentando uma universidade pública de qualidade. A seleção se faz aí.

Vera: Obrigada. E vou passar para Júlia então para fazer as últimas considerações dela. E na sequência para o deputado Maurici.

Júlia: Eu gostaria de deixar a minha última fala colocando em pauta, que é sobre esse cenário atual da nossa educação que é, na verdade, um sistema. É um sistema enrijecido, mecanizado, sistemático, de controle. Isso os estudantes percebem e a gente percebe.

E dizer que, na minha visão como estudante e passando por esse processo de entrada em uma universidade pública, eu acho que a solução para uma educação melhor, para uma transformação, de fato uma reforma na educação, é a autonomia da escola.

É promover essa autonomia que, se eu não me engano, está na lei, que as escolas têm sim essa liberdade de autonomia para atender aquela demanda regional e aquela realidade na qual está inserida. Mas na prática não acontece.

Então essa autonomia da escola é fundamental. A escola se adapta à própria realidade dela, e não a um sistema. Porque isso foi o que a gente viveu no coletivo, uma nova realidade aplicada através da realidade do aluno, bem inserida no contexto da escola, e isso a transformou.

Até hoje a nossa escola não é mais a mesma, e isso a gente aprendeu na escola da vida. Isso não está em lei, mas foi na escola da vida que a gente aprendeu que essa autonomia da escola, autonomia do professor, a sua ousadia e o professor poder ser livre também nesse processo educacional, também é libertador. E isso para a escola, o aluno e todo o corpo faz toda a diferença. Porque não adianta fazer uma reforma, mudar a forma e não mudar a substância. Colocar lá um papel e vamos mudar tudo, sendo que ainda há intrinsecamente um sistema de controle do professor, do aluno.

Isso não isso não vai mudar nada. Eu sinto quando eu chego nesse processo de vestibular de ENEM e não tenho base nenhuma para fazer um ENEM. Por quê? Porque toda essa realidade passada - isso é até biológico -, é uma realidade passada para você, um ensino que não condiz com a sua realidade.

Então, quando essa realidade do aluno é inserida na escola e esse contexto do aluno faz parte daquela realidade escolar, o aluno constrói junto, o professor constrói junto. Constrói nessa relação e a educação é transformadora. Então, esse consenso, essa relação de educando para educador, de educador para educando, faz toda a diferença.

E eu vou até citar uma frase que eu ouvi muito no meu tempo de escola e que os professores pontuam aqui, que eu acho sempre muito verdadeira: “O governo não dá educação porque a educação derruba o governo”.

Para você transformar um aluno em um aluno crítico, um aluno transformador, muita coisa precisa ser quebrada. E como que um sistema escolar também é um sistema de reprodução, a escola não deveria ser assim, mas infelizmente ela é um sistema de reprodução de um sistema já inserido no nosso contexto social.

Como ela vai, de fato, transformar e querer fazer daquele aluno um aluno crítico, conhecedor daquela da identidade cultural, da identidade social e fazer com que esse aluno seja um participante social?

Isso é um desastre para um sistema porque aquele aluno começa a ser conhecedor dos seus direitos, dos seus deveres. É Preciso pensar nisso: em uma reforma que realmente seja uma reforma, não seja somente um instrumento de reprodução de um sistema que já está há anos vigorando.

Como hoje em dia, por exemplo: se um professor da década de 90 chegasse hoje na escola, ele acharia que ele realmente estaria nas escolas da década de 90, não na nossa geração de hoje, porque é tudo a mesma coisa, é tudo igual. O aluno está ali sentado na cadeira e o professor fala, fala, e é conteúdo e joga, joga, joga conteúdo, e é a mesma coisa sempre. E hoje em dia não dá mais para ser assim. A gente precisa realmente de uma nova mentalidade na educação.

Vera: Obrigada, Júlia. Deputado Maurici?

Dep. Maurici: Quero observar a ressalva que a professora Ana Paula fez aí no chat em relação ao processo de acesso hoje a Institutos Federais, que não têm mais o vestibulinho, mas que obedece a uma política de cotas e de análises de currículos.

E queria terminar aqui dialogando com a questão colocada pelo Milton e pela própria Poliana, não sei o que a gente tem que fazer, mas eu acho que temos que começar aprofundando esse debate, dando mais capilaridade.

Eu tenho certeza absoluta de que boa parte inclusive dos educadores da escola pública não tem clareza do que está acontecendo e do que é essa reforma, o que ela significa.

Como nós temos ainda uma série de eventos que nós vamos fazer mais adiante, eu gostaria muito que a gente pudesse disseminar esses encontros, aumentar a participação deles. Eu deixei meu telefone celular aí no chat, eu adoraria receber de vocês sugestões de como facilitar esse acesso e como aprimorar esse modelo de evento que nós estamos fazendo, de como aumentar a participação, divulgar os eventos e também divulgar o resultado desses eventos.

Nós aqui vamos fazer o esforço. Agradeço o Saul, ao Eugênio, a Vera. E quero agradecer ao Felipe, aos professores e professoras que participaram desse debate, que deram muita vida e para mim foi muito importante. Para mim foi muito útil, espero que tenha sido para todos e todas vocês também. Muito obrigado, uma boa noite, até o próximo evento.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

07/10/2021

DEPUTADO MAURICI

Boa noite a todas e a todos. Essa atividade de hoje decorre primeiro de uma conversa que o Mandato fez com vários dirigentes municipais de Educação que colocaram a sua preocupação em relação ao futuro, a continuidade dos programas de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, muito em função de um programa, que é o programa de escola integral que a Secretaria de Estado da Educação está implantando.

Depois dessas conversas com esses dirigentes municipais de Educação, nós recebemos uma demanda do Fórum com a mesma preocupação. Então entendendo que o papel da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, a qual eu estou presidindo, vai para além de coordenar a avaliação das políticas públicas em forma de projeto que vem aqui para a Assembleia Legislativa, mas

fundamentalmente, é estabelecer um link que permita o debate dessas políticas para além dos muros ou das paredes da Assembleia Legislativa é que nós estamos encaminhando esse debate aqui hoje.

Por isso eu quero agradecer a doutora Adriana Pereira da Silva, quero agradecer a diretora de escola, professora. Quero agradecer a professora doutora Maria Clara di Pierro, doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e especialista em políticas públicas.

Quero agradecer a aluna, a Maria Eduarda Menezes, que é aluna do ensino médio do CEEJA (Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos), de Marília, São Paulo. E quero agradecer ao Caetano Siqueira, que é coordenador da COPED (Coordenadoria Pedagógica), é formado em economia pela Universidade de São Paulo e lidera a

Coordenadoria Pedagógica da Secretaria de Educação, depois a gente abre para questionamentos que possam ser debatidos em seguida. Perfeito? Então vamos dar início à nossa conversa. Lembrando que essa atividade está sendo gravada e está sendo transmitida pela TV ALESP. É isso? Vera, por favor.

VERA GERS DIMITROV

(Gabinete dep. Maurici / Alesp)

Vera: Muito obrigada, Deputado. Lembrando que eu já havia conversado com vocês antes da transmissão, a gente tem falas de dez a 15 minutos, chegando próximo do tempo final eu vou avisando vocês. Peço que se atentem ao tempo para a gente conseguir aproveitar o debate.

Então, vou passar a palavra para nossa primeira expositora de hoje, agradecendo a presença da professora Maria Clara di Pierro, doutora pela Faculdade de São Paulo e especialista em políticas públicas. A professora Maria Clara também está com PowerPoint, quando precisar que eu compartilhe, é só me avisar. Muito obrigada, professora.



Contingente de Analfabetos no Estado de São Paulo

MARIA CLARA DI PIERRO

(Professora doutora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)

Prof. Maria Clara: Boa noite a todos e todas. Muito obrigada pelo convite, pelo privilégio de compartilhar os nossos conhecimentos e informações nesse debate tão importante. Como o tempo é curto, eu vou saudar a todos igualmente e entrar imediatamente ao tema, e pedindo que vocês projetem então a minha exposição. Então a primeira questão que nós temos que problematizar no estado de São Paulo é a questão do analfabetismo.

O estado de São Paulo, embora tenha um índice de analfabetismo bem inferior à média nacional, um índice de 3,5%, segundo dados organizados pela própria Secretaria, ele tem um contingente muito numeroso de pessoas analfabetas, só superado pelo estado da Bahia.

São 1 milhão e mais de 200 mil pessoas em condição de analfabetismo absoluto. E embora a maior parte dessas pessoas nessa condição sejam idosos com mais de 60 anos, que é aquela geração que não teve oportunidade de ter acesso à escola como as gerações mais novas, nós temos um número não desprezível de mais de 50 mil jovens de 15 a 29 anos que estão nessa condição e que deveriam ser objeto de uma política específica, porque é uma juventude que não tem nenhum horizonte de participação econômica, social, cultural e política, e se permanece totalmente à margem da sociedade letrada. – Vamos passar para o próximo slide – Mais grave do que o problema do analfabetismo absoluto é o que a gente chama de analfabetismo funcional.

Ou seja, pessoas que tiveram uma escolaridade muito breve, de baixa qualidade, elas podem até ter conhecimento sobre domínios de habilidades de leitura, escrita e cálculo, mas muito precários, que não permite que elas usem essas habilidades para continuar aprendendo, para participar de uma forma mais proveitosa da vida social, cultural, política e econômica.

No caso do estado de São Paulo, embora a situação seja melhor que a média nacional, o percentual de jovens e adultos com essa escolaridade muito breve é de 8%. É um contingente numeroso. E nós estamos muito distantes da meta do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação que prevê que em 2024 esse índice seja de 5.7%. – Vamos adiante – Outra problemática é a baixa escolaridade da população como um todo.

A população... os dados que nós conseguimos... esses anos que eu estou projetando são de um estudo da própria Secretaria de Educação que faz o monitoramento do Plano Estadual de Educação. São dados organizados pela Fundação de Desenvolvimento da Educação, este que está na tela. E ele mostra que da população, com base em dados do IBGE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da pesquisa nacional por amostra de domicílios, mostra que em 2019, de uma população de quase 31 milhões de pessoas com mais de 25 anos, ou seja, são adultos, aí estão excluídos os jovens, nada menos do que 42% não haviam concluído a educação básica. Isso era mais de 13 milhões de pessoas que configuram a chamada demanda potencial por EJA, ou seja, seria o conjunto da população... vejam que a constituição nacional e estadual garante a todas as pessoas o direito à educação básica independentemente de idade.

Portanto esse é um direito líquido e certo. A legislação não obriga os adultos a frequentarem a escola, mas se eles demandarem, o Estado é obrigado a atender. Então a demanda potencial é muito grande e ela atinge muito jovens, embora a população com mais baixa escolaridade seja formada por idosos que é mais difícil da gente mobilizar. Só que nesse conjunto há um contingente muito numeroso de jovens adolescentes, jovens e adultos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho e cuja participação na vida social é extremamente prejudicada por essa baixa escolaridade.

Tanto que os dados, eu nem selecionei aqui os dados de idade da cobertura da Secretária de Educação ou em geral da EJA, mas a maior parte dos estudantes da EJA são jovens, embora a maior parte da demanda potencial seja de adultos e idosos – Vamos passar adiante – A cobertura é baixíssima e está declinante e em todas as redes, na rede privada está caindo, nas redes municipais, e tanto na etapa do ensino fundamental quanto na do ensino médio.

No ensino médio é menor, mas ainda assim está caindo. Nesse quadro que é organizado pela própria Secretaria de Educação, que está lá no monitoramento do Plano Estadual de Educação, a gente observa que as matrículas na rede, em todas as redes caíram, mas que a rede estadual despencou.

Em 2005 ela tinha mais de 740 mil estudantes matriculados na EJA. Quando chega agora em 2020, ela tem 263 mil, ou seja, 35%, perdeu 2/3 do alunado. Quer dizer, essa diminuição evidentemente não se justifica porque a demanda potencial está ali como a gente viu, não é? Existe gente precisando estudar. E o que a própria Secretaria informa é que dos 645 municípios paulistas, em 2020, 23% deles, 147 municípios, não tinham nenhuma oferta de EJA, nem municipal, nem estadual, nem federal, nem da rede privada. Isto é uma violação do direito à Educação que precisa ser tratada com seriedade.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação é que 25% das matrículas da educação de jovens e adultos até 2024 sejam integradas à educação profissional. No entanto de 2020, só 0,4% dessa matrícula que é tão baixinha aí, que não chega nem em 390 mil de todas as redes, era integrada à Educação profissional. Não está crescendo, ou seja, faltam políticas voltadas para a consecução das metas do Plano Nacional e Estadual de Educação. Um terceiro ponto de diagnóstico importante é a questão da educação prisional.

A legislação atribui ao Estado, aos estados de maneira geral, que são responsáveis pelo sistema prisional, a responsabilidade por garantir educação no interior das prisões. E as nossas prisões, vocês sabem, São Paulo tem quase um terço no total de presos no Brasil.

O Brasil é um dos maiores países do mundo que tem maior população prisional, é o terceiro ou quarto país com a maior população prisional no mundo, e São Paulo tem 1/3 da população prisional do Brasil. E essa população é uma população majoritariamente jovem, masculina, predominantemente masculina, negra e com muito baixa escolaridade.

Com baixa escolaridade como se viu no gráfico do lado esquerdo. A maior parte deles tem ensino fundamental incompleto, essa fatia cinza. No entanto, apenas 13% das pessoas... esses dados que eu estou apresentando aqui são dados do DEPEN, que é o Sistema Nacional do Ministério da Justiça e que quem informa são os estados. E então em São Paulo, dessa enorme população prisional que nós temos, apenas 13% têm acesso a alguma atividade prisional educativa. E entre essas atividades educativas pode ser atividade de educação informal, de promoção da leitura, não necessariamente a de escolarização, mas a maior parte do que estão aí, vocês veem, está nas chamadas atividades complementares, que não é elevação de escolaridade senso estrito, está certo? São atividades de educação não formal ou de promoção da leitura.

Os matriculados em alfabetização, ensino fundamental e médio são muito poucos e o total não chega a 31 mil. Então nós temos um déficit de atendimento no sistema prisional por razões que se a gente tiver oportunidade durante o debate, podemos tratar. Vamos ver então a questão das políticas no próximo slide.

A argumentação que aparece, inclusive esse próprio estudo feito pela Secretaria de Educação de monitoramento do Plano Estadual de Educação é muito equivocado, ele apresenta esses dados muito claros e, no entanto, há muitas análises equivocadas que não se baseiam na literatura, nas pesquisas, nos estudos. O argumento reiterado da Secretaria de Educação é que há dificuldade de mobilizar, que os jovens e adultos não batem às portas das escolas solicitando vagas, que há muita evasão, o que é verdade, e a frequência é muito intermitente.

De fato, as pesquisas mostram que a mobilização da demanda potencial por EJA depende de múltiplos fatores. Ela é um fenômeno multideterminado.

Depende de condições sociais mais amplas, de incentivos, das condições objetivas e subjetivas dos educandos. Como que eles enfrentam a tensão, a concorrência entre trabalho, escola, família e outras responsabilidades sociais.

Mas uma parte importante da dificuldade de mobilizar a demanda é que a oferta educativa que é feita ela é de difícil acesso ou de baixa qualidade, ela é pouco atrativa, os currículos são pouco relevantes, os professores não têm capacitação, falta treinamento, falta formação continuada. E falta uma política pública apropriada e com vontade política. Não há aquilo que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determina que exista, que é a chamada pública e a busca ativa desses educandos. Vamos passar então ao último slide que eu creio que o meu tempo deve estar se esgotando.

A Secretaria de Educação, não só a estadual como também muitas secretarias municipais, mas também a Secretaria Estadual principalmente, têm produzido políticas que em um certo sentido são contraproducentes. Por exemplo, desde 1996 a Secretaria de Educação promoveu um processo intenso de municipalização, primeiro do fundamental-1 e depois do fundamental-2, do chamado primeiro e segundo segmento da educação de jovens e adultos. E essa municipalização foi, na verdade, uma delegação de responsabilidade sem qualquer supervisão e assistência técnica ou financeira. Os municípios tiveram que arcar com essa responsabilidade e não é à toa que há 147 municípios que não fazem esse atendimento. Isso é uma completa desatenção à modalidade.

A segunda questão é a rigidez dos modelos de organização escolar. Quer dizer, a gente tem um modelo de educação de jovens e adultos compensatório, assemelhado ao antigo ensino supletivo, noturno, predominantemente noturno, com uma duração muito intensa, segunda a sexta-feira das 7 às 11 horas, com alunos que chegam atrasados e não podem entrar na escola com frequência, ou seja, é um modelo muito difícil de compatibilizar com as condições de vida da população trabalhadora desse país e desse estado.

Uma terceira estratégia, o que os estados e municípios têm feito? Em virtude das dificuldades de manter as turmas mais numerosas etc., se promove a nucleação. A nucleação é uma espécie de uma polarização, se fecha salas de educação de adultos em uma série de escolas em prol de concentrar a matrícula em uma escola em cada região. Embora a lógica da nucleação seja racional do ponto de vista da administração, porque você,

digamos, economiza no módulo de profissionais, não obriga os professores a circular entre as diversas escolas, você pode... enfim, é mais econômico para a Secretaria de Educação, isso é contraproducente do ponto de vista da lógica do educando, porque esse trabalhador que usa a escola de passagem, por exemplo, entre o trabalho e a residência, se a localização da escola não é conveniente, ele deixa de frequentar. Ou aquela senhora que vai à escola porque é pertinho da casa dela, se fica mais longe, se ela tiver que pagar condução ou se ela tiver que atravessar um território que há problemas de segurança, e todo mundo conhece as nossas periferias e sabe que há problemas de segurança, sabe que essa pessoa, essa senhora ou aquela jovem vai abandonar a escola. E assim por diante.

A Secretaria de Educação não faz chamada pública e não tem uma política de ampliação da oferta. Diz: "Olha, se houver demanda, nós atendemos", dentro de determinadas condições porque se requer um número mínimo de alunos. Por exemplo, a educação de jovens e adultos é a que admite o maior número de alunos por sala no ensino médio, segundo as portarias de matrícula da Secretaria de Educação. E aí, recentemente, nós tivemos essa política de expansão do programa de educação integral.

O programa de educação integral no seu modelo original previa que a escola funcionasse apenas em horário diurno, fechando o turno noturno. Então as escolas de educação integral fecharam o noturno e fecharam a EJA, e obrigaram os estudantes do noturno a se matricular em outras escolas, o que pode ter contribuído... e não garantiram esse encaminhamento de uma forma adequada. E isso impactou, essa queda de matrícula, se a gente olhar aquele slide que eu apresentei lá muito rapidamente, mas que dá para ver.

Se a gente olhar o próximo slide, que é o último, esse é o mapa da pesquisa do professor da faculdade de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, do departamento de geografia, o professor Eduardo Giroto, em que ele analisa, por exemplo, como é que foi esse processo de expansão das escolas aqui no município de São Paulo, entre 2012 e 2018, mostrando que as escolas, embora deveriam estar na periferia, foram as escolas centrais predominantemente no primeiro momento ou nos eixos de circulação, e essas escolas então, todas elas fecharam a EJA. E agora ela está se expandindo, a política de escolas de tempo integral, em alguns casos se admite a manutenção do noturno aberto e nós acabamos de receber da Secretaria de Educação uma... a imprensa

recebeu um convite para no dia de amanhã ouvir o senhor Governador que vai anunciar a expansão do programa de educação integral. Então isso nos preocupa sobremaneira e é por isso que nós estamos aqui nesse debate. Eu agradeço a atenção de vocês, espero não ter me estendido demasiadamente no tempo. Grata.

Vera: Muito obrigada, professora Maria Clara. Mesmo que tenha se excedido foi muito importante ouvir a senhora. Então muito, muito obrigada pela presença. Eu vou passar para a Maria Eduarda, eu não sei se ela já está pronta, ou para Adriana, eu não sei como você prefere fazer, Adriana, quer falar um pouquinho antes?

Prof. Adriana: Acho que a Maria Eduarda já está aqui, que já está, já está por aí?

Vera: Maria Eduarda?

Maria Eduarda: Olá, estou aqui.

Vera: Tudo bom, Maria Eduarda? A Maria Eduarda, ela é aluna do CEEJA de Marília e ela vai falar um pouquinho da experiência dela do EJA sobre a visão do estudante. Então bem-vinda, Maria Eduarda, e fique à vontade. Tempo de 10 a 15 minutinhos.

MARIA EDUARDA MENEZES

(Estudante)

Maria Eduarda: Obrigada, boa noite a todos. OK. Boa noite a todos. Meu nome é Maria Eduarda, tenho 18 anos e é muito importante para mim estar aqui falando sobre isso, já que...

Vera: Maria Eduarda, a sua internet, acho você está com a conexão ruim

Maria Eduarda: ... que de início isso.

Vera: Você conseguiria repetir um pouquinho o que você falou, porque acredito que a gente teve um probleminha na conexão da internet.

Maria Eduarda: Ah, sim. (falha na conexão)

Vera: Você quer tentar entrar e sair novamente da sala, Maria Eduarda? Só para a gente tentar ver se a conexão melhora? Ou fechar o seu vídeo, talvez melhore a conexão.

Maria Eduarda: Tá.

Vera: A Maria Eduarda está usando a internet da escola, por isso. Vamos tentar esperar ver se ela consegue se reconectar? Ou eu sugiro, Adriana, que a gente passe a palavra para você e finalize com a Maria Eduarda.

Direito à Educação para Todas as Pessoas

ADRIANA PEREIRA DA SILVA

(Diretora de escola)

Prof. Adriana: Acho que é melhor. Isso, a gente vai caminhando. Boa noite, todos e todas. Diria que é muito importante para nós estarmos aqui nessa conversa hoje. É uma conversa em que a gente vai vendo aqui a representação de vários coletivos e a representação do fórum de EJA presente, um movimento que é de cunho nacional, que tem aqui a representação estadual, somos em 27 fóruns no estado, cada um em um estado do Brasil, e no estado de São Paulo nós temos 4 grandes regiões que têm a efetivação e a organização de coletivos em defesa do direito a educação das pessoas jovens e adultas.

la dizer que o nosso fórum é organizado por vários segmentos, educandos, educandas, educadores e educadoras, gestão pública, sociedade civil organizada, universidades, enfim, todos os segmentos que atuam e defendem a educação de jovens e adultos. Diria que é muito significativo para nós poder fazer uma fala logo depois da professora Maria Clara, uma estudiosa da educação de jovens e adultos. A gente diz no fórum que é a nossa professora. É uma professora tão séria, tão comprometida, que traz para nós uma leitura ampla dos desafios do direito à educação das pessoas jovens e adultos.

Os dados que a professora Maria Clara traz de uma forma muito bem-organizada, eu vim aqui para dizer que eles representam pessoas e que são pessoas de direito e de conhecimento; que esses dados, como a professora Maria Clara bem apresentou e já trouxe na sua explanação das fragilidades da execução de políticas públicas, fazem parte de um descompromisso do Estado enquanto ente federativo com o direito à Educação, que já foi apresentado na Constituição Federal, na LDB, nos documentos específicos da educação de jovens e adultos e agora recentemente no Plano Nacional de Educação.

Bom, essas observações nos colocam a pensar quem de fato é essa população. A gente tem aqui aluna lá de Marília, estou aqui na região do ABCDMRR (municípios do ABC Paulista), aqui tá friozinho, eu não sei como que está lá em Marília, mas queria contar que embora temos especificidades de cada região do estado de São Paulo, o que nós sentimos enquanto educadores e educadoras, e aqui eu estou representando o segmento de educadores e educadoras do fórum, sou diretora de uma escola pública que atende educação de jovens e adultos e, cotidianamente, nós professores e professoras temos o desafio de representar o Estado em cada unidade escolar, porque não é um desafio simples, a sociedade brasileira já desenvolveu a cultura do direito à Educação das crianças, mas mesmo com todos esses dados alarmantes que a professora Maria Clara apresenta, nós não conseguimos desenvolver a cultura do direito à educação para todos, todas e todes, que já foi promulgado na Constituição Federal e que ao observarmos sobre isso nós estamos na escola e sabemos que esses sujeitos desistem, e que cada dia é mais complicado para eles estarem na escola.

Então, quando a gente tem esse papel de representar o Estado porque somos funcionárias públicas, somos contratadas, concursadas e chegamos lá para execução desse atendimento, nos falta condições para fazer esse atendimento, nos faltam condições sobre várias vertentes, nos faltam condições sobre a possibilidade de ter uma formação que tenha o olhar específico a essa população que é marcada por muita diversidade.

Quando a gente fala população jovens e adultos a primeira coisa que vem é que nós estamos educando só adultos. Não, nós estamos educando mulheres, nós estamos educando mulheres negras, nós estamos educando população do campo na região do interior, nós estamos educando jovens da periferia, nós estamos educando trabalhadores e trabalhadoras que tentam chegar todos os dias à escola, que fazem um percurso de vida, de trabalho e de transporte em torno de 10 horas diárias. Nós estamos educando aquelas meninas que foram expulsas de dentro da escola em um processo de antecipação; os meninos que foram expulsos da escola em processos de antecipação; nós estamos educando as pessoas com deficiência, mas enfim, é uma diversidade que é quase impossível de ser mensurada e que quando a gente faz com o compromisso de execução do direito a educação, também nos falta estrutura.

Nos falta estrutura de quadro de pessoal que possa ter condições de fazer esse atendimento; nos falta condições de material pedagógico, um material próprio para

educação de jovens e adultos, material de estrutura de atendimento; nos falta condições da relação organizativa do processo educativo. E por que falta tanto? Porque a educação de jovens e adultos, ela não é vista sob a ordem de direito da sociedade civil, mas o Estado que deveria promover e executar, também se desresponsabiliza desse atendimento. E esse sujeito vai, dentro das suas possibilidades, do compromisso dos educadores e educadoras, chegando para dentro dessa escola.

E vai apontando para nós o quanto ele sofre para estar no banco escolar, porque a oferta se reduz a uma possibilidade que é minimizada diante de toda adversidade da população jovem adulta. Se restringe a um horário noturno, possivelmente em núcleos de atendimentos regionais, tentando acolher a população em uma perspectiva de otimização de recurso e que a escola fica distante da sua possibilidade de chegada e também da sua condição da segurança de saída.

Então esse sujeito vivendo todo o desafio que vive, porque se a gente trabalhar com esses dados, a gente também vai observar que eles estão nas condições da periferia das cidades, aonde falta tantos direitos e que ao entrar em uma escola que geralmente a oferta é das 19 às 23 horas, ele volta para escola na fragilidade da ausência de tudo que a periferia tem, porque não tem o compromisso da execução da ordem de direito com essa população.

Bom, nós estamos falando de pessoas que têm cor, nós estamos falando de pessoas que têm idade, nós estamos falando de pessoas que têm endereço. Mas essas pessoas são sujeitas de direito. Sujeito do direito à Educação. E que no dia a dia da escola nós vamos observando que elas estão esquecidas. E elas estão esquecidas sobre uma desresponsabilidade pública que a gente não pode mais admitir, porque a gente vai vendo que tantas políticas de educação de jovens e adultos em vários municípios vão entrando pelas portas do fundo das secretarias, assim como do Governo do Estado de São Paulo.

Quando a professora Maria Clara fala que nós temos um contingente de 13 milhões de pessoas que é uma população que é demandatária da educação de jovens e adultos, se a gente contabilizar essa ideia enquanto numeração, nós vamos ver que corresponde a quase 7 cidades do estado de São Paulo grandes, nós não estamos falando de qualquer coisa. Então nós estamos falando de pessoas que são pessoas de direito, nós estamos falando de pessoas que têm nome e endereço e nós estamos falando que são muitas pessoas, e que nós não podemos mais aceitar essa situação como se nada estivesse acontecendo.

E aí também quero chamar atenção da dificuldade dessa população em estudar em tempo de pandemia. Nós tivemos um problema sério que foram os entes federativos assumirem a responsabilidade de efetivar o direito à Educação em condição não presencial. E quando vieram as políticas públicas, elas foram de novo endereçadas às crianças e não viram as necessidades da população jovem e adulta. E com esse olhar, muitos dos sujeitos ficaram fora do processo educativo por falta de instrumento tecnológico, por falta de internet e, além disso, a gente vai vendo em condição de fragilidade a própria segurança alimentar que o estado de São Paulo não mostrou comprometimento com essa população, e alguns municípios também fizeram atendimento às crianças e não executaram a população jovem adulta, a questão da alimentação escolar como a forma de assegurar a vida.

Então, pensar em educação de jovens e adultos é pensar uma forma que é própria e específica. E a gente, enquanto sujeito que está no cotidiano da escola, não aguenta mais pensar uma condição de adequação sempre às pessoas jovens e adultos, quando a oferta acontece. Então, vir para cá para poder fazer a denúncia é estar corresponsabilizada também com o anúncio. O anúncio de um novo modelo educacional em que a gente possa de fato efetivar o conceito de educar-se ao longo da vida, porque nós somos sujeitos inconclusos, já dizia isso o professor Paulo Freire, e que nós ao longo da nossa vida vamos nos fazendo mais humanos, e que nesse processo a educação é fundamental.

A educação tem que ser permanente porque somos sujeitos inconclusos e, especialmente, ao público que nós estamos dizendo que são as pessoas que tiveram o direito negado na infância e que voltam agora para escola e têm a negação por duplicidade diante do contexto que nós estamos vivendo.

Porque se nós não temos um grupo de profissionais adequados para atender, se esses profissionais não são formados para atender dentro de uma proposta curricular que seja cabível e significativa a esse sujeito, se nós não temos as condições materiais para instalar uma oferta que seja possível, que não seja limitada na condição de um ensino noturno, que não seja limitada na condição de um aligeiramento e que não seja em uma perspectiva moralizante, nós não podemos mais aceitar essa condição e dizer que essa condição, ela é uma condição que é de negação ao direito e que tem, se é negação ao direito, tem os responsáveis se eximindo do que lhe cabe na execução das normas legais que já foram estabelecidas no nosso país.

E aí eu quero chamar atenção da diversidade desse público e da potencialidade desse público. É muito comum quando a gente vai falar que não tem a sala, que as políticas não estão sendo efetivadas a essa população, a gente tem respostas de alguns gestores de que os sujeitos da educação de jovens e adultos não vêm para dentro da escola.

Ora, qual de nós iríamos para uma oferta que não é possível em tempo, que não é possível em condições, que não é possível em acolhimento, que não é possível em significância da nossa vida? Eu quero perguntar quem aqui dentro desta sala teria condições de participar de alguma proposta formativa que não respondesse em nada dentro das suas necessidades? E aí, o que a gente vai vendo? Uma desresponsabilidade do Estado sendo então uma acusação ao educando, à educanda que está tendo o direito negado.

Ou seja, nós estamos desresponsabilizando para o sujeito a condição de estar ou não estar na escola. Isso é uma ação cruel ao falar do direito à educação e nós não podemos mais aceitar essa situação. Nós estamos aqui hoje para poder inclusive evidenciar que nós queremos que as autoridades públicas assumam essa situação e vejam outras possibilidades de oferta. Quando a professora Maria Clara vai dizendo todas as ineficiências no final da sua fala, vai deixando muito claro que nós temos práticas políticas que contribuem para a fragilidade. Quais são essas práticas políticas? Uma desresponsabilidade, uma terceirização para um processo de municipalização sem estrutura nenhuma.

Nós vamos vendo rigidez do modelo organizacional, nós vamos vendo a oferta em condição de núcleos de atendimento sem estudo, sem análise, sem escuta dessa população. A gente não vê chamada pública da educação de jovens e adultos. Quanto que custaria para um governo fazer uma chamada dentro das redes de televisão, aonde essa população de fato escuta, para que essa população pudesse inclusive saber que existe educação de jovens e adultos? Muitos dos alunos que nós recebemos na escola nos dizem: "Nossa! Eu nem sabia que tinha educação aqui nessa unidade escolar". Bom, nós não temos ações efetivas para o acesso, para permanência e para o sucesso escolar e isso é muito sério, porque nós estamos entendendo...

Vera: Um minuto para finalizar a fala.

Prof. Adriana: ... prioritárias para execução do atendimento. Então, eu vou encerrando aqui a minha fala e agradeço a todos e todas que estão presentes.

Vera: Muito obrigada, Adriana. Peço desculpas, é por conta do tempo que nós temos aqui, a gente tem algumas perguntas também aqui no chat para mais para frente. Eu queria registrar a presença da vereadora Raquel, do PT de São Carlos, da vereadora Ângela, do PT de Araraquara, e da coordenação do EJA de Diadema também aqui no nosso Ato Solene. E eu gostaria de passar para Maria Eduarda. Eu dei uma verificada, ela está aqui na sala, então Maria Eduarda, por favor, é com você.

Maria Eduarda: Olá, boa noite. Eu sou Maria Eduarda, tenho 18 anos e desde já agradeço o convite e me sinto muito honrada em está aqui, poder falar dessa escola maravilhosa e que acho que marca a vida de todo mundo que passa aqui.

Vera: Você fechou seu microfone, Eduarda. Abre ele.

Maria Eduarda: Sim, agora.

Vera: Pode falar, Maria Eduarda. Se quiser falar um pouquinho da tua experiência na escola.

Maria Eduarda: Sim. Eu entrei aqui há mais ou menos 6 meses e tive uma experiência incrível com professores e todo mundo que trabalha nessa escola, que eu acho que eles têm muito de se colocar no lugar do outro, e isso é muito legal porque muita gente que entra aqui a gente vê a luta que vive, a gente vê que não está aqui: "Ah, não, só por terminar", mas sim porque precisa subir de nível no emprego, precisa para concluir uma faculdade, para fazer um curso, alguma coisa, e os professores eles apoiam muito isso, o que é muito legal.

Então, quando eu já presenciei várias pessoas dizendo: "Ah, eu não aguento, eu vou desistir", e a professora fala: "Não, você vai. Vamos, a gente vai te ajudar. Você vai conseguir, você vai concluir", então eu acho que é o que mais deixa incrível a escola. Então é um ponto muito forte aqui, eu acho, do CEEJA.

Vera: Muito obrigada, Maria Eduarda. É muito importante seu depoimento. Eu vou passar agora então, não sei se você quer fazer mais alguma colocação, Maria Eduarda? Caso não tenha, eu vou passar para o Caetano, da Secretaria de Educação aqui do estado de São Paulo. Pode ser?

Maria Eduarda: Sim.

Vera: Então muito obrigada, Maria Eduarda. Caetano, é com você então, Caetano da Secretaria de Educação.

As Experiências da EJA em São Paulo

CAETANO PANSANI SIQUEIRA

(Coordenador Pedagógico da Secretaria de Educação do governo de São Paulo)

Prof. Caetano: Olá, todos e todas, boa noite. Primeiro eu queria agradecer o convite de participar desse Ato. Maurici, muito obrigado pelo convite e também saudar aqui todos os colegas nesse momento. E eu ia falar da banca, mas cada um no seu local. Então, saudar a todos e queria aproveitar para compartilhar um pouco da nossa experiência aqui trabalhando com a EJA do órgão central da Secretaria. Eu vou fazer uma apresentação, deixa eu colocar aqui, vou compartilhar minha tela.

Vera: Eu habilitei para você. Vê se deu certo.

Prof. Caetano: Ah, legal. Deu sim. Deixa eu só tirar aqui e apresentar. Então, eu procurei trazer aqui um pouco uma visão geral da educação de jovens e adultos no estado e vou tentar também cumprir o tempo aqui para não estourar. Mas pode me interromper ou me avisar se eu estiver demorando demais.

Primeiro, uma contextualização geral. Então a gente tem a modalidade da educação de jovens e adultos, no caso da Secretaria Estadual de Educação, a gente oferta essa modalidade para as etapas dos danos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Entendendo que a oferta de anos iniciais, ela cabe essencialmente aos municípios pela divisão federativa. E, nesse caso, a gente tem dois principais modelos de EJA. A gente tem a EJA de presença obrigatória, o chamado de EJA obrigatória, que acontece nas escolas estaduais regulares, e tem a EJA de presença flexível que é o caso aqui da nossa aluna Maria Eduarda, que acontece nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, que é o CEEJA. Vou falar um pouquinho mais sobre CEEJA mais para frente.

No caso do programa educação nas prisões, o PEP, a gente faz excepcionalmente a oferta de anos iniciais também no ensino fundamental, uma vez que esse programa acontece, os educandos, essencialmente então quando estão em regime fechado, estão em instituições estaduais e, portanto, é o Estado que cumpre com a escolarização deles de educação de anos iniciais. Um pouco da dimensão disso. A nossa EJA de presença obrigatória ou a EJA quase, vamos dizer assim, regular, ela é semestral, então cada período letivo é um semestre e ela ocorre hoje em 1067 escolas espalhadas pelo estado

todo, tendendo a anos finais do ensino médio, a grande maioria no período noturno. A gente tem algumas que são no período diurno. mas como a maioria dos estudantes estão trabalhando ou buscando trabalho, a preferência acaba sendo também pelo noturno. Na EJA, tanto no CEEJA a exigência de presença é de uma vez por mês e ele não tem o ciclo de período letivo, os estudantes vão progredindo conforme a sua realidade. Ela atende também anos finais do ensino médio em 39, vamos dizer assim, polos, centros estaduais espalhados pelo estado.

Uma novidade que eu acho que é relevante aqui especialmente, que eu acho que é muito bacana é que a gente passou a ofertar o projeto de EJATEC, integrando o ensino técnico já direto na formação da EJA, como uma opção para os estudantes da educação de jovens e adultos cursarem o itinerário formativo de formação profissional dentro da lógica do novo ensino médio. Essa foi uma das grandes inovações do ensino médio, permitir que o ensino técnico profissionalizante, esteja de fato integrado com o ensino médio e para isso a gente criou esse projeto EJATEC.

Nesse momento, 2021, ele é piloto, mas a gente já vê que ele é um piloto razoavelmente grande, ele acontece em 220 escolas, com 5800 alunos matriculados. A gente espera aprender com esse piloto para que no ano que vem a gente consiga ampliar. Esse projeto é uma parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e no estado de São Paulo é responsável pelo ensino técnico profissionalizante. É o famoso Centro Paula Souza que opera as escolas técnicas, as ETECs e as FATECs no estado. Então esse mesmo Centro Paula Souza te fornece o ensino profissionalizante, educação profissional dentro da formação da educação de jovens e adultos.

Quando a gente fala do CEEJAs a gente tem algumas características particulares, e acho que a Maria Eduarda depois pode até contar da experiência dela, mas ele trabalha em um regime aí que eu coloquei entre aspas de eliminação de matéria, no sentido em que os estudantes ao invés de ter que fazer todas as matérias ao mesmo tempo, e aí ficar com essa carga horária das 7 às 11, o estudante tem mais flexibilidade, ele pode pegar uma matéria, um componente curricular de um conjunto menor de componentes curriculares, 2 ou 3 de cada vez, e aí ele vai estudando, tanto tendo atendimento individualizado, então em regime de plantão dos professores no Centro, quanto participando das oficinas curriculares. Então são aulas coletivas sobre os conteúdos trabalhados, mas cada aluno no seu ritmo essencialmente, como ele é uma oferta de presença flexível.

Aqui uma visão geral sobre as matrículas de como a gente está hoje. Eu vou passar de forma breve, que eu acho que a professora Maria Clara já deu uma exposição de forma geral do histórico. Hoje a gente tem 129 mil estudantes na EJA regular e 84 mil estudantes no CEEJA. É um dado de agosto de 2021, com um total de 214 mil estudantes. A gente entende, é lógico, que a pandemia adicionou, isso foi um desafio aí essa equação, então a gente espera que o ano que vem a gente consiga ter mais matrículas, que a gente imagina que parte do efeito seja atribuível a pandemia.

Quando a gente olha as matrículas por idade, eu acho que tem uma característica interessante que é, lógico, a gente tem toda a diversidade que a professora Adriana mencionou, mas a gente vê uma concentração hoje em dia de um público com 18 a 28 anos. Quando a gente pensa no jovem, educação de jovens e adultos, esses jovens de 18 a 28 anos eles compõem o grupo mais numeroso. Então no caso da EJA regular são 58% e no caso do CEEJA são 40%. Então a EJA tem uma cara muito jovem hoje em dia.

E aqui um pouco dos nossos dados de fluxo, ou seja, de aprovações, no caso da EJA. Infelizmente, a gente ainda tem um volume muito grande de estudantes que a cada semestre é reprovado. Então, que não conseguiram em grande medida por uma questão de presença ou de frequência nas aulas, mas também pelo aprendizado. Então a gente vê que a gente tem um desafio muito grande aqui, não só de trazer os estudantes para dentro das escolas, mas também de conseguir que eles aprendam e que eles não só aprendam para serem aprovados, mas que eles também se mantenham estudando.

No caso do CEEJA, a gente tem uma solução muito mais flexível, e aí, portanto, a gente teve, durante o ano de 2020, 9 mil estudantes que concluíram o ensino médio do CEEJA. Então um número bastante grande de concluintes. Eu queria destacar aqui algumas das ações mais recentes que a gente fez. Então, a primeira tem a ver com a pandemia. O estado de São Paulo criou o Centro de Mídias da Educação que é uma plataforma digital que transmite aulas tanto pelo aplicativo de celular, quanto pela televisão aberta. E, também, tem, lógico, todas as aulas que são transmitidas ficam à disposição para serem assistidas também pelo site a qualquer momento pela internet. Pode ser acessado por celular, pelo computador, e eu acho que o destaque aqui interessante é que é um aplicativo de celular que faz o patrocínio dos dados, então os estudantes não precisam custear a internet.

A gente sabe que a internet, fazer download de vídeo sempre é um desafio para quem precisa usar pacote de dados, então a Secretaria custeia, não tem nenhum custo de pacote de dados para os estudantes acessarem essas aulas. Além da televisão aberta. A gente tem uma cobertura de 98% no estado. Especificamente da EJA, a gente tem o canal da educação de jovens e adultos de anos finais, o canal da educação de jovens e adultos do ensino médio no aplicativo, que segue um cronograma de aulas que tem tanto as aulas ao vivo quanto as reprises para todos os semestres da EJA.

A gente tem feito campanhas de busca ativa, então acho que a última campanha trouxe esses vídeos bem bacanas. Eu tentei trazer o link aqui, mas não deu muito certo, tentei clicar, mas enfim. Mas depois eu mando para a assessoria do deputado o link dos vídeos, ficaram bem bacanas os vídeos. E tem divulgação em site, publicações, etc. Essa última campanha foi bem baseada nos depoimentos das pessoas que fazem parte da EJA hoje, contando da sua trajetória e aproveitando para falar sobre os processos de matrícula. A matrícula da EJA hoje fica aberta durante o ano todo, o estudante demandando essa matrícula, a própria escola realiza, não precisa ir para Diretoria de Ensino.

Por último, a última ação que acho que foi bastante relevante, foi um investimento de 112 milhões de reais em livros didáticos. Fazia tempo, acho que desde 2014, que o Governo Federal não fazia aquisição de livros da EJA pelo PNLD, então o Governo do Estado em 2020 investiu esses 112 milhões de reais em livros para utilização na EJA, e foram distribuídos a todas as escolas que têm EJA no começo do ano de 2021. Então aí um reforço material bastante importante para prática das escolas. Tem um elemento que eu queria comentar antes de encerrar a minha fala que tem a ver com a matrícula.

Acho que a professora Maria Clara mencionou no começo da fala dela sobre a questão das escolas de ensino integral e eu queria aproveitar para esclarecer um ponto. O programa ensino integral foi desenhado em seu início lá em 2012 como um programa, enfim, piloto e ele foi crescendo, se expandindo. Quando a gente tenta... A atual gestão da Secretaria de fato fez algumas mudanças importantes do programa, justamente para que ele tivesse uma escalabilidade, uma sustentabilidade maior.

Uma dessas características é justamente manter, permitir, lógico, permitir que essas escolas que são do programa de ensino integral também tenham aulas à noite, seja do turno das matrículas que a gente chama de regular, dos estudantes que estão ainda na sua faixa etária regular,

mas trabalham e, portanto, precisam de aulas à noite, então estudantes trabalhadores com menos de 18 anos, quanto para educação de jovens e adultos. Então hoje não tem nenhum tipo de vedação para que a escola de ensino integral tenha tanto o ensino noturno quanto a educação de jovens e adultos no período noturno também. Eu acho que esse é um ponto importante de esclarecer. E o segundo ponto é com relação a matrícula, abertura de novas turmas. Acho que o dado que a professora Clara traz, de 137 municípios que não tem oferta de EJA, é sim um dado preocupante.

Por outro lado, é importante a gente também entender que esse contingente de adultos sem a formação de nível médio, completo, ou seja, sem educação básica completa, ela não vem lutar igualmente distribuída pelo estado. Então acho que é importante a gente também tentar entender quais são esses municípios, se de fato tem demanda da educação de jovens e adultos de finais de ensino fundamental e de ensino médio para o Estado atender. Mas acho que é importante também colocar aqui de forma transparente.

Onde tiver demanda que não está sendo atendida, estamos à disposição para abrir as turmas e fazer essa demanda ser atendida. Não há nenhum tipo de recusa nesse sentido, muito pelo contrário, é nosso interesse ter essa abertura. Inclusive, o que eu acho que é importante lembrar é que as próprias escolas têm um incentivo intrínseco para abrir as turmas de regime noturno porque assim a gente considera as turmas de EJA dentro do cálculo de módulo das escolas.

Ou seja, quanto mais turmas a escola tem, mais professores coordenadores ela tem, mais vice-diretores ela faz jus se ela tem mais turnos, então são características que fazem com que a própria comunidade escolar local tenha um incentivo para querer ter aquela turma de EJA aberta, de receber essas pessoas que fazem jus a esse direito, lógico, e recebê-las bem, abrir as turmas para atendê-las. Então acho que essa é uma característica também importante de lembrar.

Vera: Vai concluir Caetano, por favor.

Prof. Caetano: Essa era a minha conclusão. Queria agradecer para reiterar e estou à disposição aqui para também as perguntas;

Vera: Legal. Eu vou explicar pessoal, como a gente vai funcionar com as perguntas. Quem quiser fazer pergunta pode inscrever o nome no chat aqui e caso alguém passe pelo chat da TV ALESP, a assessoria vai reencaminhar as

perguntas aqui para mim, aí eu leio a pergunta que eventualmente surge no chat do YouTube. Quem quiser se inscrever para falar e estar dentro aqui da sala, pode se inscrever, lembrando que tem 1 minuto para pergunta. A gente vai ouvir 4 perguntas e depois passar para quem quiser responder. A professora Maria Clara, o Caetano, a professora Adriana, a Maria Eduarda, enfim, para quem quiser responder as perguntas, tá bom? Então, 1 minuto para fazer a pergunta, são 4 perguntas, depois a gente faz mais um turno e a gente tem tempo de resposta 10 minutos mais ou menos, para a gente conseguir controlar o tempo e tentar estimular o debate, tá bom? Então a Fernanda é a primeira inscrita.



As Dificuldades na Educação de Jovens e Adultos

Fernanda: Olá, boa noite a todos e todas. Meu nome é Fernanda Corrêa, eu sou professora efetiva da EE Caetano de Campos, centro de São Paulo, localizada na Consolação, em frente a praça Roosevelt. Sou docente há 13 anos e atuando na educação há 20 anos. E o que eu tenho encontrado é realmente o direito negado na educação de jovens e adultos. Gostaria de perguntar para o representante da Secretaria da Educação o porquê que o centro de mídias não tem todas as aulas ao vivo para os estudantes da EJA, porque é um direito deles, assim como quem estuda de manhã.

Desde o início da pandemia, não havia todas as disciplinas. O direito deles de terem essas disciplinas e também a questão do horário, o horário é diferenciado, não é o mesmo horário que eles teriam no período noturno. Além disso, o senhor Caetano falou que há possibilidade de ter vagas, de abrir vagas.

O Caetano de Campos sempre teve demanda. Inclusive há uma ação civil aberta na Defensoria Pública e no Ministério Público, inclusive um abaixo-assinado dos estudantes dizendo da demanda e da necessidade de matrículas e, infelizmente, a Secretaria da Educação está negando, a diretoria de ensino está negando a esses estudantes a continuidade nos seus estudos e a permanência de uma educação inclusiva e irrestrita.

Eu gostaria de saber o porquê que está tendo essa negativa de abertura de salas em uma escola localizada

no centro, que atende refugiados, estrangeiros e público trans.

Vera: Agora é o João. Obrigada, Fernanda. João Rafa.

João Rafa: Boa noite a todos e todas. Estão me ouvindo bem? Vocês estão me ouvindo?

Vera: Sim.

João Rafa: Muito obrigado. O que eu gostaria de deixar e como uma questão para o Caetano e para os demais colegas... Me apresentar primeiramente, eu sou professor doutor, aqui no município de Marília, atuo no Conselho Municipal de Educação. Sou professor há quase 20 anos. Desses 20 anos, mais de 10 anos no CEEJA.

Gostaria de deixar aí uma questão para que o Caetano, a assessoria e que todos pudessem dar uma olhada com carinho na Resolução 75, de 2018, que trata do funcionamento do CEEJA. Como a colega anterior disse em relação ao direito negado, eu gostaria de destacar a questão de atrelar o módulo de professores e de agentes de organização escolar ao número de estudantes, visto que estamos em um período de pandemia e isso fica muito desfavorável, porque é preciso um aumento de servidores na escola.

Então, o CEEJA há muito tempo vem com essa Resolução, que vem desde 2011, passou por algumas mudanças, porém continua atrelando esse número. Então, temos poucos funcionários servidores. E o outro ponto é a frequência de 30 dias, se o aluno ficar 30 ou 60 dias sem comparecer, ele pode correr o risco de perder a matrícula e ter que passar por todo um sistema burocrático para renovar.

Então seria preciso desvincular esses 30 dias visto que também estamos em uma pandemia. E isso pode inclusive acarretar na diminuição do módulo de professores, funcionários e também dos alunos que ficam prejudicados. Muito obrigado.

Vera: Obrigada, João. E eu vou ler uma pergunta da Carolina Rolan para a Maria Eduarda que seria: quais as dificuldades que a Maria Eduarda encontrou para estudar na EJA. E tem mais uma pergunta que foi feita anteriormente e ela ficou aparecendo no chat também, é relacionada à vinculação da implementação das escolas do ensino médio integral e o fechamento do período noturno e da EJA. Então, isso apareceu em várias falas no chat, então acredito que seja uma questão, e aí eu vou passar primeiro para Maria Eduarda responder a

pergunta da Carolina e depois para o Caetano e para os demais comentarem. Está bom?

Maria Eduarda: Sim. Por favor, você poderia repetir a pergunta?

Vera: Claro. Quais as dificuldades que você encontrou para estudar na EJA?

Maria Eduarda: Sim, no meu caso, eu não tive nenhuma dificuldade porque além de eu passar pouco tempo sem estudar aqui no Brasil, eu também não trabalho, então eu só estudo. Então, vamos dizer assim, é muito mais fácil a cabeça ser mais vazia por não ter preocupações em relação a casa, em relação a trabalho, filhos, e é muito... vamos dizer assim, com o apoio de todas as pessoas é muito mais fácil você conseguir focar no que você quer.

Vera: Obrigada, Maria Eduarda. Agora acredito que eu vá passar para o Caetano, doutor Caetano.

Prof. Caetano: Olá. Bom, deixa eu ir na ordem. Então, o primeiro grupo de perguntas, eu acho que, bom, primeiro sobre o horário no centro de mídias. O horário das aulas do centro de mídias não é exatamente o mesmo do centro de mídias e na escola, na verdade, para nenhuma das etapas de ensino, não é uma questão da EJA.

De onde vem essa restrição do horário? De onde vem a grade horária do centro de mídias? Ela vem da nossa necessidade de transmitir as aulas na televisão. E como eu tenho dois canais de televisão abertos apenas, e é importante que seja a televisão aberta, porque tem que chegar em todo mundo, eu tive que colocar... a gente teve que colocar os pequenininhos de manhã, e aí ir subindo de idade ao longo do tempo, e aí por isso que chega na EJA e ela é à noite.

Mas qual que é a lógica? É que as aulas no centro de mídias, elas não precisam ser assistidas ao vivo, elas podem ser assistidas à conveniência de quem for. Especialmente no caso da EJA, faz muita diferença a rotina das pessoas com trabalho.

Tem gente que inclusive trabalha a noite e consegue, por causa dessa característica do centro de mídias, assistir as aulas gravadas, assistir no dia seguinte, por exemplo. Então essa é uma característica que enfim, foi a forma como o estado de São Paulo conseguiu fazer as aulas não presenciais. E acho que, aproveitando o gancho, a outra pergunta dizia respeito as aulas de cada um dos componentes curriculares no centro de mídias.

Hoje, a gente, de fato a Fernanda colocou aqui, a gente começou a transmissão do centro de mídias utilizando algumas aulas já gravadas, mas hoje em dia, Fernanda, se você entrar no aplicativo do Centro de Mídias, nas aulas da EJA, você vai ver que tem todos os componentes curriculares com aulas ao vivo na grade horária da EJA, então esse é um ponto importante.

Quando veio a pandemia, a gente criou uma série de tecnologias, construiu todo um centro com professores, foi trazendo professores do estado. Imagina que tem toda uma questão de que as pessoas queiram ministrar aula à distância. Professores tiveram que aprender a fazer isso no centro de mídias, e aí isso foi melhorando ao longo do tempo, então por isso tem uma diferença entre o que é hoje a grade horária do centro de mídias para EJA e o que foi lá no comecinho da pandemia o ano passado. E aí, com relação a demanda na escola Caetano de Campos, nossa quase vizinha aqui do lado, não tem nenhum motivo, professora, para que a escola não tenha a turma da EJA.

Então se tem demanda, independentemente de a escola ser PEI, não ser PEI, não importa. Se tem demanda de estudantes para estudar na EJA, a escola deve abrir turma e matricular esses estudantes. Pode ser que tenha uma escola muito próxima que esteja absorvendo essa demanda. Isso é verdade. Pode ser que aconteça sim. Agora se tiver para estudar nessa escola, que faça sentido do ponto de vista logístico, ela terá a turma aberta sim.

Aproveitando para responder o professor João, aí específico do CEEJA, não é, professor? A CEEJA é regulamentada por essa Resolução 75, e aí o primeiro ponto tem a ver com o módulo. Módulo é a quantidade de funcionários que uma escola tem. E essa quantidade, seja de professores, seja de agentes administrativos, essa quantidade é função do número de classes de uma escola regular, então quanto mais turmas, mais professores tem uma escola, mais vice-diretores tem uma escola, mais coordenadores pedagógicos tem uma escola e assim por diante.

E assim também com os agentes de organização escolar que fazem os trabalhos de secretaria, de pátio, etc. No caso do CEEJA, o CEEJA não tem turma, que aquilo que eu falei, a presença é flexível, então a Maria Eduarda participa, por exemplo, de aulas coletivas, mas pode ser que em uma aula tenha alguns colegas e em outra aula tenha outros colegas. Então não tem uma turma fixa rígida. Faz parte também do modelo mais flexível que busca atender essa realidade dos estudantes que trabalham, que são adultos.

E aí a necessidade de vincular o módulo ao número de alunos, professor, decorre de uma necessidade de alocação dos recursos por parte da Secretaria com base no critério objetivo. Eu tenho que ter um critério objetivo para poder fazer despesa pública. E qual que é o critério de dimensão de uma escola CEEJA? É o número de estudantes. Eu acho que lógico que a gente pode rever sempre qual é o módulo da escola, mas essa é uma discussão que tem que ser feita à luz da eficiência, do gasto público também.

Eu acho que lógico que a gente pode rever sempre qual é o módulo da escola, mas essa é uma discussão que tem que ser feita à luz da eficiência, do gasto público também. Claro que a escola precisa de funcionários para funcionar, é claro, mas se a gente tiver uma análise talvez da frequência desses estudantes a cada dia, a gente vai ver que em geral o módulo de professores, por exemplo, é bastante suficiente.

Com relação aos 30 dias, eu acho que vale a pena esclarecer que a regra para um estudo presencial, com presença flexível, é de que uma vez por mês o estudante tenha que ir presencialmente na escola. Se a gente abre mão dessa regra e diz que ele não precisa nem ir uma vez por mês na escola, aí a gente vai estar, na verdade, criando um modelo de não presencial, um modelo de educação à distância. E hoje não é o que a gente está fazendo, professor. A gente quer que o modelo seja flexível, mas que ele seja presencial, que ele não seja à distância.

Então para ele ser presencial eu tenho que ter a presença dos estudantes, e aí por isso esse critério de uma vez por mês a gente acha que é bastante razoável para ser bem flexível. E não precisa nem ficar o dia ou a noite inteira, o turno inteiro quando ele vai, basta que ele vá uma vez por mês e assim a gente já pode considerá-lo como um estudante frequente. Então acho que é assim, lógico, a gente pode discutir, mas eu acho que tem argumentos bem razoáveis para manter pelo menos um mês de frequência para ser considerado presencial.

Vera: Muito obrigada, Caetano. Eu queria também só deixar registrado que se alguém, tanto no chat quanto quem estiver assistindo a gente quiser alguma informação a respeito da Comissão de Educação e Cultura, pode deixar o WhatsApp no chat, eu deixei essa mensagem e também coloquei o e-mail do deputado, que caso alguém tiver alguma dúvida ou alguma colocação pode enviar mensagem. Pergunto agora se mais alguém quer falar, o professor João se inscreveu novamente, e aí a gente faz mais uma rodada de

perguntas, se alguém quiser. Então, por enquanto, com o professor João. Professor João, dois minutinhos para pergunta.

João Rafa: OK, vou procurar ser rápido. Em relação às respostas, Caetano, eu só digo assim, poder ter um novo olhar nesse... penso que pode estar defasado atrelar, por exemplo, 24 professores ao universo de 1500 alunos, eu acho que é um número um tanto assim defasado. Principalmente em relação aos agentes de organização escolar e que têm que lidar com muitas demandas de cada aluno, gerando atestados, conclusões, vários tipos de documentos.

E mesmo para os professores. Acredito que quando isso foi pensado, eu estou no CEEJA desde 2004, quando eu iniciei lá, o CEEJA atendia 2 turnos. Agora atendendo com 3 turnos, aumentando a demanda, penso que isso poderia ser revisto. Em relação à frequência de 30 dias, me refiro ao menos no período de pandemia, que os alunos têm muitos problemas pessoais para chegar na escola. E a pergunta que eu deixo agora é em relação aos chips, ao chip de celular para os alunos da EJA, especialmente para o CEEJA também.

Qual que foi o motivo de não ofertar esse chip durante o ensino remoto, e agora no ensino híbrido para os alunos da EJA que possuem já diversas dificuldades, inclusive de falta de trabalho? Nós temos aí mais da metade da população sem trabalho.

Vera: Pode concluir, João.

João Rafa: Obrigado. Era isso mesmo.

Vera: Eu vou passar então para o Caetano e na sequência, como a gente não tem mais inscritos, eu vou passar para o deputado Maurici fazer o encerramento e as últimas considerações. Ah, a Fernanda se inscreveu. Então, Fernanda, você quer fazer sua pergunta? A gente já encerra depois passo para o Caetano e na sequência para o deputado Maurici fazer as últimas considerações e o encerramento. Está bom?

Fernanda: Obrigada.

Vera: Dois minutinhos também.

Fernanda: Certo. Eu reforço o que o João comentou a respeito do chip. Desde o início da pandemia não existiu o chip para os estudantes. Isso é complicado. São estudantes, são jovens e adultos trabalhadores fragilizados que vêm de uma vulnerabilidade social. Então

a ausência desses chips atrapalha muito esse ensino híbrido. E a minha pergunta também é com relação, só para complementar, com relação à realidade da Caetano de Campos.

A gente tem EJA desde 2004, ou seja, há 17 anos existe educação de jovens e adultos atendendo no centro de São Paulo. Em 2019, o Secretário da Educação esteve na unidade escolar por duas vezes e ao vivo e em cores falou que não fecharia o ensino noturno da Caetano de Campos mesmo que virasse PEI. Tínhamos, em 2019, 400 alunos, 15 salas. Em 2020 se tornou PEI e houve uma diminuição de 15 salas para 8 salas.

Em 2021, no primeiro semestre, tivemos 3 salas e agora temos apenas uma única sala. Professores precisam estar em várias escolas e não conseguem ficar em apenas uma sala. Então, assim, isso tem demanda, a diretoria de ensino está se recusando a fazer as matrículas, existem pessoas dentro da unidade escolar que estão negando matrículas também para pessoas que têm interesse.

Então existe a demanda, mas existe por meio de alguém ou de um grupo a poda em matrículas, ou seja, não estão ocorrendo as matrículas na escola por alguém. Eu gostaria de saber se vai acontecer algo a respeito disso, porque isso é ilegal. Isso não pode acontecer. Existe demanda e não estão sendo abertas essas matrículas. E principalmente porque o mercado de trabalho exige cada vez mais qualificação, então é incoerente fechar salas, mesmo que tenha outra escola também com demandas.

Vera: Bom, eu vou passar para o Caetano, e o deputado Maurici sugeriu também que os outros membros da mesa, a professora Adrian, a professora Maria Clara, a Maria Eduarda, caso alguém quiser fazer as considerações e a gente vai encaminhando para o encerramento do debate.

Caso houver alguma dúvida ou alguma outra questão, elas podem ser encaminhadas por e-mail que eu já deixei aqui no chat. Então Caetano, professora Maria Clara, professora Adriana e na sequência o deputado Maurici para a gente fazer o encerramento e as últimas considerações. Obrigada.

Caetano: Posso passar a palavra para a doutora professora Maria Clara? Ela tinha pedido para fazer uma... solicitar um esclarecimento.

Vera: Pode ser. Clara?

Prof. Maria Clara: Não, eu só queria que o Caetano esclarecesse, porque de fato, a medida que o PEI, o Programa de Educação Integral foi se expandindo, passou-se a admitir a manutenção do horário noturno, da necessidade da população trabalhadora frequentar o ensino noturno.

No entanto, até onde eu sei, não há nenhum relato de reversão. Por exemplo, as escolas têm que fechar o noturno, aquelas ou primeiras que, na verdade, eram todas muito centrais em áreas privilegiadas. E que segundo os estudos do professor Girotto, ocorreu uma espécie de gentrificação, no sentido de que o perfil socioeconômico dos alunos passou a ser diferente do perfil das demais escolas, ao que o que me consta, não há nenhuma causa de reversão e nem há uma inclinação da Secretaria no sentido de reverter e reabrir o horário noturno. Estou certa ou estou errada?

Prof. Caetano: Não sei afirmar, mas o que eu acho que a gente pode dizer, professora Maria Clara, é que a gente ainda precisa entender esse fenômeno mesmo assim, e tem algumas características da rede que são... tem que ser apurado mesmo. O que está fazendo com que nessas escolas não se tenha aberto mais turmas no noturno, mesmo com essa possibilidade? E aí talvez a gente tenha que fazer algum tipo de atuação para isso de forma mais ativa.

Nas escolas regulares tem esse incentivo, vamos dizer assim, intrínseco da escola para ter mais módulo, e aí o módulo é uma coisa que faz muita diferença. O próprio professor João deu um exemplo aqui. de que é uma demanda das escolas ter módulo. Então, quando você tem mais turmas, você automaticamente acaba tendo mais módulo.

Talvez seja essa a questão na escola de tempo integral, que ela apesar de ser permitido, talvez não tenha ali um incentivo intrínseco tão grande quanto no caso da escola que não é de ensino integral. Mas acho que é um ponto para ser estudado de verdade, professora. Eu não sei se eu consigo afirmar ou apontar de forma exata. O que acho que me leva um pouco para a pergunta da Fernanda, não sei se eu posso já emendar nas perguntas, as respostas?

Vera: Pode.

Prof. Caetano: O que me leva para a pergunta da Fernanda, que acho que traz, de forma muito clara, a questão da escola específica, da Caetano de Campos. E eu acho que é importante a gente fazer uma apuração,

Fernanda, e aí, acho que tem o meu compromisso de abordar a diretoria de ensino, abordar a direção da escola, entender o que está acontecendo.

Se tem alguma razão interna para essas turmas, e onde tiver e se de fato tiver algum tipo de incompreensão da legislação por parte deles ou um tipo de ilícito mesmo, aí a gente tem que apurar e fazer e tomar as devidas providências. Eu acho que diante desse caso específico, tem o meu compromisso de verificação, com certeza.

Do professor João, que acho que a Fernanda também secundou a pergunta dele, com relação aos chips. Aí um esclarecimento que é importante. Os chips que o estado distribuiu foram originalmente concebidos dentro de um programa para ampliação de carga horária dos estudantes. Ou seja, como um incentivo para que os estudantes estudassem adicionalmente além daquilo que a gente já, abre aspas, cobrava deles que estudassem normalmente.

No caso da EJA, é muito complicado a gente cobrar mais tempo de estudo além do regular, e aí acho que é importante lembrar que o próprio aplicativo do Centro de Mídias, que inclusive até permite comunicação direta do professor com os estudantes por vídeo, nada disso custa crédito. Então basta ter o celular que... ou seja, ela não precisa de um chip para ter adicional de internet, o próprio uso do aplicativo já não consome internet. Então essa é uma característica importante aí para lembrar.

Vera: Tem uma pergunta. A Jarina queria fazer uma pergunta e eu acredito que é a última pergunta que a gente vai ter aqui na conversa de hoje, e a gente passa para a Jarina.

Jarina: Sim, boa noite, meu nome é Jarina, eu sou aqui da Universidade Federal de São Carlos e eu gostaria também de deixar uma questão, um registro, que foi nos falado aqui a questão do centro do município de São Paulo, e é recorrente, queria deixar registrado, é recorrente a nucleação e o fechamento de salas de EJA aqui na região de São Carlos e macrorregião.

E, assim, eu penso que essa nossa conversa hoje, ela não pode parar por aqui e ela não pode ser em vão, porque foram apresentados números gravíssimos. Você vê depoimentos todos os dias de professores, de estudantes com essa questão recorrente da nucleação, do fechamento de salas de aula. Nós sabemos as condições hoje, que eu não vou aqui repetir, de desemprego, de dificuldade de transporte, de violência nos centros urbanos também no interior do estado, então eu gostaria

só de deixar registrado de que essa nossa conversa aqui que seja um início. Nós agradecemos muito a oportunidade à Comissão de Educação e Cultura e esperamos que esse diálogo realmente venha trazer frutos, porque são muitas histórias, são muitas vidas, são muitas pessoas que são simplesmente mais uma vez excluídas da educação básica, tem mais da metade da população do Brasil e no estado de São Paulo tem os seus números, mas acompanha esse número gravíssimo, mais da metade da população com mais de 25 anos que não concluiu a educação básica.

Então nós estamos vendo problemas gravíssimos, nós estamos vendo fechamento de salas e nós precisamos não explicar o que acontece, mas nós temos que ter ações proativas. Então, hoje, obviamente, nessa reunião não dá conta disso, mas eu espero e nós como movimento de fórum EJA esperamos, que seja o primeiro de muitos encontros para que a gente realmente possa efetivamente encontrar saídas políticas, anúncios, já que existe, é manifestado que há esse desejo, os números não batem da demanda e da oferta.

Então não é propriamente uma questão, mas gostaria de deixar registrado que essa questão, ela é fortíssima no interior do estado. Obrigada.

Vera: Eu gostaria de passar para os expositores, se alguém quiser fazer mais alguma consideração, e pedir desculpas também, eu sei que é muito chato fazer esse papel de mediadora de contagem de tempo, então eu peço desculpas a todos que eu acabei cortando. Então passar para os expositores e depois para o deputado Maurici. Pode falar, professora Maria Clara.

Prof. Maria Clara: Bom, eu já tive a oportunidade de expor, ainda que é muito rapidamente, vários problemas. Eu acho que ficou evidente que a política da Secretaria Estadual de Educação, quer dizer, educação de jovens e adultos ocupa da hierarquia da agenda da Secretaria, uma posição muito subalterna, está certo?

A Secretaria está interessada na escola de tempo integral, no novo ensino médio, na implementação da base nacional curricular comum, e a educação jovens e adultos ocupa um lugar muito secundário e desatendido, tanto no seu formato geral quanto no sistema prisional, onde ela é particularmente negligenciada.

Haveria muitos pontos a discutir, mas eu acho que o primeiro mais claro está escrito na LDB: É dever do Poder Público fazer chamada pública, está certo? Em 2021, chamada pública não pode ser uma publicação no Diário

Oficial. Nós temos rádio, temos televisão, temos internet, temos todas as mídias sociais, não é possível que não se faça uma chamada pública utilizando as novas tecnologias.

Qualquer um de nós recebe mensagens de toda ordem no seu celular, não é possível que a Secretaria de Educação não tenha recursos para, por exemplo, lançar mensagens informando e estimulando a matrícula e coisas desse tipo. Então, eu gostaria de pôr na minha longa lista de questões sobre as políticas de educação de jovens e adultos, colocar esta questão em primeiro lugar, porque eu acho que a gente pode começar a quebrar essa cadeia de desatenção com a modalidade.

É isso, eu agradeço e agradeço muito a oportunidade de diálogo, a disponibilidade do Caetano inclusive, de receber essa saraivada de críticas e questões. (acha graça) É muito saudável para a democracia a gente poder estabelecer esse diálogo. Obrigada.

Vera: Não sei se o Caetano ou a Adriana que está querendo fazer alguma consideração.

Prof. Caetano: Prof. Adriana?

Prof. Adriana: Eu vou trazendo aqui então o que eu acho que ficou muito claro para nós essa noite. Entendo, Caetano, o seu papel, mas eu acho que ficou para nós evidente que existe uma proposição mínima diante de uma necessidade que é ampla e que é evidente a projeção de novas políticas, e políticas que de fato possam responder as necessidades das pessoas jovens e adultas.

Maria Clara fala de um aspecto que é prioritário, que toca na questão do acesso. Se nós quisermos os sujeitos jovens e adultos na escola, nós não podemos esperar ele chegar. Quero chamar atenção de quando a professora Fernanda fala: "Nós não estamos conseguindo abrir sala", e fala: "Se tem demanda, a gente abre", mas esse modelo, esse formato, essas condições inflexíveis, ele não vai chegar.

As perguntas que eu fiz no início eu coloco novamente, nós iríamos para um lugar que não conversa conosco, que oferece o pior horário, que não dialoga com as nossas necessidades, que não prevê articulação com outras políticas que nós temos necessidade? Nós não vamos. Nós vamos aos espaços que são possíveis de nos acolher e providenciar condições que possam favorecer a nossa vida como um todo, e em especial a condição de estar dentro da escola.

Então, eu acho que essa noite ficou muito forte para nós essa necessidade de que nós precisamos rever políticas públicas de fato que respondam a ordem do direito dessas pessoas jovens e adultos que são múltiplas, elas existem e são diversas. E penso que é uma porta que se abre e que nós precisamos continuar com esse diálogo.

Então, eu acho que o Legislativo passa a ser mais um agente político junto conosco nessa interlocução, e acho que a gente precisa solicitar ao Governo do Estado qual é o planejamento para 2022, que projeção que o Governo do Estado tem para 2022. Como é que ele pensa para sua rede e como ele se vê como agente mobilizador para as gestões municipais, porque a gente sabe que o Governo do Estado, ele tem que ser um agente mobilizador e não vem sendo. Então, além de pensar para si, como é que ele pensa para os outros entes federativos, os municípios. Obrigada.

Vera: Eu vou passar para o Caetano e para Maria Eduarda, caso ela queira fazer alguma consideração também no final.

Prof. Caetano: Maria Eduarda ou posso...? Se quiser...

Vera: Se a Maria Eduarda ou Caetano?

Maria Eduarda: Sim, pode ir Caetano.

Prof. Caetano: Legal. Acho que antes de eu começar a falar, professora Maria Clara, eu da minha perspectiva pelo menos enquanto agente do Estado, para mim é meu dever estar nesse tipo de situação sendo cobrado de forma de forma clara.

Estou aqui como servidor público, por isso tem que servir a todo mundo, e aí acho que é importante estar nesses ambientes de ouvir as críticas, as demandas, tudo que a gente precisa fazer. Costumo dizer para os dirigentes, para a equipe da Secretaria que a gente está aqui é para resolver os problemas, é para fazer com que as coisas aconteçam da melhor maneira possível.

Mas para finalizar a minha fala, eu acho que sim, tem muitas coisas que a gente precisa avançar, mas tem questões que a gente está tentando avançar também. Então, a gente... sobre por exemplo, as questões materiais, de condições materiais para o ensino, eu acho que o investimento em livro didático foi um passo muito importante que a gente conseguiu realmente trazer bastante recurso para as escolas.

Eu acho que a reversão dessa legislação que impedia o ensino noturno nas escolas de ensino integral é importante, porque a gente tem um mandato também da legislação de expandir as escolas de ensino integral. A gente está avançando, mas alguém ainda do PNE também nessa frente, e isso não pode... uma coisa não pode competir com a outra. O cumprimento de uma lei não pode fazer com que isso deixe de cumprir outra, então a gente conseguiu aí adequar o modelo para que ele também permitisse o ensino noturno e consequentemente também a educação de jovens e adultos.

Agora acho que o próximo passo, portanto, é entender como que a gente faz para realmente chegar nas pessoas que a professora Maria Clara mostrou nos slides dela, aqueles milhões de pessoas no estado ainda que não concluíram o ensino, a educação básica. Termina no ensino médio, mas tem umas que não terminaram nem o ensino fundamental.

E dizer que assim, da perspectiva da Secretaria de Estado da Educação, a gente tem toda a disposição para dialogar, para verificar os casos que talvez estejam... o atendimento esteja alguém do que deveria estar, e fazer com que o atendimento melhore, sempre melhore progressivamente, a cada dia melhor também para os nossos alunos da educação de jovens e adultos. OK? Então, muito obrigado e estou à disposição também.

Vera: Obrigada, Caetano. Maria Eduarda?

Maria Eduarda: Sim, eu agradeço a oportunidade de poder ter participado, e que seja levado em conta todas as angústias apresentadas pelos professores e diretores, especialmente nesse ano de pandemia. Então, acho que aqui eu finalizo, e uma boa noite a todos.

Vera: Obrigada. Deputado Maurici?

Dep. Maurici: OK, Vera. Bem, eu quero antes de mais nada agradecer a você Adriana, a você professora Maria Clara, a você Maria Eduarda e a você Caetano por terem uns, umas por terem proposto a atividade, e você Caetano, e na sua pessoa eu agradeço a Secretaria por ter aceitado fazer esse diálogo hoje. Eu acho que esse diálogo inicia hoje, mas ele não precisa necessariamente se encerrar hoje. Nós podemos ver alguma maneira talvez de fazer uma nova conversa mais adiante nesse formato ou em outro que a gente possa ajustar, até para que algumas questões que foram colocadas hoje possam ser tratadas de maneira mais detalhada nessa outra ocasião.

Queria também deixar para as pessoas que estão nos acompanhando hoje, quem quiser colocar o seu contato, de preferência número de Zap aqui no chat, a gente pode passar as informações não só sobre os projetos de lei ou sobre os debates relativos a educação que sejam encaminhados junto à Comissão de Educação e Cultura, mas também nós temos programado, por exemplo, um ciclo de debates sobre o novo ensino médio.

Então, aqueles, aquelas que tiverem interesse em acompanhar isso, a gente manda as informações e o calendário desses debates. Também nas próximas semanas deve haver a segunda parte da prestação de contas do secretário Rossieli na Comissão de Educação e Cultura, então a gente pode estar informando de quando isso vai se dar para que vocês possam participar.

Queria também deixar claro a minha participação aqui. É claro que eu, a Vera, o Clóvis, os demais membros do gabinete que estão acompanhando, estamos atentos às questões que foram colocadas aqui e da nossa parte vamos dar os encaminhamentos que nos cabem. Mas que não compete a nós ter uma participação mais ativa, nós somos facilitadores do diálogo, correto? Não estamos aqui para fazer discurso ou para ocupar um espaço de protagonismo que não nos cabe.

Dito isso, queria agradecer a participação de todas e todos, agradecer você Vera, agradecer ao Clóvis, agradecer ao Guterman e à Mônica que nos acompanharam e nos assistiram aqui, agradecer a você, Maria Eduarda, e encerrar essa atividade de hoje. Adriana tem o nosso contato, por favor Adriana, a gente pode conversar depois para ver como é que a gente pode dar sequência a isso, OK? Muito obrigado, professoras, professores, todos e todas que participaram conosco. Uma boa noite, um grande abraço.



PERSPECTIVAS

25/10/2021

DEPUTADO MAURICI

oa noite, quero cumprimentar todos aqueles, aquelas que nos veem aqui pela rede ALESP, pelo canal do YouTube. Quero agradecer a presença da professora Branca, do professor Evaldo, do professor Vitor Henrique. Esse é mais um encontro, mas dialogando sobre a questão do novo ensino médio. É um debate para nós fundamental porque, na nossa opinião, em muito ele define um projeto de país para frente.

Então os convidados terão certamente uma boa contribuição a dar a essa discussão. Eu quero já justificar que eu tenho, lamentavelmente, um outro compromisso que eu não posso deixar de comparecer, então vou fazer essa abertura e vou deixá-los. E depois, Vera, vou acompanhar pela gravação que a Rede ALESP vai nos enviar. Muito obrigado, professora Branca, professor Evaldo, professor Vitor. Espero a compreensão de vocês. Um grande abraço. Por favor.

VERA GERS DIMITROV

(Gabinete dep. Maurici / Alesp)

Vera: Obrigada, deputado. Eu vou passar agora então a palavra para o professor Evaldo, ele é professor efetivo do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais, DEPASE, da Faculdade de Educação da UNICAMP, e ele vai falar um pouquinho sobre nossa temática central, que é perspectivas de educação no Brasil, novo ensino médio. Então, professor Evaldo, com você.

Proposta do Novo Ensino Médio em um Contexto de Golpe Jurídico Parlamentar

PROF. EVALDO PIOLLI

(Professor da Faculdade de Educação da Unicamp, especialista em gestão educacional, política educacional e trabalho docente.)

Bom, primeiramente, dar boa noite a todos, a Vera, ao Vitor, ao deputado Maurici e à professora Branca, com quem eu partilho essa noite as nossas reflexões aí sobre a reforma do ensino médio. Bem, gente, a primeira coisa, o primeiro elemento a ser destacado dessa reforma do ensino médio é que quando ela foi proposta foi feita num contexto já onde a gente tinha aí um golpe institucional, jurídico, parlamentar instalado. E havia um projeto se consolidando que é um projeto que não se inicia com um golpe, que é um projeto de construção de uma presença maior, de uma construção, de uma concepção de Educação, gestada aí pelos setores empresariais, setor privado da Educação e as fundações empresariais.

Então é um projeto que entra e se coaduna com um conjunto de reformas que foi instalado depois, logo em seguida. Então, a reforma do ensino médio, vai dialogar com a reforma trabalhista, vai dialogar com a reforma da previdência e vai dialogar diretamente com a PEC, a Emenda Constitucional 95, do corte dos gastos. Então, quer dizer, ela está num contexto onde a classe, essa classe dominante, essa burguesia, instaura aí seu projeto de país, que é esse projeto dirigido à formação de uma força de trabalho, ou seja, de capital humano para crise, gerir aí a crise do capital, fornecer uma força de trabalho em abundância, minimamente qualificada para essa nova fase do capitalismo flexível. E, ao mesmo tempo, a reforma engendra também toda a concepção de gestão de política pública desses reformadores, que vêm aí com alguns elementos da Base Nacional Comum Curricular, que se institui também, que é o modelo que vai instaurar aí a gestão por resultados, metas, âmbitos, avaliação da educação básica, então ela está atrelada ao conjunto da obra.

Essa reforma, portanto, integra um projeto desse projeto amplo, de formação de capital humano, como eu disse, engendra uma ideia de profissionalização que introduz elementos de uma flexibilização curricular no Brasil no nível do ensino médio. Basicamente é esse o quadro. Então, nós temos aí um quadro de instauração de uma certa hegemonia empresarial, eu gosto de usar um termo cunhado por Marco Fischer: uma ontologia empresarial, uma concepção de gestão e uma concepção de política, de formação da força do trabalho muito própria.

Bom, eu vou destacar, da reforma do ensino médio, já que o nosso tempo aqui é curto, dois elementos. Um que eu chamo de reprodução da dualidade, do dualismo estrutural, e eu vou explicar como; e o elemento da flexibilização do currículo e padronização do currículo, e profissionalização generalizada do currículo. Então são

duas coisas que eu vou falar rapidamente. Primeiro elemento que eu gostaria de destacar, aparece lá já logo no Artigo 35 da proposição da reforma, ou seja, o Artigo 35 que muda a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Lembrando que a primeira reforma foi feita por uma medida provisória, a 746, em seguida nós tivemos a promulgação da Lei 13.415, que instituiu a reforma do ensino médio e promoveu as mudanças na LDB. O que está lá no Artigo 35? O Artigo 35A que complementa o artigo 35, institui o que nós chamamos de áreas do conhecimento.

Então define quatro áreas do conhecimento que ele vai chamar de Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Vejam vocês que é com a reforma do ensino médio que se instaura no Brasil, que se implanta no Brasil, copiando o modelo americano do Common Core (Common Core State Standards Initiative, ou padrão que estabelece o que os estudantes do ensino fundamental e médio dos EUA devem saber em Língua Inglesa e Matemática), a Base Nacional Comum Curricular. A partir do quê? Da fase terminal da educação básica, ou seja, do ensino médio que se institui a base. E o que diz lá na base? Bom, ela institui quatro áreas de conhecimento, a saber: linguagem, suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências naturais e suas tecnologias; e ciências sociais aplicadas.

O que diz ali? Que o que é básico vai ter o quê? 1.800 horas de formação. Ou seja, mudando aquilo que estava presente na LDB que era de 800 horas em 200 dias letivos, ou seja, o ensino médio com 2400 horas de ensino propedêutico. Então ele reduz o propedêutico que é de 1800 horas. Então todas as disciplinas, todas disciplinas perdem carga horária. Algumas mais claramente, como os conteúdos de história, filosofia... História não, Educação Física, Sociologia, Artes, que entram como estudos e práticas, nesse projeto de reforma. E com o Artigo 36 institui o que ele chama de itinerários formativos.

Então nós estamos vendo que o que é compreendido como base, já é menor. Ou seja, a gente perde o quê? 600 horas aí de ensino básico, ou seja, da compreensão do ensino propedêutico. A gente perde 600 horas. E institui os itinerários com o Artigo 36, os itinerários somativos. Aí ele repete nos itinerários linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências naturais e suas tecnologias; ciências humanas aplicadas e suas tecnologias, e institui um itinerário de formação técnica profissional. Então veja aí que todos os demais itinerários, exceto o quinto itinerário, constam da Base Nacional Comum.

O que eu estou chamando de dualidade é o seguinte, quem vai fazer, quem optar pelo ensino técnico

profissional, formação técnica profissionalizante, não vai ter a continuidade daquilo que a gente chama de “ensino propedêutico”, previstos nas demais áreas. Então esse é o primeiro elemento. Pensando na questão, portanto, de que o jovem vai ter opção, vai poder acessar o ensino superior, eles dizem lá na reforma, na proposição da Resolução 3, que depende o itinerário, todos eles terão a mesma chance de enfrentar os exames concorridos nos vestibulares. Estava no argumento. Mas será que a depender do termo do itinerário que o sujeito vai fazer, ele não vai ter a mesma formação que os outros terão com os demais itinerários que poderão ser articulados e, enfim, como está previsto lá?

O artigo 44 da LDB diz que o ensino médio deve oferecer competências para o ingresso no ensino superior, competências e habilidades na base, ou seja, então a pessoa que vai optar pelo ensino técnico pela formação técnica profissionalizante não vai estar contemplada na base, nas habilidades da base. Então, fora o quinto itinerário, todas as demais áreas terão 3 mil horas da BNCC articuladas. Ah, aí vem a Resolução 3, de 2018, que institui as diretrizes curriculares, e lá tem uma pérola! No Artigo 6º dessa resolução está escrito, eu vou ler para vocês que é para ficar bem nítido o que eu estou querendo dizer com a dualidade.

A Resolução 3 então define os itinerários formativos como: “Cada conjunto de unidades curriculares ofertadas por instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante – vejam vocês – aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento dos estudos – aí tem a pérola – ou para o mundo do trabalho, de forma a contribuir para construção de soluções de problemas específicos da sociedade”. Então, portanto, esse artigo expressa que a escolha deste ou daquele itinerário não é apenas uma opção entre caminhos formativos de estudo, mas de distintos caminhos, duais e excludentes, ou para aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento do estudo ou para o mundo do trabalho. Apenas, só apenas na definição do itinerário de formação técnica e profissional essa formulação não aparece sendo substituída.

Estou tentando enxugar aqui por causa do nosso tempo. Mas a ideia que se coloca é essa, esse “ou” é muito importante aí para a gente destacar aquilo que eu estou chamando de reprodução do dualismo. Então, logo em seguida nós teremos a promulgação da resolução do conselho que institui a BNCC do ensino médio e aí recoloca também o tema das competências. Mas isso eu vou deixar para professora Branca comentar o que significava o quê, a mobilização de conhecimentos, enfrentamento dos desafios, habilidades para essa sociedade, preparação da pessoa para as demandas do século 21.

A junção da Resolução 3 com a BNCC tem toda uma proposta para flexibilização crescente do currículo. O que eu estou querendo dizer com isso? Em vários momentos, a reforma coloca até que, por exemplo, lá no Artigo 24, que vai expandir a carga horária do ensino médio para 4.200 horas, 1.400 horas por ano, mas não fixa prazo. Voltando aí a questão da flexibilização, então a ideia da flexibilização, então veja que ela vai reproduzindo o dualismo e introduz a ideia de uma flexibilização. A flexibilização aparece associada à ampliação de opções de escolhas pelos estudantes. Aí eu vou terminando por aí. Eu entendo que eles tentam utilizar como uma espécie de resposta àquele movimento de ocupação dos estudantes de 2015-2016, essa ideia de que o estudante vai ter opção. Isso é um dado importante para a gente discutir aqui. Primeiro, essa ideia de opção esbarra em diversos problemas. O primeiro deles, a possibilidades estruturais e de recurso das instituições das redes de ensino. Esbarra também em problemas concretos do país. Quais são os problemas? Em dados da realidade.

Por exemplo, 41% das escolas, ou seja, quase 42% das escolas do Brasil trabalham em jornada completa, então como é que você vai aumentar a jornada, a carga horária? Outra coisa, 53% dos municípios possuem apenas uma escola – estou falando do Brasil –, possui apenas uma escola do ensino médio. Eu não tenho dúvida, e aí quando isso saiu, nós apontávamos que isso se faria, essa flexibilização se faria com a externalização desta formação ou engendrando um processo de desescolarização, ou seja, parte dessa carga horária da expansão do novo ensino médio ser feita fora da escola. E aí isso se confirma com a Resolução 3 do Conselho Nacional de Educação, de 2018, lá no Artigo 12.

Veja o que diz o Artigo 12 da Resolução 3: Primeiro, e aí como é que eles vão resolver esse problema, esse dado de realidade? Primeiro com a introdução da EAD. A EAD pode lá, acho que Artigo 12 – é isso, a EAD é no Artigo 12 – 20% da carga horária do diurno pode ser cursada no modo a distância, na modalidade a distância. 30% do noturno e 80% da EJA. Para tanto, apesar de dizer que é para o geral, mas diz que é preferencialmente essa EAD tem que ser adotada no itinerário somativo, aí eu fiz uma conta aqui minha. Por exemplo, ela vai subtrair, se for aplicada no itinerário formativo de 1.200 horas, considerando 20% do noturno, 20% do diurno, 30% do noturno e 80% da EAD, por exemplo, no diurno ela vai retirar, a EAD pode ser adotada para 600 horas, ou seja, 50% da carga do itinerário em EAD; 900 nos noturnos, ou seja, 75% da carga do noturno do itinerário formativo em EAD; e 80% na EJA, praticamente o ensino presencial desaparece na EJA. Então esse Artigo 12 deixa essa salvaguarda aí, resolve esse problema estrutural desta forma, externalizando.

Outra coisa que a Resolução traz é a possibilidade de estabelecimento de parceria privada para oferta do itinerário, todos os itinerários, não somente o profissional, mas todos os itinerários podem ser oferecidos por instituições parceiras. Então, nós temos um quadro que afeta não só a formação do estudante, mas também o emprego de milhares de professores. Então é um dado para a gente pensar. Ao setor privado de elite.

Ao setor privado de elite ela reserva uma salvaguarda danada, porque a Resolução 3 permite a articulação de diversos itinerários. Então o setor privado de elite vai continuar fazendo o que sempre fez, vai juntar lá os quatro itinerários, vai oferecer 3 mil horas, 4 mil horas. O problema aqui é o que fica para as escolas da rede comum, da rede regular de ensino, da rede pública de ensino. Para fechar, eu queria deixar, se possível, eu gostaria de tratar em uma segunda oportunidade, num retorno, tratar do itinerário técnico profissional, porque é onde se mostra aí o que eu chamo de dualidade da dualidade. Porque nós temos uma dualidade dentro da dualidade e eu quero explicar isso para vocês.



Vera: Eu quero só comentar, até desculpa interromper o senhor, mas a questão do itinerário é uma das questões que suscita muitos questionamentos e muitas dúvidas, inclusive nos nossos atos anteriores. Aí em uma segunda oportunidade acho que o senhor irá inclusive tratar somente dessa questão dos itinerários, porque é uma questão que suscita muitos questionamentos, muitas perguntas, os professores mandam e-mail até por conta da presidência do Maurici na Comissão de Educação, e é uma das maiores dúvidas nesse novo ensino médio e não está claro ainda para muitos professores, diretores de escola. Então acho que seria muito legal já que o senhor se dispôs, até vou deixar anotado aqui, porque depois conversar com o senhor, para a gente fazer uma rodada só sobre itinerários.

Prof. Evaldo: Tudo bem. Fica aí a leitura do artigo. Basta ler o Artigo 12 e o Artigo 13 da Deliberação 186, de 2020, do Conselho Estadual e a Resolução 3, Artigo 12 e

13 da Resolução 3 que introduz as diretrizes curriculares nacionais, que você vai ter a dimensão disso que eu estou falando, da flexibilização, da parceria, dessas possibilidades de oferta dos itinerários formativos. Inclusive, para os diretores de escola, no Artigo 13 eu levanto uma preocupação muito grande que é como que o Governo do Estado vem responsabilizando, ou seja, transferindo a responsabilidade dessas parcerias para as unidades escolares. Olha, quem vai cuidar dessa parceria vai ser o diretor de escola. Então é isso é um dado importante e a gente precisa aprofundar esse debate. Mas eu queria, na minha volta, na volta aí dessa fala, falar do itinerário técnico profissional, que eu acho que não deu tempo, e eu queria falar dos programas do Estado. Se possível mais cinco minutos, depois na volta eu concluo.

Vera: Perfeito, professor Evaldo. Eu vou então passar... eu acredito, não sei se professora Branca ou professor Vitor, eu não sei quem preferiria. Acho que vou passar para professora Branca. Professor Vitor, a professora Branca é graduada em Filosofia pela PUC de São Paulo, Pedagogia pela Faculdade Integrada Campos Sales. Ela é mestre e doutora em Educação pela PUC. Professora Branca, por gentileza, é com a senhora.

Um Processo de Privatização Por Dentro da Rede Pública de Ensino

BRANCA JUREMA PONCE

(Professora Titular de Educação da PUC – SP)

Prof. Branca: Muito obrigada, minha querida. Primeiro, falar da minha satisfação e agradecer poder estar aqui com o Evaldo, meu colega, o Vitor, o deputado Maurici, vocês todos aí. Eu não os conheço, mas estou muito feliz de estar aqui, o meu prazer de estar nessa casa. E aí, eu vou pegar um gancho aí, e quero que o Evaldo depois me convide, quando ele for falar de novo, porque eu fiquei aqui muito animada a discutir com ele, porque veja só, tem um contexto anterior a isso, e aqui eu quero fazer um parêntese que já fiz para o Vitor, inclusive. Eu não sou especialista nessa reforma no ensino médio. Eu sou especialista na área de currículo.

Então eu estudo currículo. Currículos. História do currículo. Boas, várias concepções de currículo, enfim. E o que a gente teve aí no Brasil? Por que se priorizou o currículo como uma política pública? No momento em que a gente precisava muito mais de melhoria nas

condições da rede pública para o atendimento da qualidade equitativa. A gente precisava muito mais de dar atenção à formação e às condições do trabalho dos professores brasileiros que estão muito mal atendidos nos seus salários, nas suas condições de trabalho. E o que aconteceu? A gente deixou isso tudo de lado. Isto é, você não tem políticas fortes voltadas para isso, e a principal política pública passa a ser voltada para o currículo que gera um espaço para se pensar a BNCC. E a BNCC no seu início teve uma discussão um pouco mais ampla do que após aquilo que eu vou chamar de golpe em 2016, que gerou o impeachment da presidenta Dilma. A gente tem ali um marco, quer dizer, para BNCC houve ali uma aceleração do processo, o tirar da mão e, na verdade, a gente tinha algumas possibilidades, eram feitas algumas consultas públicas.

Tudo isso deixou de existir. E a parte final do texto da BNCC nem no Brasil foi escrito. A gente tem uma literatura acadêmica dizendo isso, e quem estava ali e como estava ali. Isso é muito importante a gente saber. Então eu estou de acordo com o professor Evaldo. Isto é uma proposta de país que vem junto com outras reformas. É uma reforma trabalhista que ele cita. Isto está num conjunto de ações políticas para gerar um país que, penso eu, e aí falo por mim, um país que não queremos, um país de desigualdades, um país de aprofundamento de preconceitos. Então, a gente tem aí, na minha maneira de ver, uma distorção daquilo que na Constituição de 88 a gente conseguiu ter, que é escrever finalmente em uma constituição brasileira que o direito à educação é um direito de todos e, enfim, eu não vou aqui me alongar, mas é uma longa trajetória nossa, e esses direitos, na minha maneira de ver, com essas políticas, como um apressamento inclusive antiético no processo de aprovação e homologação do texto final da BNCC evidencia esse processo que vai rapidamente acontecer.

Então é nesse contexto, e aí eu estou totalmente de acordo com o professor Evaldo, que então a gente acelera um processo de formação do capital humano, e atropela uma discussão, e algumas ações escolares que iam acontecendo na direção de uma educação para a cidadania. Não que estivéssemos sossegados, não. Havia ainda muito a fazer, muitas críticas tínhamos nós, mas tínhamos ali alguns avanços concretos ocorrendo. Mas ao mesmo tempo que tivemos alguns avanços do ponto de vista, por exemplo, de ampliar no currículo a possibilidade da discussão da história da cultura afro-brasileira, dos indígenas, nós tivemos avanços concreto ali, ao mesmo tempo abrimos as portas para privatização da escola pública que hoje tem um outro caráter.

Nós não temos mais uma rede pública e uma rede privada. Nós temos um processo de privatização por dentro da rede pública. Com o dinheiro público você

compra sistemas de educação, como eles chamam; você compra tecnologias, você compra formação de professores. O dinheiro público vai todo para os empresários da educação. Então, é um processo de virada violenta que veio junto com outras viradas citadas aí pelo professor Evandro. Quando eu fui então, falei para vocês, quando eu fui convidada para falar, é isso que eu estudo, é essa trajetória que eu estudo, e me chamou muito a atenção quando fui preparar aqui alguma coisa para falar rapidamente, e o difícil é isso, é que este programa, este conjunto de programas se chama educação no Brasil Perspectivas, quer dizer, o que é perspectiva? Ver em perspectiva? É olhar para frente. O que eu quero ver lá na frente? Eu quero ver um Brasil com mais igualdade, com menos preconceito; eu quero ver um outro Brasil, e não esse que nós estamos vendo ser construído com esses processos.

Então, essa é uma questão, gosto do nome do programa, mas fiquei um pouco incomodada com o nome da mesa: implantação do ensino médio, mas não incomodada porque a mesa não deveria chamar assim, é porque é isso que está sendo feito. A ideia de implantação. Você pode pensar em dente. Olha só. Como é que você faz? Você implanta um dente onde o dente que ali existia não existe mais. Um objeto estranho entrando em outro corpo e sendo assimilado por esse outro corpo. Ora, um processo curricular, e aí vamos entrar um pouquinho na concepção de currículo, um processo curricular jamais pode ser um processo de implantação. Ele é um processo de construção do currículo baseado em experiências históricas, baseado naquilo que já temos de acúmulo de conhecimento sobre a escolaridade, e aí a gente constrói junto com os sujeitos do currículo. Sujeitos do currículo são professores, são diretores, são todos os educadores, são os alunos também.

É preciso ouvir qual é o jovem que nós temos hoje, quais são as culturas que existem entre os jovens. Se a gente não conhecer esse jovem, nós vamos estar falando sozinhos, inclusive porque por mais maravilhosa que seja estruturada seja a proposta, ela não chega lá, ela vai criar mais uma vez uma evasão imensa da maioria. Nós vamos criar problemas aí em relação a isso. Então esta ideia de implantação é uma ideia, vamos dizer, indesejada. O que precisa um currículo neste outro processo de construção de cidadania e não de construção do capital humano? O que a gente precisa nesse currículo é olhar para um horizonte desejado que é de professores respeitados, bons, com formação adequada. Nós estamos devendo para o Brasil formação de professores como a gente imagina que deva ser, construindo o professor em todas as suas dimensões, construindo um professor que se preocupe com a sua disciplina, mas que se preocupe para além da sua disciplina com uma formação interdisciplinar para a

cidadania, para o diálogo, com a formação para o debate, com a formação para a possibilidade de você ter no futuro sujeitos pensantes.

O Evaldo citou aí uma coisa que me toca sempre e muito profundamente, até fui e atuei junto, que foi a ocupação das escolas pelos jovens. Foram escolas públicas que foram ocupadas. De quem é a escola? Dos jovens. Eles ocuparam. Eu estive em uma escola chamada Fernão Dias Paes, uma escola aqui em Pinheiros, na cidade de São Paulo, ali naquele momento, no quente do movimento, os meninos não estavam depredando, os meninos estavam ali construindo um currículo, na minha maneira de ver. Eles estavam aprendendo a se exercitar como cidadãos. E a gente, como educador, tinha que estar lidando com isso como parte do currículo. Eles poderiam ficar ali eternamente? Não. Mas eles não poderiam ter sido arrancados como foram em nome de que a escola não é deles, é pública. Ora, o que é isso? Essa fala é uma fala no mínimo estranha.

Olha, vou me ocupar aqui de falar uma coisa interessante que o Renato Janine Ribeiro, que foi até nosso Ministro da Educação, ele é um sujeito da filosofia, é meu companheiro aí de área, e que ele diz assim: “Os seres humanos não funcionam. Não adianta tudo que você imaginar para um ser humano que vai colocá-lo em uma situação de funcionário, não vai dar certo”, ou seja, o currículo é pensado fora e implantado e todo mundo vai ter que funcionar segundo isso. O Renato Ribeiro diz o seguinte: “Os homens não funcionam, os homens e as mulheres são”. Shakespeare também já dizia isso: “Ser ou não ser, eis a questão”. Eles são, ou seja, eles têm que ter voz ativa, eles têm que construir este currículo, claro que à luz de toda experiência histórica. Jamais um currículo implantado.

Enfim, aí nós vamos ter um problema que é assim, a gente precisa abrir lentes. Eu tenho feito um trabalho com currículo e tenho me preocupado com isso, não adianta bater só, bater nos modelos que a gente tem e não propor alguma coisa. Nós temos falado que a justiça curricular é mais possível quando você pensa o currículo em pelo menos três dimensões. Na dimensão do conhecimento. Mas que conhecimento eu quero colocar ali no chão da escola? Onde muitos de nós passamos anos. E muitos brasileiros passam anos.

Olha que oportunidade de formação! Então, a dimensão do conhecimento é importante? É, mas um conhecimento que dialogue e que seja construído e reconstruído pela comunidade escolar. Segunda dimensão a ser considerada num outro modelo de currículo: a dimensão do cuidado. E aqui eu não quero aquela visão do cuidado de alisar o outro, do cuidar. Sim, algumas crianças vão precisar, alguns professores, de cuidados específicos e individuais. Uma criança com dificuldades, sim, mas eu chamo de cuidado a política pública que dá bons

salários, é um cuidado com o professor. A formação boa para o professor não se embarçar. Boas políticas para criar nos jovens a vontade de ser professor. Nós estamos com falta de gente querendo ser professor. Não é? Os cursos que formam professores têm meia dúzia de alunos. Isso é muito sério! É desestimulante!

Então o cuidado é um conjunto de ações e políticas públicas que deem conta de cuidar daqueles que estão na escola e que possibilite que esse momento seja um momento feliz para todos eles, um momento bom e um momento de construção de cidadania. E a terceira dimensão a ser considerada no currículo, o conhecimento e o cuidado e a convivência democrática. Ou seja, a gente vem falando em superação de conflitos, em evitar conflitos, e eu digo não. Vamos enfrentar o conflito. O conflito é necessário. A democracia supõe o debate. Supõe ouvir o diferente. Supõe buscar consensos. E o jovem de hoje tem vivido uma política de ódio na rua, em casa, na vida; uma política de embate e não de debate. Então, este aspecto da convivência eu coloco sim dentro do currículo, porque acho importante que seja pautado pelos educadores das redes e das escolas, e que isso conte para o currículo, no sentido de que o recreio, a rua é também curricular, e eu preciso estar muito atento a isso, muito.

Olha, um colega nosso que o Evaldo conhece muito bem, o Paulo Carrano, acaba de lançar uma pesquisa maravilhosa que traz muitos elementos para gente compreender o jovem brasileiro que está na idade do ensino médio. Vamos olhar essa pesquisa, vamos olhar para esses jovens buscando conhecê-los e não buscando implantar para esses jovens e para todos os professores, como se eles fossem funcionários de um currículo que vai ser implantado e não os agentes da própria vida. Entendo que isso seja lutar por uma educação de boa qualidade. A boa qualidade para mim é a escola socialmente justa. A que cumpre o seu papel de formação de cidadania. Não sei se eu cumpri o tempo. Eu busquei falar muito rapidamente, em linhas muito gerais.

Vera: O professor Vitor é mestre em Direito Político Econômico, também é especialista em Educação em Direitos Humanos e foi membro do conselho do PROUNI no MEC. Professor Vitor, com você.



O Direito à Educação Dentro de Um Contexto de Justiça Social

VITOR HENRIQUE GRAMPA

(Professor universitário e coordenador de Núcleo de Educação Inclusiva -NEI - e de Apoio Psicopedagógico - NAP)

Prof. Vitor: Agradeço. Essa tem sido uma pergunta importante. É muito difícil inicialmente falar depois do professor Evaldo, da professora Branca por duas razões, a primeira que nós ficamos encantados com a fala deles e isso nos leva a ficar refletindo. E a segunda porque eles são primorosos do ponto de vista teórico. Então há o medo da repetição ou de não poder contribuir. Mas de todo modo vou tentar aqui auxiliar um pouquinho na linha que os professores estavam desenvolvendo, que é justamente a de pensar o que seria essa Educação, até para que nós possamos pensar o que seria reformar uma Educação. Então, primeiro eu preciso entender o que eu tenho, para que eu consiga entender o que seria reformar isso. E, nesse contexto, eu começaria a ir em uma lógica de justiça curricular, a partir de uma justiça pautada em direitos.

Então eu não consigo pensar educação fora de contexto de justiça social. Não existem direitos fundamentais que sejam possíveis isoladamente. Eles são marcados pela integralidade, pela interdependência. Então, quando nós falamos de direitos humanos, nós estamos falando de um conjunto a partir da dignidade da pessoa. Não é possível falar: “Ah, o sujeito tem educação, mas não tem saúde; mas não tem alimento”. Então, todas essas dimensões são complementares em uma lógica de direitos, o que demanda equidade, demanda justiça social num primeiro momento. Então pensar Educação é pensar o desenvolvimento de uma pessoa digna. Nesse sentido, o Artigo 205 da Constituição diz que o objetivo fundamental da Educação é visar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho. Ora, pleno desenvolvimento não é algo que seja possível como dito, sem pensar a dimensão integral dos direitos fundamentais dessa pessoa.

Mas eu chamo atenção para segunda parte que é o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Constituição não diz que eu devo formar alguém para cidadania ou para o trabalho, porque não existe trabalho fora da perspectiva da cidadania, do ponto de vista constitucional. O trabalho é um direito, você não tem a possibilidade de desenvolver alguém para o mercado sem que seja pressuposto a formação desse sujeito como cidadão. Então, essa ruptura que aparentemente se coloca entre formação para cidadania, uma formação geral do sujeito, e uma formação para o trabalho é uma oposição que na realidade não existe. Você não tem como formar alguém para o trabalho se você não formar essa pessoa como um cidadão.

Isso é uma condição prévia que a nossa constituição traz, na medida em que eu tenho como fundamento a cidadania. Então eu não consigo pensar essa lógica. Por quê? Porque o cidadão, ele não é aquele que consome o direito.

O cidadão não é consumidor, o cidadão, ele é aquele que participa do direito. E ele não participa do direito só na medida em que o Estado vai oferecer e ele tem o direito de ter direitos. Ele participa na determinação e definição do conteúdo do seu próprio direito. Então, o cidadão ele não vai receber uma educação. Então eu faço um pacote de educação e dou para o cidadão. Pronto, agora você está recebendo o seu direito à educação. O direito à educação, ele é construído; e o conteúdo, o teor desse próprio direito é definido em termos de cidadania. Então eu só consigo pensar a dimensão da implementação efetiva de direitos em uma lógica de um cidadão que tem o direito de ter direitos e participa da estruturação dos próprios direitos que ele vai ter de ver protegidos por esse Estado. Então esse é um primeiro ponto. Por quê? Porque uma vez que a Educação é um direito do cidadão e ela tem também o objetivo de formar esse cidadão, eu preciso pensar pelo menos em duas dimensões.

A primeira delas é: como o jovem participa do processo educacional, então como ele tem acesso, permanência a esse direito na forma como está estabelecido; e no segundo momento, como ter acesso a esse direito possibilitará a ele o desenvolvimento enquanto cidadão. Isso é um processo crescente ou deveria ser um processo em espiral crescente, porque na medida em que o sujeito goza do seu direito, ele aprimora, ele aprofunda a sua capacidade de cidadão, reposicionando e reestabelecendo os limites do próprio direito. Então ser cidadão em termos geracionais implica em um fortalecimento da cidadania, da própria cidadania, e do conteúdo dos próprios direitos, não só para mim, mas como um processo cumulativo em termos democráticos.

Nesse sentido, a gente precisa compreender que se eu não tenho participação, se eu não tenho a presença efetiva desse jovem enquanto protagonista, eu não consigo ter processos de Educação sob uma perspectiva cidadã. Então, esse é um primeiro ponto. E por que isso é importante de se colocar? Porque, como o professor Ivaldo pontuou, e a professora Branca, nós tivemos alguns movimentos importantes na última década, sobretudo de juventude se colocando pela maximização dos seus direitos e, mais do que isso, pelo direito de participar, enquanto dimensão da cidadania. Então eu quero participar, eu quero ser ouvido, isso é um direito meu.

É um direito impensado, se nós formos colocar dessa forma, antes da Constituição de 88 e talvez um pouco depois também. Por quê? Porque a cidadania que foi se construindo a partir da democratização da escola, como eu comentei, de modo ascendente, foi ampliando, alargando os limites dessa própria Educação e do acesso a essa própria Educação. Então a concepção, o conteúdo do direito à Educação, a representação desse direito que havia na década de 90, não é de hoje. A juventude não é a mesma. E a juventude acumulou debate, processos democráticos, partilhamento de novos saberes. Enfim, isso tudo impactou. E a juventude então se coloca dizendo: "Olha, nós queremos, nós precisamos de um perfil mais protagonista; a gente quer ser ouvido num primeiro momento". E aí surgem os principais problemas.

O primeiro deles é a resposta do Estado, no sentido de que a gente aqui trabalha com a dimensão de oferta de direito. Então, quem tem uma rede, essa rede é estruturada, você tem a sua vaga, você vai ter o conteúdo XYZ, e nós estamos cumprindo burocraticamente com esse papel. Agora, o que você deseja fora disso, está fora da ordem do dia então a gente não está interessado em debater isso. Bom, essa posição sozinha não segura muito. Começa a se adotar uma segunda postura que é: na medida em que esse diálogo todo tem se mostrado uma coisa tão necessária a gente parte para formalização da existência de instâncias geológicas, como, na verdade, o grosso do que realmente precisa ser posto em discussão não entra. Criam-se instrumentos formais de democracia em termos de gestão escolar, a gestão democrática, e o que efetivamente é impactante, é importante, tanto em termos estruturais da escola como da própria concepção do currículo, isso não entra. Há uma visão tutelada dessa democracia nos espaços escolares. E não só nos espaços escolares, mas da própria juventude. Então, assim, eu possibilito a você o papel protagonista, mas dentro dos limites que eu próprio, Estado, já defini que são aceitáveis previamente.

A partir de dentro desse universo, você pode escolher. Se você quiser a sobremesa X ou a sobremesa Y na sua escola, isso acaba sendo abarcado por decisões ali de gestão democrática. Agora quando a questão se coloca em termos mais estruturais, do ponto de vista dos interesses políticos e econômicos, os obstáculos mudam. Aí eu tenho uma limitação em relação à possibilidade, à extensão da cidadania e da democracia de modo geral. Bom, por que isso a meu ver é importante para a discussão que nós estamos tratando aqui? Porque eu preciso compreender que o currículo vai ter uma dimensão que é impactante na vida do sujeito, do projeto de vida dele.

Agora, o projeto de vida dele não é universal e ilimitado; ele está atrelado às funções sociais que aquele grupo no qual ele está inserido exerce, às questões atinentes a recorte de classe, às discriminações que são estruturadas e estruturantes na nossa sociedade. E se a escola, de repente, começa a avançar sobre uma questão como essa? E se

esse negócio de democracia efetivamente dá certo? Então eu começo a ter de reposicionar limites institucionais para conseguir conter avanços democráticos. E, nesse contexto, vem o que o professor Piolli coloca, que é um combo, um conjunto de reformas que terão por objetivo fazer uma contenção democrática e uma contenção de desenvolvimento nacional.

Eu percebo que eu começo a ter um projeto de sociedade que não atende a interesses políticos, econômicos, enfim. E eu começo a reposicionar então os meus conteúdos para o âmbito da individualidade, da formação tecnicista para o mercado, e aí não é uma formação para o trabalho, é uma formação para o mercado, em termos não dialógicos do ponto de vista do agir político. Eu fomento uma formação que tem por objetivo a inserção dessa pessoa, inserção, não inclusão, no mercado de trabalho; uma educação que passa a ser interessada do ponto de vista individual garantindo instrumentos formais de democracia e participação no âmbito do que é necessário para essa sociedade. As relações interpessoais. Isso tudo é muito importante em uma empresa, em qualquer lugar.

Agora, eu vou minando aos poucos a potencialidade, a dimensão da transformação política. Então, nesse contexto, só pontuar aqui que eu acho que estou no finzinho dos meus minutos, que o que é importante a gente pensar quando falamos de uma reforma na Educação, é a potencialidade que ela tem de trazer a esse estudante conhecimentos que sejam efetivamente poderosos, conhecimentos que sejam capazes de transformar a realidade, não de encaixar o jovem em uma realidade que já existe e que muitas vezes é injusta.

Se o objetivo da minha educação é conformá-lo a uma democracia incompleta, uma democracia não cidadã, uma democracia atropelada, eu tenho instrumentos para isso, e que vão formalmente surtir efeito. Eu posso fazer essa pessoa ler bem, escrever bem, acessar salários melhores do que ela teria. Agora, o projeto do ponto de vista do país, projeto político nacional, ele não se constrói dessa maneira. Então, a gente vai ter que repensar qual que é o conteúdo efetivo dessa educação enquanto direito e refletir sobre a própria cidadania enquanto projeto político real brasileiro e não como um formalismo.

Vera: Obrigada, professor Vitor. Eu vou fazer dessa seguinte forma, eu não sei se alguém que está aqui presente na sala tem alguma pergunta, porém antes estava o professor Eugênio aqui, não sei ele vai ter alguma pergunta; o Felipe também estava aqui, mas eu queria fazer só uma colocação no chat. A Maria Helena Esteves falou da justiça curricular e é uma questão que no ato passado foi tratada, mas não com esse nome, e eu acho que talvez o professor Evaldo, a professora Branca ou o professor Vitor queiram falar um pouquinho sobre essa questão do que vem a ser justiça curricular, que isso é um dos pontos que nós tratamos no último Ato Solene. Então esse é um comentário que foi feito pela Maria Helena, no chat do YouTube. E, na sequência, e se o professor Eugênio já quiser fazer a pergunta, professor Eugênio, pode perguntar no som, via microfone também.



Superação da Desigualdade e o Respeito das Diversidades



Prof. Eugênio: Boa noite a todos e a todas. Na realidade, são duas perguntas, uma para o professor Evaldo e a outra para professora Branca. Para o professor Evaldo, eu gostaria que ele fizesse algum comentário sobre o novo ensino

médio e a Reforma Capanema, se há algum diálogo por mais distante do ponto de vista temporal, mas se há algum diálogo entre essas duas reformas. E para professora Branca, como ela trabalha a questão do currículo, essa reforma, esse novo ensino médio que está sendo imposto, a gente não fala implantado, mas eu pago imposto para nós da rede, que tipo de sujeito ele pretende formar lá no final do ensino médio? E acho que o currículo tem esse caráter de formar alguém, formar um sujeito, mas que sujeito vai ser formado dentro dessa organização? Essa é a minha pergunta. Obrigado.

Vera: Felipe, não sei se você vai querer fazer alguma consideração também.

Felipe: Bem rapidinho, Vera. Boa noite a todos e todas. Eu fiquei contente de ouvir todos os convidados, mas particularmente eu vi a professora Branca, porque eu estudei no curso de doutorado da PUC, na discussão do currículo, e eu queria só contar uma questão, professora. Parece-me que o debate sobre a organização do ensino médio vai e vem. Uma das discussões que a gente sempre coloca é a necessidade de pensar o currículo de uma maneira interdisciplinar. O que acontece, o que está acontecendo hoje, eu sou supervisor de ensino, é que, por exemplo, os momentos de formação e organização das nossas aulas da rede estadual, cada dia é uma área do conhecimento. Então na terça-feira códigos linguais, na quarta-feira, humanas, na quinta-feira são as exatas. Então isso é o contraponto da interdisciplinaridade. Queria saber o que a senhora pensa disso. É necessário a gente retomar esse debate? Será que a gente consegue resgatar o debate sobre a importância de inter-relacionar as disciplinas nessa perspectiva da reforma do ensino médio?

Vera: Obrigada Felipe. Eu vou deixar para os professores responderem, então professora Branca, professor Evaldo, professor Vitor, fiquem à vontade, na ordem que acharem melhor, só a gente tomar um cuidado para que a gente não extrapole seis minutos, sete, por pessoa, tudo bem?

Prof. Branca: Eu acho que nós poderíamos ficar aqui gente, muito, muito tempo falando sobre muitas coisas. Primeiro, então acho que vocês me fazem perguntas muito específicas sobre o currículo e é isso mesmo que eu posso responder, e talvez alguma coisa de BNCC especificamente, que é um tipo, uma modalidade proposta aqui no Brasil. Na verdade, primeiro eu queria falar que conceito de currículo não é conceito, mas é no plural. São conceitos. A gente tem muitos conceitos de currículo. Se vocês pensam na história, todos nós aqui fomos para escola, está certo? O currículo que a gente frequentou lá atrás era, na verdade, um currículo enciclopédico, um currículo engessado, a gente decorava. O que era prova? Prova você fazia para mostrar aquilo que decorou e que você aprendeu, etc., etc. O Paulo Freire já fez uma crítica forte a isso lá nos anos 50. Antes de 64, porque em 64 ele foi cassado. Então, veja só, essa primeira proposta lá atrás da Escola Brasileira tinha as suas vantagens, era até de certa forma um currículo republicano, buscava construir um sentimento brasileiro, de ser brasileiro.

Você hasteava a bandeira, cantava o hino nacional antes de entrar na escola, e depois, dentro das salas de aula aprendia a ler, escrever, etc., e era importante saber falar a língua portuguesa. Nem se falava em outras línguas, nem se falava no indígena, mas enfim, era uma modalidade de currículo. Esse currículo mais enciclopédico. Se você vai lá atrás na história e vê a formação da ideia de currículo, ele vem na idade moderna, ele é uma das bases do capitalismo. É a formação do sujeito para o mundo, que eu acho que agora nós não podemos chamar nunca de trabalho. É o mundo do mercado atualmente. Era um mundo daquele tipo de trabalho. O currículo sempre fez este papel. Mas, felizmente, com a evolução do conhecimento, com a evolução da teoria do currículo que hoje é reconhecido como uma área, a gente sabe que o currículo é um território de disputas.

Hoje está sendo disputado pelo mercado. Só que nós aqui também estamos disputando esse espaço do currículo. Nós estamos aqui brigando por ele, porque nós queremos esse espaço para outra coisa e não para o que ele se presta. Ele sempre foi um espaço com pouca oposição, e foi o avanço dessa possibilidade democrática de entender um currículo como um território de disputas, que nos põe hoje em luta e na resistência a esses outros currículos, o que é muito saudável. Eu vejo isso como um grande passo. Então, qual é a nossa concepção de currículo? E qual é a concepção de currículo da BNCC?

A da BNCC está na boca do povo, mas pouca gente sabe o que de fato é. É o currículo por competência. E o que é isso



isso? Olha lá, isso é muito complexo. E qual é a nossa abordagem? O que nós entendemos por currículo? O que eu estou tomando como definição poder falar da justiça curricular? Primeiro é dizer: o currículo é uma prática social pedagógica que se manifesta sempre em dois aspectos indissociáveis. Com ordenamento sistêmico formal. É um primeiro aspecto do currículo, seja uma política pública, seja uma BNCC, que é já, que diz que não é currículo, diz que é só base, mas ela é proposta como o currículo, está sendo objeto de obrigação das escolas. As escolas estão sendo cobradas, portanto ela está sendo pautada com o currículo. Então, o que é currículo? Uma prática social pedagógica que se manifesta como ordenamento sistêmico formal e como vivência subjetiva e social.

Tem uma segunda parte dessa concepção de currículo que coloca o poder do currículo também na mão dos seus sujeitos. Vivência subjetiva e social. Quem é que tem esta vivência? Todos os sujeitos envolvidos no currículo. E onde ele se completa? Na sala de aula, nos pátios, nas escolas. Vem pelos sistemas e se completa. Portanto, é uma prática social complexa que envolve construção histórica social, disputas ideológicas, espaços de poder, escolhas culturais, exercícios de identidade.

Então, a concepção que está por trás da justiça curricular, e agora eu chego na pergunta específica, a concepção de currículo que está por trás desta ideia de justiça curricular é que com essa concepção de currículo eu tenho uma via melhor para trabalhar a superação da desigualdade e a afirmação e o respeito das diversidades. Esta é a ideia. E aí a gente fala nas três dimensões, quer dizer, a justiça curricular é o currículo que se faz pautado em direitos, em direitos políticos, em direitos civis, em direitos humanos, em direitos sociais. É um currículo pautado em direitos, e aí a gente propõe este nome que não fui eu que dei, então isso é importante, vocês têm espanhóis, portugueses, latino-americanos, aqui no Brasil outros núcleos e o meu grupo de pesquisa que é o GPJUC, Grupo de Pesquisa em Justiça Curricular, que trabalha também especificamente com vários autores, e com os autores que estão no grupo também.

A ideia então é que o currículo não seja visto apenas como um rol de conteúdos a serem trabalhados, mas como a forma também com que esses conteúdos são escolhidos, tem que ter os sujeitos do currículo nas escolhas deles, e também com a forma de trabalhá-los. Os sujeitos têm que ser considerados como sujeitos do processo e não como objetos do processo. O currículo, por competência, ele vem para implantar, para ser implantado. Então somos objetos do currículo. Nós queremos ser os sujeitos do currículo. Muito rapidamente é isso, gente.

Vera: Muito obrigada, professora Branca. Eu vou passar para o professor Evaldo responder e depois na sequência para o professor Vitor encerrar esse nosso Ato Solene, essa nossa rodada de debate. Só vou passar para o professor Evaldo e vou acrescentar uma pergunta que foi direcionada ao professor Evaldo no chat do YouTube. A Eloise Costa perguntou: "Gostaria de pedir ao professor Evaldo para comentar sobre os formatos do quinto itinerário na rede de ensino paulista". Professor Evaldo tem até oito minutos, e na sequência o professor Vitor dá uma finalizada e deve fazer os encaminhamentos.

Prof. Vitor: Obrigado. Bom, eu acho que a partir das reflexões trazidas, o que é importante pontuarmos em termos de futuro, porque a educação tem essa característica de viver em uma zona entre o que foi, o que é e o que será. Ela tem essa marca. Se você não tiver um projeto, você não tem um entendimento profundo do que é Educação, porque tudo que se ensina tem uma dimensão sobre o hoje, uma dimensão histórica e sobre o mundo. Então, abrindo para eventualmente o currículo como ele pode ser, não é professora Branca, professor Evaldo? A ideia de pensar esses elementos de justiça curricular é justamente pensar na sociedade que nós queremos, porque não adianta dissociar o currículo da realidade social, econômica.

Eu tenho um projeto de futuro, eu vou trabalhar com o aluno projeto de futuro, que projeto de futuro que eu tenho? Isso não tem em economia. Se o país está quebrado, se estão destruindo as riquezas naturais, estão acabando com florestas, estão matando índio, que país é esse? Que futuro é esse? Que espécie de futuro que eu quero ter em um país como esse? Não tem futuro, não tem futuro. Então, quando eu penso em um currículo do ponto de vista da proposta de juventude e da proposta de um país, eu preciso ter um país, eu preciso ter um futuro. Não adianta eu pontuar isso no âmbito da individualidade, não o que você pretende ser? Você pretende ser engenheiro, você pretende ser professor? Professor, para que Educação? Professor para uma Educação que existe nesse país.

Então não existe um projeto que possa contemplar uma dimensão de efetivação de direitos, uma dimensão política que tem, se eu não tiver isso integrado a uma obrigatória necessidade ética de correlação entre o que eu proponho enquanto Educação e o que se coloca do ponto de vista das políticas de Estado. Esse discurso ilusório que vem sob o aspecto da meritocracia ou que vem sob o aspecto do esforço do indivíduo, o protagonismo que ele tem e no sentido empreendedor. Você trabalhar de Uber não é empreendedorismo. Isso é uma necessidade que se coloca a partir de uma economia absurdamente, absolutamente injusta, a partir de uma desigualdade social profunda e que se aprofunda cada vez mais.

A função da Educação não pode ser mentir para o jovem. Esse é um ponto que se coloca. "Ah, mas a gente tem que dizer para o jovem que ele é protagonista, transformação". Não, o que está em curso não é um projeto de protagonismo, não é um projeto de transformação para uma sociedade melhor. O que a gente está chamando de empreendedorismo é precarização das condições de trabalho. O que a gente está chamando de projeto de inovação é, na verdade, se acomodar dentro de estruturas injustas e desiguais. Do ponto de vista ético, um educador não pode sustentar isso. Então, pensar a Educação, pensar o currículo na nossa sociedade exige um repensar imediato e profundo da própria sociedade, o que parte das pessoas bem-intencionadas, aí vamos dizer, no âmbito da educação que se colocam nos espaços públicos, porque as narrativas sozinhas, elas legitimam tudo.

"Ah, a gente... você não defende quando não seja protagonista?". Claro que sim. "Você não acha que o empreendedorismo é bacana?". Claro que sim. Mas se eu seguir em uma visão fragmentada, em uma visão com a finalidade precípua de legitimação ideológica de uma sociedade que é injusta, não há currículo que funcione. A gente precisa repensar a Educação a partir de um projeto de futuro, aí sim, professor Evaldo, em sociedade. Um projeto que é coletivo para que a partir da coletividade eu possa marcar projetos e aspirações individuais, porque enquanto o projeto do indivíduo for sobreviver em meio à destruição de um país inteiro, não existe projeto. Não existe projeto.

Vera: Obrigada, professor Vitor, obrigada professora Branca, professor Evaldo. Obrigada a todas as pessoas que nos acompanharam pelo YouTube, pelas perguntas, pelo professor Eugênio, professor Felipe. Agradeço a todos que estão aqui presentes. Eu aproveito também já, depois a gente conversa com o deputado para marcar um novo bate-papo logo seja possível, para continuar aprofundando o debate, porque esse é um questionamento que precisa ser feito, esse debate, o diálogo precisa também ser aberto e cada vez mais frequente. Então, muito obrigada a todos, peço desculpas novamente pelas minhas intervenções. Muito obrigada, boa noite a todos e a todas.



Aponte a câmera e acompanhe o
Deputado Maurici nas redes sociais



/DEPUTADOMAURICI

